



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**NOVO DESENVOLVIMENTISMO E TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA:
UM OLHAR PARA O NORDESTE BRASILEIRO (2003-2010)**

JOÃO PAULO FERNANDES DE LIMA

CAMPINA GRANDE - PB

2020

JOÃO PAULO FERNANDES DE LIMA

**NOVO DESENVOLVIMENTISMO E TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA:
UM OLHAR PARA O NORDESTE BRASILEIRO (2003-2010)**

Texto submetido à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB) para a defesa de dissertação de mestrado (com o título acima identificado), como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Estado, Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Leonardo de Araújo e Mota.

CAMPINA GRANDE - PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732n Lima, João Paulo Fernandes de.
Novo desenvolvimentismo e teoria marxista da dependência [manuscrito] : um olhar para o Nordeste Brasileiro (2003-2010) / João Paulo Fernandes de Lima. -2020.
111 p.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota , Departamento de Ciências Sociais - CEDUC."
1. Unidade dialética. 2. Superexploração. 3. Subdesenvolvimento. 4. Teoria marxista. 5. Novo desenvolvimentismo. 6. Desenvolvimento regional. I. Título
21. ed. CDD 335.4

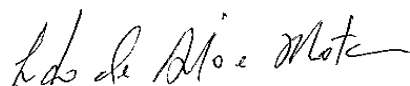
JOÃO PAULO FERNANDES DE LIMA

**NOVO DESENVOLVIMENTISMO E TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA:
UM OLHAR PARA O NORDESTE BRASILEIRO (2003-2010)**

Exame de dissertação ao curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para o título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovado em: 17 de julho de 2020.

Banca Examinadora:



Leonardo de Araújo e Mota
(orientador membro interno)



Annahid Burnett
(membro interno)



Maria de Assunção Lima de Paulo
(membro externo)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer imensamente a todos que estiveram envolvidos na minha vida durante o período de mestrado e que me incentivaram a continuar no caminho da pesquisa. Sem o apoio de cada um de vocês nada disso seria possível. Aos meus pais, Jair Hudson de Lima Silva e Eliane Fernandes da Silva, que nunca mediram esforços para me ajudar e sempre me apoiaram em qualquer circunstância. A Ray Duarte, grande amigo de graduação e de vida, companheiro de estudos sobre a Teoria Marxista da Dependência. Ao meu professor orientador Leonardo de Araújo e Mota, por ter me ajudado no processo de elaboração desta dissertação, acreditando no meu potencial enquanto pesquisador e me mostrando o quão é importante contribuir cientificamente para o desenvolvimento da sociedade. Obrigado por toda troca de conhecimento e pelas conversas amigáveis. E por fim, ao apoio financeiro concebido pela CAPES, por ter sido indispensável na minha estadia na cidade de Campina Grande e a para o desenvolvimento material desta pesquisa.

*You know what the best currency is?
And i just thought about this yesterday.
The best currency, the most valuable of
all, is gratitude. When you're dead,
you're dead. But you're not quite so
dead if you contribute something.*

John Dunsworth

RESUMO

A configuração socioeconômica da região Nordeste do Brasil é determinada pela relação dependente que estabelece com as potências imperialistas do mundo capitalista. Essa situação é um reflexo histórico da inserção subordinada da América Latina ao capitalismo comercial europeu no século XVI, sendo sua função a exportação de produtos *in natura* para alimentar as necessidades internas dos países centrais. Frente a esse contexto, várias teorias que pensavam sobre o desenvolvimento latino-americano apontavam como problema central a questão da produtividade para a reprodução constante dessa condição dependente. É a partir deste aspecto principal de dependência enraizada que esta dissertação busca identificar as condições modernas de reprodução do capital para a região Nordeste do Brasil, sendo o foco da nossa investigação se firma o espaço temporal estabelecido entre os anos de 2003-2010, que remete à chamada “Era do Novo Desenvolvimentismo”, na qual a economia brasileira cresceu substancialmente através do *boom das commodities* e pelos programas sociais de transferência de renda. Partiremos aqui da noção de dependência tal como foi formulada pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) para a América Latina, que em sua análise busca identificar os determinantes e as especificidades da condição dependente, sendo nosso enfoque a atualização de suas categorias e métodos de análise da dinâmica socioeconômica do Nordeste. No centro do debate temos a troca desigual do valor e a superexploração da força do trabalho, mecanismos gerados historicamente desde sua inserção ao mercado internacional. A metodologia utilizada foi de caráter descritivo e qualitativo-quantitativo, utilizando como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica. Espera-se com os resultados obtidos contribuir na ampliação do debate sobre a lógica de funcionamento das leis de mercado para a região nordeste, no que tange os aspectos que envolvem a perspectiva do desenvolvimento e conflitos socioeconômicos. A partir dessa investigação no período do novo desenvolvimentismo conseguimos identificar que pouco se alterou a forma de dependência histórica da região, como não se encontrou nenhuma evidência de vantagem comparativa proveniente desta relação comercial, concluímos que embora tenham ocorrido muitas mudanças na conjuntura brasileira, muito pouco se alterou no que tange aos aspectos de submissão ao imperialismo internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade dialética. Troca desigual do valor. Superexploração. Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

The socioeconomic configuration of the Northeast region of Brazil is determined by the dependent relationship it establishes with the imperialist powers of the capitalist world. This situation is a historical reflection of Latin America's subordinate insertion to European commercial capitalism in the 16th century, its role being the export of fresh products to feed the internal needs of the central countries. Faced with this context, several theories that thought about Latin American development pointed out as a central problem the issue of productivity for the constant reproduction of this dependent condition. It is from this main aspect of rooted dependence that this dissertation seeks to identify the modern conditions for the reproduction of capital for the Northeast region of Brazil, with the focus of our investigation establishing the time space established between the years 2003-2010, which refers the so-called "Era of New Developmentalism", in which the Brazilian economy grew substantially through the commodity boom and through social income transfer programs. We will start here from the notion of dependence as formulated by the Marxist Theory of Dependence (TMD) for Latin America, which in its analysis seeks to identify the determinants and specificities of the dependent condition, with our focus on updating its categories and methods of analysis socioeconomic dynamics of the Northeast. At the center of the debate is the unequal exchange of value and the overexploitation of the workforce, mechanisms generated historically since its insertion in the international market. The methodology used was descriptive and qualitative and quantitative, using bibliographic research as the method of data collection. The results obtained are expected to contribute to the expansion of the debate on the logic of the functioning of market laws for the Northeast region, with regard to the aspects that involve the perspective of development and socioeconomic conflicts. From this investigation in the period of the new developmentalism we were able to identify that little has changed the form of historical dependence in the region, as there was no evidence of comparative advantage from this commercial relationship, we conclude that although there have been many changes in the Brazilian context, very little has changed in terms of aspects of submission to international imperialism.

KEY-WORDS: Dialectical unity. Unequal exchange of value. Overexploitation. Underdevelopment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: Evolução do saldo da balança comercial (2003-2010) (US\$ milhão).....	81
Tabela 2 – Brasil: Principais Destinos de 2010 (%).....	84
Tabela 3 – Brasil: Principais Produtos Exportados para China em 2010 (CS).....	84
Tabela 4 – Nordeste: Evolução do Saldo da Balança Comercial (2002-2010) (US\$milhão).....	86
Tabela 5 – Nordeste: Principais Destinos de 2010 (%)	87
Tabela 6 – Nordeste: Principais Setores Exportadores para a China em 2010 (2002-2010) (CS)	88
Tabela 7 – Nordeste: Balança Comercial por Estado (2002-2010) (Participação)	89
Tabela 8 – Brasil: Principais Setores Exportados para China em 2010 (Participação Regional e Estadual)	90
Tabela 9 – Bahia: Principais Produtos Exportados para China em 2010 (Participação).....	91
Tabela 10 - Maranhão: Principais Produtos Exportados para China em 2010 (Participação).....	91
Tabela 11 – Ceará: Principais Setores Exportadores de 2009 (2003-2009) (Participação).....	92
Tabela 12 – Ceará: Principais Setores Importadores de 2009 (2003-2009) (Participação).....	94
Tabela 13 – Ceará: Participação do Comércio Cearense com o Mundo Segundo a Intensidade Tecnológica	96
Tabela 14 – Ceará: Participação do Comércio Cearense com a China Segundo a Intensidade Tecnológica	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 DEBATENDO O IMPERIALISMO	19
1.1 O Contexto Histórico da Inserção da América Latina ao Mercado Mundial .25	
1.1.2 A Expansão do Imperialismo Europeu na América Latina	27
1.2 O Movimento Não Estático do Capital: a Revolução Industrial e a Nova Divisão Internacional do Trabalho	29
1.2.1 Subdesenvolvimento e Superexploração na América Latina	31
2 AMÉRICA LATINA E O CICLO DO DESENVOLVIMENTO: DAS TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS ÀS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA	35
2.1 O Arcabouço Clássico/Teórico da TMD	41
2.1.1 As Formas Históricas de Capitalismo Dependente	42
2.2 Karl Marx e a teoria do valor: os dois fatores da mercadoria	46
2.2.1 A Troca Desigual do Valor	50
2.2.2 A Superexploração da Força do Trabalho nas Economias Dependentes	55
2.2.3 O Ciclo do Capital na Economia Dependente.....	57
3. O CASO DA AMÉRICA LATINA COMO PONTO DE PARTIDA: O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	60
3.1 O novo imperialismo por David Harvey: a acumulação por espoliação	64
3.1.1 Novo imperialismo: novo desenvolvimentismo e dependência ante a financeirização do capital (2003-2010).....	68
3.2 O padrão exportador de especialização produtiva do nordeste no período novo desenvolvimentista	77
4. À GUIA DA CONCLUSÃO: NOVO DESENVOLVIMENTISMO E DEPENDÊNCIA.....	98

REFERÊNCIAS	106
-------------------	-----

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioeconômico da região Nordeste do Brasil é sustentado pela determinação histórica da relação dependente que estabelece com as potências imperialistas do mundo capitalista. Dessa maneira, as teorias que pensavam sobre o desenvolvimento latino-americano colocavam como problemática central a questão da produtividade e da relação comercial para a reprodução dessa condição.

De fato, o Nordeste como região retroativa a dinâmica dependente não só ao Brasil como da América Latina, caracteriza-se, imediatamente, pela sua subordinação às exigências do capital internacional no período de expansão colonial dos países Europeus (GALEANO, 2013). Seu passado é marcado pela colonização e por regimes escravistas de produção e sua inserção na economia capitalista mundial pode ser identificada como combinada e desigual, sendo esta uma condição necessária para o desenvolvimento da unidade dialética capitalista. (MARINI, 2005).

Com a independência política do Brasil e a superação da dominação de tipo colonial no século XIX, é desencadeada a formação de um Estado nacional marcado por um regime de dominação burguesa, que visava realizar transformações no seu modo produtivo, trazendo modernidade. Porém, tal transformação não buscava romper com o caráter submisso e explorador de sua sociedade. Sendo assim, a consolidação do regime capitalista no país teria conduzido à uma condição que se chamou de subdesenvolvimento.

A partir dessa interpretação, surgiu na América Latina uma ampla discussão sobre como desenvolver o capitalismo periférico mediante mecanismos que envolvessem uma intensa industrialização do espaço nacional, sendo este um fator primordial para alavancar o salto para o progresso (PREBISH, 2000). Essa discussão aos poucos foi sendo difundida entre os intelectuais e acadêmicos de viés progressista, tornando possível ampliar o debate sobre as demais regiões e sub-regiões da América Latina que enfrentavam as consequências da inserção subordinada.

Concretamente, foi a crise do modelo primário-exportador brasileiro, na década de 1930, que permitiu o avanço da industrialização voltada para o

mercado interno. Esse movimento foi impulsionado pela grande crise de 1929 e também pela segunda guerra mundial, que limitou a oferta de importações de bens industrializados para o Brasil e estimulou o processo de substituição de importações.

Ao chegar no fim da década de 1950, percebe-se o fim desse processo de substituição de importações, desencadeado principalmente pelas restrições nas contas externas e pela baixa dinâmica de consumo do mercado interno. Diversas limitações do processo de industrialização eram postas em evidência, “o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração de renda, da propriedade e do poder” (OLIVEIRA, 2015, p. 60). A esta altura já era possível perceber diferentes níveis de desigualdade entre as regiões, enquanto o Sudeste concentrava o desenvolvimento nos setores modernos, restava para a região Nordeste desenvolver uma estrutura produtiva baseada na produção de bens de baixo valor agregado, como, por exemplo, as *commodities* primárias.

Foi justamente nesse período que surge a Teoria Marxista da Dependência (TMD), que radicalizou o pensamento sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento para a América Latina, postulando que estes são dois polos necessários, que se unem dentro da unidade dialética que é o capitalismo. (MARINI, 2005).

Uma das principais contribuições da TMD é a afirmação de que a maior consequência para as regiões dependentes se encontra no fato de que sua força produtiva garante uma produção com base na extração de mais-valia relativa por parte dos países centrais, impondo às regiões dependentes uma produção relativamente focada na extração de mais-valor absoluto e, conseqüentemente, ganhos menores de produtividade.

Com base nessa ideia e para dar suporte empírico à TMD, foram elaboradas duas categorias principais, que norteiam o entendimento da dinâmica do capitalismo *sui generis* latino-americano: a troca desigual e a superexploração da força do trabalho.

A troca desigual explica o fenômeno da deterioração dos termos de troca que acontece via comércio internacional, onde os capitais menos produtivos se apropriam de um valor menor do que o valor individual de suas mercadorias, enquanto os mais produtivos se apropriam de um valor maior do que o que

produzem individualmente. A superexploração da força do trabalho surge para explicar o mecanismo de compensação que os capitalistas nacionais praticam para que se possa manter a taxa de lucro após a transferência de valor em direção ao centro, via troca desigual. Este mecanismo é justamente a maior exploração do trabalhador internamente.

Nessa perspectiva, traçar as características do padrão de especialização produtiva do Nordeste durante as duas primeiras décadas do século XXI será o nosso objetivo central. Buscaremos investigar o peso e o significado das várias formas de reprodução do capital da região e o seu viés exportador, dentro desse espaço temporal pré-definido. Para compreender a estrutura da relação de dependência nos apoiaremos fundamentalmente no arcabouço teórico clássico da TMD.

Historicamente o Brasil apresenta grandes desigualdades regionais, concentrando renda nas regiões Sul/Sudeste e disseminando maior pobreza nas regiões Nordeste e Norte. No sentido produtivo as regiões também apresentam diferenciados níveis de capacitação tecnológica e, logo, perfis de comércio exterior diversificados. Para que possamos entender estas desigualdades precisamos compreender o conceito de região, que segundo Albagli e Brito (2003, p. 23) pode ser denominada como *“uma área geográfica com certas características homogêneas (ou comuns) que a distinguem de áreas adjacentes ou de outras regiões”*.

Nesta perspectiva, com o desenvolvimento das formas capitalistas de produção, São Paulo concentrou a produção do país e passou a existir *“uma relação de forte predominância do complexo econômico paulista sobre as demais regiões do país, imprimindo-lhes, em grande medida, uma relação comercial de ‘centro-periferia’*”. (CANO, 1977).

Para corrigir essa concentração produtiva foram criados órgãos que visavam o desenvolvimento regional. Entre estes estavam a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Porém estes órgãos foram poucos eficazes e mal conseguiram modificar a trajetória de concentração industrial nacional. Durante este período até o início da década de 1990, o Brasil continuou

a desenvolver as disparidades entre as regiões, sustentando um processo de elevação do PIB que favoreceu a região sudeste do país.

Contemporaneamente, a questão regional brasileira tomou outros rumos, e deve ser entendida dentro de um processo de abertura comercial no início da década de 1990, marcada por um contexto de crise fiscal, de desmonte das funções orientadora e de planejamento do Estado e de privatização de empresas estatais.

No período que compreende 1999-2007 o tripé macroeconômico (conduzido pelo FMI) determinou os rumos das políticas governamentais, ao mesmo tempo em que um cenário externo favorável (*boom de commodities*) permitiu que fossem aplicadas políticas chamadas “neodesenvolvimentistas” ou “novo desenvolvimentista”, que alguns autores relacionam com uma desconcentração do PIB entre as regiões (MONTEIRO, 2014). Enquanto que no período que se segue à crise de 2008, o cenário externo piora e tira força desse movimento.

É preciso integrar essa dinâmica inter-regional no padrão de reprodução de capital em que o Brasil como um todo se insere nas últimas décadas. Essa fase de especialização produtiva em que adentramos é definida particularmente pelo maior grau de elaboração de muitos dos bens para exportação, porém não rompe com as amarras da dependência, antes as aprofunda, pois como em momentos históricos anteriores, a produção de *commodities* primárias, bens agromineiros e alguns bens secundários de baixo valor agregado são o que dão peso total no valor das exportações. (OSORIO, 2012).

Neste padrão, o consumo dos assalariados não constitui o elemento de maior importância na dinâmica econômica interna, visto que grande parte da produção é reorientada para os mercados externos. Além disso, a competitividade da pequena produção industrial está diretamente vinculada à deterioração dos salários locais e em toda deterioração que implica na diminuição do custo do trabalhador relativamente ao vigente externamente. (OSORIO, 2012).

Assim, esta dissertação pretende apreender de forma detalhada o momento histórico representado nos anos 2003-2010 e avaliar as consequências do seu padrão exportador de especialização produtiva sobre a acumulação de capital nordestina e suas consequências socioeconômicas. Procuramos atrelar a

sua inserção na nova divisão internacional do trabalho que surge com a globalização e os efeitos que recaem sobre a força de trabalho regional.

O meio usado para isso será a análise do comportamento da pauta comercial bilateral entre a região Nordeste do Brasil e a China durante os anos de 2003-2010, da composição das exportações e importações, atrelado aos aspectos tecnológicos. Utilizaremos os dados provenientes das tabelas elaboradas por Melo (2011), nos artigos sobre “O Comércio da Região Nordeste na Esteira do Efeito China” e “Comércio Exterior do Estado do Ceará com a China: Desempenho das Relações Comerciais no Período Recente”.

A partir disso será possível analisar de maneira terciária, a deterioração dos termos de troca e, assim, a inferir sobre o aprofundamento da troca desigual para a região, estabelecendo, portanto, influência direta na precarização do trabalho social regional para compensar o aprofundamento da transferência de valor.

O presente trabalho é de caráter descritivo, pois procurará em sua base metodológica dar continuidade à ampla discussão sobre como o modo de produção capitalista estabelece uma condição de desenvolvimento desigual entre as regiões periféricas e as regiões desenvolvidas do centro capitalista.

Esta esfera de pesquisa descritiva, segundo Gil (2005), tem como objetivo identificar a existência de correlação entre determinadas variáveis na busca de explicação para um determinado fenômeno, como por exemplo, a inserção subordinada e a dependência estrutural que caracteriza a região Nordeste do Brasil.

Além disto, sua forma de abordagem é classificada como quali-quantitativa, pois contém um componente empírico sobre o saldo orçamentário da balança comercial do Nordeste, para o qual utilizaremos a base de dados online. Serão utilizadas também fontes secundárias na forma de pesquisa bibliográfica de material já publicado, na utilização de livros, teses, artigos, anais, sites de internet, entre outros, baseando-se em obras de escopo teórico-investigativo sobre os aspectos sociais e econômicos relevantes para este caso específico.

A nossa discussão acerca da dinâmica capitalista contemporânea do Nordeste brasileiro é justificada, primeiramente, numa discussão sobre identidade e autonomia de um povo. A intensa e histórica imposição dos poderes econômicos

externos, tanto no âmbito internacional quanto no âmbito doméstico, fez emergir a necessidade de compreensão espacial, no que diz respeito à justiça social e equidade econômica, fatores essenciais para a superação da dependência, mas que continuam sendo negados.

Concebida a ideia de que a superexploração e a troca desigual do valor estão entranhadas no sistema econômico-social, torna-se mais que imprescindível descrever métodos, que busquem novos horizontes para a construção política de um projeto que vise à superação do capitalismo dependente regional. Além do mais, uma das prerrogativas encontra-se no caráter informativo que esta dissertação possui. Por consequência, o assunto abordado permitirá melhor elucidar o leitor a respeito da historicidade e dos efeitos do capital para com a economia nordestina. Antes de qualquer superação econômica é preciso emancipar a consciência de classe em cada indivíduo.

Além do mais, investigar a dinâmica bilateral desse comércio entre Nordeste e China nos promove atualizar o pensamento sobre o rumo tomado pelo capitalismo globalizado e imperial no mundo nos últimos anos. É notório que este vem se reinventando, de maneira mais dinâmica que outrora, assumindo novas posturas, e articulando novos métodos de dominação nas regiões periféricas. Se assumirmos uma nova fase do Imperialismo e a compreendemos, é fundamental compreender também a nova fase da dependência.

Esses métodos encontraram seu ápice no início dos anos 1990 e se reinventaram na era novo desenvolvimentista, podem ser identificados mediante fatos históricos concretos: a diminuição participativa do estado no que diz respeito às políticas públicas de transformação, a maior abertura comercial e financeira da economia, a especialização produtiva de viés exportador sustentada em setores atrasados e de baixo valor agregado, o poder do capital financeiro sobre a atividade produtividade, as desregulamentações do mercado de trabalho, as reformas neoliberais e a redução dos direitos sociais.

De maneira geral, investigar essa ralação de comércio bilateral ocorre mediante a necessidade de atualizar e conscientizar a comunidade acadêmica sobre novas perspectivas de desenvolvimento regional, que refutem o que é proposto como *mainstream* nas teorias do desenvolvimento, visto que a região Nordeste possui potencialidades que contradizem o que sempre lhes foi imposto

internacionalmente. Compreender esses fenômenos atuais nos permitirá abrir novas portas rumo à superação da dependência.

Para alcançar os objetivos propostos, esta dissertação está distribuída em quatro capítulos, assomados dessa parte introdutória e referências, e se distribuem da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, apresenta-se um resgate histórico-teórico acerca do Imperialismo clássico e dos termos da dependência para com a América Latina e Brasil. Sua problematização abordará temas referentes ao início do debate sobre a dependência, da discussão referente ao desenvolvimento e subdesenvolvimento capitalista, da relação centro-periferia nos moldes imperialistas, até a gênese do pensamento da Teoria Marxista da Dependência (TMD) atrelando seu arcabouço teórico com a nova fase da dependência.

Já no segundo capítulo, concentra-se a discussão sobre as categorias marxianas desenvolvidas pelos teóricos clássicos da TMD, como a troca desigual do valor, a superexploração da força do trabalho e o ciclo do capital na economia dependente. Além disso, a pauta gira em torno dos vários ciclos dependentistas, assim como no debate sobre as várias correntes interpretativas sobre desenvolvimentismo nos quais o Brasil já vivenciou, desde sua inserção subordinada ao capitalismo internacional até a fase da dependência que antecede a nova divisão internacional do trabalho, que possibilitou o surgimento do padrão exportador de especialização produtiva.

No terceiro capítulo será discutida a questão Nordeste brasileiro e o seu novo padrão exportador de especialização produtiva diante da nova reorganização do Novo Imperialismo. Serão analisados dados referentes à pauta do comércio internacional entre Nordeste e China no período novo desenvolvimentista, compreendido entre os anos de 2003-2010, identificando a dinâmica dos seus principais setores produtivos e qual a sua relação com as principais categorias da Teoria Marxista da Dependência: a troca desigual do valor e a superexploração da força do trabalho. Como comentado anteriormente, nossa análise será de caráter terciária, ou seja, utilizaremos os dados das tabelas já elaboradas por Melo (2011), para identificar sua relação com o arcabouço teórico clássico da TMD dentro de espectro novo desenvolvimentista. A escolha

da China como variável de estudo fundamenta-se na perspectiva de que o País foi o principal parceiro econômico da região no período em questão.

No quarto capítulo, por sua vez, apresentamos nossos elementos conclusivos, no que tange as categorias marxianas da TMD para o funcionamento ou atualização da nova fase da dependência contemporânea diante do novo método de desenvolvimento capitalista imposto pelo Padrão Liberal Periférico (PLP) que entrou em voga nos anos 1980 e se difundiu até os dias atuais.

A seguir, no nosso primeiro capítulo analisaremos a historicidade do desenvolvimento capitalista dependente para a América Latina, mas especificamente para o Brasil. A principal teoria utilizada será a Teoria marxista da dependência, além dela, nos apoiaremos na discussão clássica sobre imperialismo, a relação centro e periferia, e as primeiras problematizações feitas a respeito sobre subdesenvolvimento periférico.

Em todo o processo histórico do par imperialismo/dependência desenrolava-se o mecanismo estruturante da relação: a transferência de valor produzido nas regiões dependentes para os países imperialistas. Dentro dessa lógica, os autores da TMD buscam enfatizar as consequências do comércio internacional dentro da perspectiva da troca desigual. Como consequência disto, segundo Marini (2005), recompensa-se as perdas da deterioração dos termos de troca através de uma superexploração da força de trabalho no plano interno.

O valor dessa força de trabalho é rebaixado frente aquele que seria necessário para a sua própria reprodução, dadas as suas determinações históricas postas, caracterizando uma superexploração. Sendo assim, essa superexploração da força de trabalho seria a especificidade da produção do valor nos países dependentes, determinando uma série de características sociais dessas regiões.

A partir dessa contextualização teórica da TMD, esperamos fundamentar suficientemente a hipótese geral que orienta esta pesquisa: a de que após a abertura comercial no fim do século XX e com a expansão do neoliberalismo, se estabeleceu para a região Nordeste novas dimensões da dependência, baseada num processo de reespecialização produtiva voltada para exportação de produtos primários de baixo valor agregado, para que assim, o escoamento do lucro máximo fosse realizado para os países centrais.

Reforçamos a ideia de que se intensificou o rebaixamento das forças produtivas na região, revigorando o seu papel de economia primário-exportadora, aumentando assim a transferência de valor via comércio internacional para os países e regiões mais desenvolvidos. Somando-se ao mecanismo da troca desigual do valor, os capitais que atuam nas regiões subdesenvolvidas podem usufruir de uma maior taxa de mais-valor devido a maior exploração da força de trabalho, com sua remuneração que se encontra abaixo do seu valor, devido ao grande exército industrial de reserva.

Destaca Filgueiras sobre esse momento:

Essa fase é iniciada com o fim da âncora cambial e a adoção do tripé macroecômico, na qual se fortalece o capital produtor-exportador de *commodities* – que amplia seu espaço no bloco do poder por ser vital para reproduzir a instabilidade do modelo (2º governo FHC) e (governo Lula e governo Dilma). (FILGUEIRAS, 2018, p. 530).

Logo, nos deparamos com novas condições gerais impostas pelo imperialismo capitalista aos trabalhadores da região, como por exemplo, a maior precarização do trabalho. Mesmo com todas as políticas sócias compensatórias – nos aspectos do social desenvolvimentismo¹ – realizadas na década passada, tal precarização não foi evitada completamente. (ANTUNES, 2017).

Segundo Osorio (2012), a lógica produtiva do padrão exportador não prioriza o desenvolvimento do mercado interno e se distancia cada vez mais das necessidades da grande parte da população assalariada. Os efeitos da globalização e do dinamismo do padrão exportador não recaem sobre a ampliação do consumo dos assalariados em geral, mas sim numa maior concentração de riqueza, que como consequência constitui a categorização de um novo “operário livre”.

Graças aos mecanismos de “flexibilização do trabalho”, uma massa de trabalhadores tem se tornado em uma espécie de “ser livre de estado provedor de si mesmo”, condição imposta através dos avanços do neoliberalismo e, é claro, pela especialização produtiva voltada para a exportação (ANTUNES, 2017).

¹ Política econômica baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do Estado, com base na economia e no consequente aumento do consumo agregado. Abordagem atrelada ao novo desenvolvimentismo, típico da chamada “Era PT”. Acessado em:

Outra consequência grave desta situação acontece no plano interior da organização do movimento operário, em particular no âmbito do movimento sindical. Por afetar brutalmente a materialidade da classe trabalhadora, enquanto sua forma autônoma de ser, mais propriamente na esfera político-ideológica, sucateia suas ações e práticas mais concretas de se contrapor às exigências do capital. (ANTUNES, 2017).

1 DEBATENDO O IMPERIALISMO

Para melhor compreensão sobre a dinâmica do capitalismo e suas formas de acumulação – nascente e moderno – condicionando a dependência, é importante auferir sobre a temática do Imperialismo. Afinal, o capitalismo está para o imperialismo assim como o imperialismo está para a acumulação ampliada do capital.

Inicialmente, passa a tomar forma e expressão no final do século XVI, com a expansão do capitalismo comercial e mercantil europeu, nos processos de colonização dos sistemas econômicos ainda não capitalistas. Nesse período se inicia a fase de conquista mundial pelo domínio do poder, no que tange os aspectos econômicos, políticos e sociais. Esse momento refere-se ao que Marx chamou de acumulação primitiva do capital.

A superioridade dos Estados europeus advinha do seu poderio naval e militar, proveniente dos saques das riquezas desses sistemas colonizados, mediante o uso de mão de obra escrava e indígena. Até então, os aspectos que envolviam tecnologia e armamentismo pesado ainda não haviam se desenvolvido plenamente, lógica que passa a existir a partir do século XIX, com a ascensão do Imperialismo Inglês.

Com o desenrolar do movimento capitalista, essa superioridade técnica e militar se transformou numa superioridade que passou a agregar os termos econômicos e produtivos, no sentido em que esse novo centro capitalista passou a atuar de maneira intensiva sobre a periferia do sistema ao longo do século XIX, articulando a dinâmica dos fluxos de capitais entre as esferas comerciais. (SADER, 2011). Sob essas condições, a Inglaterra não requereu, necessariamente, uma dominação direta nos termos bélicos, mas sim, numa

dominação baseada no “livre comércio”, mantendo uma rede mundial de bases estratégicas e de colônias diretamente suas.

Então sim, a partir do final do século XIX, a relação dos países centrais com os da periferia se firmou sobre a égide do imperialismo, que se traduzia em uma ampliação generalizada do capital, possibilitando o surgimento de vários estudos teóricos que buscavam entender o momento no qual o capitalismo estava passando. Destacam-se nesses estudos o pensamento de Lenin, Trotsky e Rosa Luxemburgo.

No que diz respeito ao pensamento de Lenin sobre o “Imperialismo, a fase superior do capitalismo” é de que, não se trata de um fenômeno passageiro, ou de uma fase que o capitalismo pode regredir. Sintetizando seu pensamento percebemos que, após acumular contradições de sua natureza mais profunda — de ampliar a produção em escala sempre superior à capacidade de produzir consumo correspondente, gerando estruturalmente um excedente, que requer acumulação em escala sempre maior —, o capitalismo teria “transmutado” a uma forma superior, em que a farsa do livre comércio teria dado lugar ao domínio dos grandes monopólios, da menor relação estado-nação, assim como nas disputas das potências imperiais em escala mundial. (SADER, 2011).

Sintetizando mais ainda o pensamento de Lenin sobre os traços fundamentais do Imperialismo, temos: i) concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios, cujo papel é decisivo na vida econômica de toda sociedade; ii) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse “capital financeiro”, uma oligarquia financeira; iii) diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular; iv) formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; v) a partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas (SADER, 2011).

Percebemos então que a procura – caótica – por lucro, foi o que regulou a formação do modo de produção capitalista. Porém, não somente uma procura simples por lucro, mas a procura por um lucro que seja sempre maior e progressivo quando comparado ao anterior. Essa é a primeira e principal

diferença quando comparamos o capitalismo imperial com outros modos de produção que também se baseavam na exploração.

Diferentemente de outros exploradores de sistemas anteriores ou antagônicos, como já destacava Marx, se utiliza dos frutos dessa exploração para converter os lucros oriundos da composição orgânica do capital (proporção entre capital constante e capital variável) para expandir ainda mais a produção, fazendo com que o capital se acumule. Em sua forma geral do valor, Marx destaca essa máxima na forma (D'), que representa o capital na forma de dinheiro inicialmente investido no processo produtivo, porém já acrescido de uma mais-valia proveniente da exploração do trabalhador no processo produtivo.

Nessa perspectiva, para que essa expansão aconteça num sentido progressista, é necessária a existência suficiente de força de trabalho, que dado o seu momento histórico, será amparado pelas bases de sustentação que o próprio sistema cria e recria. Segundo Luxemburgo (1976), no seu estudo sobre a acumulação de capital e imperialismo, essas bases de sustentação são amparadas por dois aspectos fundamentais: i) permitir a subsistência do trabalhador para que ele possa ser novamente explorado e para que possa se reproduzir dando continuidade a acumulação e ii) a criação de um exército industrial de reserva que esteja constantemente disponível ao modo de produção, que submete o trabalhador à concorrências com as máquinas ou os torna pertencentes a uma mesma e total classe média proletarizada.

Ainda sobre a perspectiva de Luxemburgo:

Depois de esta condição estar preenchida, e de o proletariado estar totalmente disponível para ser explorado e de os próprios mecanismos de exploração serem governados pelo sistema de salários, surge uma nova condição básica para a acumulação de capital – a possibilidade de vender as mercadorias produzidas pelos trabalhadores, a fim de realizar, em dinheiro, o capital adiantado pelos capitalistas, assim como a mais-valia roubada à força do trabalho. (LUXEMBURGO, 1976, p. 68).

Ou seja, inicialmente para que o capital se acumule é indispensável mão de obra abundante, tanto quanto a realização das mercadorias por eles produzidas no ato da venda em si. Só assim um novo ciclo de produção poderá ser iniciado,

utilizando a mais-valia usurpada da força de trabalho, e que agora adentra a esse novo ciclo produtivo, não como àquele capital inicial, mas sim na forma de lucro.

Feita essas primeiras observações sobre a acumulação do capital e o método imperialista, percebemos que o pilar que estrutura uma sociedade capitalista se fundamenta na divisão, ou na luta de duas grandes classes opostas: capitalistas e operários, e a relação de domínio que um exerce sobre o outro. O operário vende sua força de trabalho por um salário previamente estabelecido para ter acesso a uma fração das mercadorias que produziu para que possa subsistir e para que continue sendo explorado. Vale ressaltar que, ao vender sua força de trabalho, ele também se torna uma mercadoria pertencente ao estoque social total das mercadorias, que evidentemente, também se torna propriedade do capitalista. (LUXEMBURGO, 1976).

Estamos lhe dando então com as duas grandes proporções da quantidade agregada das mercadorias da sociedade: meios de produção para continuar o processo de acumulação e meios de subsistência para manter as classes antagônicas coexistindo. Mais uma indagação que a crítica do pensamento político faz sobre essas condições de reprodução do capital é a de que existem mais do que estas duas grandes proporções do estoque social de mercadorias que definem o sistema capitalista.

Ainda sob a ótica de Luxemburgo (1976), a ciência política crítica deve se ater e investigar os elementos que aparentemente se mostram como invisíveis ao processo geral de acumulação do capital. Visto que, a dinâmica de acumulação é caótica e gira em torno do lucro exacerbado, devem-se reconhecer as leis ocultas que organizam a sociedade, diante a confusão causada pela iniciativa privada.

O que a Luxemburgo busca enfatizar nessa problemática é que, o capitalismo só funciona estando interligado aos aspectos imperiais, e que, o Imperialismo seria mais uma dessas grandes proporções determinantes para a acumulação do capital. Ou seja, uma terceira via não menos importante que as outras, mas complementar a elas.

Deparamo-nos então com uma lei moderna do capital, e não um sistema apenas escravagista modernizado, visto que se assim fosse, a exploração dos trabalhadores seria o suficiente para a vida luxuosa dos exploradores. Basta então identificarmos o método de funcionamento do capitalismo assegurado pelo

imperialismo, que desde seu surgimento no século XVI vem se atualizando, garantindo a acumulação ampliada do capital, devemos ir além.

Então se, a produção alargada lança ao mercado uma quantidade ainda maior de mercadorias que não podem ser consumidas por seus operários e nem pelos seus donos capitalistas, onde essas mercadorias encontraram um porto seguro para que possam ser realizadas? Segundo Luxemburgo, os capitalistas buscam novos produtores/consumidores fora do seu local de partida, em ambientes cuja produção não seja considerada puramente capitalista e que não façam parte, necessariamente, das duas grandes classes antagônicas.

Esses produtores/consumidores podem ser encontrados em todas as partes do mundo, considerando que o mundo moderno é uma unidade e está completamente interligado. Partindo então da hipótese de que a produção capitalista está instalada em todos os lugares, até mesmo naqueles não completamente capitalistas, esse método imperial de acumulação ampliada se apoderou em maior ou menor grau de todos os ramos da indústria. (LUXEMBURGO, 1976).

Logo, esses outros ambientes, são fundamentalmente importantes para que a classe capitalista possa escoar seu excedente de mercadorias, realizando cada vez mais a mais-valia em lucro e acumulando capital com base numa superexploração ampliada da força de trabalho.

A questão primordial para o imperialismo é que, na medida em que o capitalismo se desenvolveu plenamente nos seus polos centrais, lançou para os demais países – de passado histórico distintos – condições subalternas de funcionamento. Surge então a discussão sobre o atraso, sobre o subdesenvolvimento, características fundamentais para o funcionamento da dialética que é o movimento histórico do capitalismo mundial. Por motivos técnicos de funcionamento, os centros capitalistas desenvolvidos não podem existir sem a participação desses outros sistemas econômicos “atrasados”.

Sob essa ótica, Luxemburgo afirma que:

Deve-se desenvolver desde o início uma relação de troca entre a produção capitalista e o meio não capitalista, através do qual o capital não só encontra a possibilidade de realização da mais-valia, como também recebe várias mercadorias para alargar a produção, e,

finalmente, adquirir nova força do trabalho através da proletarização, devido a desintegração dos modos de produção capitalista. (LUXEMBURGO, 1976, p. 80).

Estes são apenas os meios econômicos do processo imperial que o capital encontrou para se expandir. Na realidade, o processo histórico do desenvolvimento capitalista sempre se defrontou com uma infinita instabilidade nas relações sociais de troca das mercadorias. Nos casos que surgem interesses antagônicos, o capital apela para o uso de arma e guerras como forma de estabelecer uma política mundial de violência. Afinal, as guerras e a produção armamentista se tornou um dos mercados mais escoantes e lucrativos para o capital. Foi assim no imperialismo Inglês, e se repete com o imperialismo Norte-americano.

Nessa perspectiva, Luxemburgo enfatiza mais uma vez:

O capitalismo se expande através de sua relação mútua com os estratos sociais e países não capitalista, acumulando à sua custa e, simultaneamente, destruindo-as, a fim de ocupar o seu lugar. Os países capitalistas mais avançados participam nesta caça as áreas de acumulação, quanto mais rara se tornam as zonas capitalistas ainda abertas a expansão do capital e mais se agudiza a concorrência, a suas incursões transformam-se numa cadeia de catástrofes econômicas e políticas: crises mundiais, guerras, revolução. (LUXEMBURGO, 1976, p. 81).

Até então, discutimos a respeito da contextualização do capital em etapas para a formação do Imperialismo, este que possibilita o maior escoamento do capital pelo mundo, mediante a maior realização da mais-valia em lucros absolutos. Percebemos que na sua totalidade, os seus principais efeitos são catastróficos, principalmente para os sistemas econômicos que vivem sobe a égide dos parâmetros impostos pelos países capitalistas avançados.

Como o movimento capitalista não é estático e está sempre se modificando, não seria diferente para os aspectos da acumulação do capital, do Imperialismo e da dependência. Por isso, ao investigarmos o estado atual do capitalismo, nos deparamos com um novo Imperialismo e uma nova dinâmica para a dependência. Cabe, portanto, investigar essas hipóteses a fim de compreender com maior precisão, os novos rumos do capital, no que diz respeito

ao próprio desenvolvimento capitalista, ou, neodesenvolvimento como “novo simulacro” do capital para o nosso caso de estudo que é o nordeste brasileiro.

Por isso, frente às indagações sobre o novo imperialismo, nos deparamos com o pensamento de David Harvey, geógrafo econômico que buscou investigar essa condição, na qual iremos dar continuidade posteriormente nos pontos sobre a Era do Novo Imperialismo.

1.1 O Contexto Histórico da Inserção da América Latina ao Mercado Mundial

Submisso a realizar as necessidades dos países colonizadores, o continente latino-americano teve de se especializar na oferta internacional de produtos *in natura*. A historicidade do seu domínio está marcada por um longo ciclo de exploração, baseado na exploração de ferro, ouro e prata, além de matérias primas e alimentos. Todas essas mercadorias eram exportadas (saqueadas) para assegurar o desenvolvimento capitalista dos países imperialistas da época, destacando-se Espanha e Portugal. Toda riqueza adquirida era enviada para as matrizes do sistema, e por essa razão não havia desenvolvimento interno (GALEANO, 2013).

Dessa maneira, a exploração de matérias-primas foi o que configurou a principal característica da colonização na América Latina. Esse tipo de exploração propiciou um melhor desenvolvimento capitalista para os países europeus, que utilizava uma imensa massa de mão de escrava e indígena, sem necessariamente ter que utilizar sua mão de obra doméstica durante a colonização.

A coroa católica Espanhola foi quem conduziu a primeira etapa da colonização, financiando grandes navegações em busca de metais preciosos. Foram encontradas ricas jazidas por todo o território, como por exemplo, a intensa exploração de ouro e prata realizada em Potosí na Bolívia, na vila de Ouro Rico no Brasil, no México e no Peru.

Para extração desses metais preciosos, inúmeros núcleos mineradores foram organizados. Requeria-se uma grande quantidade de mão-de-obra e para isso os exploradores europeus utilizavam de uma elevada densidade populacional

indígena para realizar esse intensivo processo de mineração. Para adequar o trabalho ameríndio a lógica capitalista nascente, duas instituições foram criadas, a encomienda e a mita.

Essas instituições nada mais eram do que métodos de exploração que tinha como finalidade intensificar mais ainda a condição do trabalho escravo indígena. O trabalho era obrigatório por determinado período de tempo e os índios eram escolhidos por sorteio nas suas comunidades. O “salário” pago era baixíssimo, comprometido na compra dos produtos necessários para manutenção de sua existência, realidade que não existia antes da colonização. Além disso, os nativos poderiam ser deslocados para bem longe do seu local de origem, dependendo dos rumos que a exploração tomava.

Na prática, essas instituições permitiam que os colonizadores escravizassem livremente a mão-de-obra indígena. Percebe-se, portanto que, desde a colonização, a mão-de-obra latino-americana foi oprimida pelo aparato bélico e poderio econômico das tropas dos países centrais. Outro fator que deve ser considerado foi a infinidade de doenças e pragas trazidas pelos europeus, que em medida foi dizimando a população indígena. Isso reconfigurou toda a estrutura organizacional dos nativos da América Latina e os deixou sem nenhuma perspectiva. Transformou sociedades muito bem organizadas em um vasto exército de mão-de-obra barata. Percebemos então a primeira articulação entre capital e imperialismo determinando a estrutura produtiva doméstica da América Latina. Escoar imensas remessas de capital para o centro utilizando mão de obra indígena escravizada.

Com essas práticas escravistas promovidas pela colonização, iniciou-se um novo processo de formação étnico-cultural, política e socioeconômica, submetendo as sociedades nativas ao domínio imperial. Naquela época, o aumento do fluxo monetário europeu mediante o saqueio desses metais preciosos fez com que se acumulasse primitivamente um capital, que posteriormente iria redefinir o capitalismo nascente num sistema de combinação desigual entre centro e periferia.

Além de dizimar e escravizar as sociedades aborígenes, os colonizadores europeus traziam consigo pragas que antes não existiam no continente, como a varíola e o tétano, além de várias outras enfermidades pulmonares, intestinais e

venéreas, doenças nas quais a genética do povo latino-americano nunca havia conhecido. O número de mortes foi absurdamente enorme por todo o território latino-americano. Estima-se que a população indígena das Américas somava em torno de 70 a 90 milhões de pessoas, um século e meio depois da colonização, essa população já estaria reduzida a 3,5 milhões.

Dessa maneira, o extermínio em massa dos povos indígenas por conflitos armados, epidemias e pela desestruturação da sua cultura foi o que marcou o processo histórico da inserção da América Latina ao mercado mundial. As sociedades latino-americanas perderam sua autonomia frente aos interesses dos países centrais. E é, por esta razão, que afirmamos que, as transformações internas no centro capitalista, no marco da expansão marítima, configuraram as primeiras etapas estruturais de dependência na América Latina.

1.1.2 A Expansão do Imperialismo Europeu na América Latina

Como vimos, anteriormente, a América Latina “contribuiu” de maneira decisiva para o progresso do desenvolvimento capitalista dos países centrais colonizadores. Indiscutivelmente, essa foi uma das principais condições para o seu sucesso. Devido a grande massa de riqueza e mão de obra abundante, esse desenvolvimento não teria acontecido tão plenamente ou tão rapidamente, tal como aconteceu, subordinado e desigual.

Outra condição que merece destaque é que, as condições de trabalho não estavam em primeiro plano na meta de desenvolvimento por parte dos exploradores. Enquanto a Coroa Espanhola distribuía sua base monetária pela Europa, as civilizações indígenas da América Latina eram devastadas, suas comunidades eram degradadas, a fome e as doenças se generalizavam cada vez mais. Percebe-se, portanto que, a inserção subordinada não carregava consigo traços ou semelhanças do que posteriormente viria a ser chamado de “estado de bem estar”, dentro do pensamento desenvolvimentista capitalista. (GALEANO, 2013).

Além disso, a Coroa Espanhola precisou dinamizar e intensificar o processo exploratório na América Latina, devido o surgimento de novos problemas estruturais provenientes da relação centro-periferia que se desenvolvia

aos poucos, no desdobramento que o poder imperial assumia. A demanda por produtos agrícolas no exterior só aumentava, isso implicava numa maior extração dos bens primários para importação, conseqüentemente, aumentava-se também o nível de exploração da força de trabalho, cada vez mais intensiva. O gasto imperial com as expedições marítimas aumentava gradativamente, intensificando a busca por ouro e prata. Essa nova dinâmica intensificou mais ainda a condição da América Latina como provedora da satisfação da demanda central. (Galeano, 2013).

Com o desenrolar do movimento não estático do desenvolvimento capitalista, a ordem hegemônica dos países centrais foi se modificando. A Espanha tentava manter seu lugar no jogo imperial, utilizando a riqueza usurpada para garantir seu domínio na América Latina. Enquanto isso, a Inglaterra avançava no desenvolvimento da sua indústria manufatureira. Nesse momento a condição de troca entre esses países se alterava completamente. Por um lado, a Inglaterra vendia seus produtos manufaturados por um preço maior, já que possuíam maior valor agregado no mercado internacional, enquanto que a Espanha não desenvolvia sua indústria manufatureira e ficava a mercê em abastecer a economia inglesa.

Nessa perspectiva, na medida em que a América Latina continuava a exportar os produtos primários para abastecer o consumo dos países europeus, a hegemonia imperialista ia sendo gradativamente transferida da Espanha para a Inglaterra. Este marco histórico se refere ao momento final do século XIX, onde as nações latino-americanas conseguiram sua independência política e a Inglaterra passou a assumir o posto de país imperial com a eclosão da primeira revolução industrial.

Mais uma vez, essa nova dinâmica na estrutura do desenvolvimento da economia capitalista nos países centrais, reafirmava, para a sociedade latino-americana, um modelo de desenvolvimento determinado pelas necessidades e demandas internacionais.

Primeiramente, identificamos que a América Latina foi vítima de um processo intenso da concentração internacional do capital, a riqueza gerada não foi distribuída e se acumulou no centro capitalista. Sendo uma colônia de exploração, o desenvolvimento interno nunca foi priorizado pelos colonizadores. A

pequena e envergonhada indústria de bens de consumo surgia apenas para atender as necessidades dos senhores donos de latifúndios, dos quais adotaram métodos subimperialistas dentro continente latino-americano.

Em segundo, todo domínio socioeconômico e cultural combinado com o atraso tecnológico, definiu as primeiras características de dependência para os países latino- americanos e suas regiões, que conquistavam sua independência política durante os anos do século XIX. Nessa época, a hegemonia do capital europeu ia gradativamente se transferindo para a forma industrial, com novos modelos de organização produtiva do capitalismo, resultando em uma nova divisão internacional do trabalho.

Percebemos, portanto, que a condição de dependência foi imposta pelos países do centro capitalista. O caminho do desenvolvimento capitalista na América Latina foi totalmente o oposto àquele que aconteceu na Europa. Essa condição de dependência firmou-se desde os tempos coloniais. Historicamente, o continente latino-americano sempre esteve subalterno ao desenvolvimento capitalista central, e percorreu o caminho do maior atraso tecnológico, da maior dependência econômica e social. Para que os países centrais pudessem se desenvolver, foi necessário financiar esse desenvolvimento através de maiores graus de exploração das economias da periferia do mundo capitalista.

Vale salientar que, esses acontecimentos históricos refletem ainda na dinâmica do comércio atual e no movimento do capitalismo hoje globalizado. Configurou e reconfigurou a dinâmica do desenvolvimento das regiões periféricas da América Latina. Por isso se torna imprescindível realizar esta análise histórica, para que posteriormente possamos adentrar na perspectiva do desenvolvimento do Nordeste brasileiro tomando como ponto de parte o arcabouço teórico formulado pela TMD.

1.2 O Movimento Não Estático do Capital: a Revolução Industrial e a Nova Divisão Internacional do Trabalho

A primeira Revolução Industrial na Europa durante o século XIX fez da Inglaterra a mais nova potência imperialista. Porém, a mudança na legitimidade

do poder do capital da Espanha para a Inglaterra não alterou positivamente a característica subalterna do continente latino-americano para com a Europa. Ao contrário disto, mediante a nova reorganização na divisão internacional do trabalho, a dinâmica da dependência sofre uma readaptação ao novo modelo capitalista imperial que surgia.

Para que se pudesse desenvolver a indústria manufatureira europeia era imprescindível intensificar o fluxo das mercadorias provenientes da América Latina. O comércio era articulado entre a metrópole inglesa e as classes dominantes da América Latina, momento em que a burguesia nacional latino-americana se desenvolvia atrelando seus próprios interesses aos interesses externos. Dessa maneira, a produção de bens primários também se intensificou, para que a troca por produtos manufaturados importados da Inglaterra se realizasse no mercado mundial (GALEANO, 2013).

Este processo firmou mais ainda o atraso tecnológico e o desenvolvimento capitalista para a região. Essa nova fase do sistema norteou todo seu desenvolvimento posterior. Foi o surgimento da indústria que estabeleceu as bases sólidas para a nova divisão internacional do trabalho. Vale destacar também que, a partir desse momento, com a deterioração dos meios de troca no mercado internacional, intensificou-se a condição da “troca desigual do valor”, categoria marxiana desenvolvida por (MARINI, 2011), que será detalhada e discutida no próximo capítulo.

Portanto, enquanto a Europa desenvolvia sua atividade industrial a América Latina se especializava na produção de produtos agrícolas para a exportação. É também nesse contexto histórico que firma-se uma das máximas contradições do desenvolvimento combinado e desigual do capital enquanto unidade: o centro desenvolve a indústria e aprimora sua tecnologia, enquanto o continente latino-americano é forçado a intensificar sua produção agrícola, atrasada e rudimentar. Adaptando-se cada vez mais às necessidades do mercado internacional, a região dependentista se percebe encurralada na necessidade de aumentar a sua oferta de alimentos para o resto do mundo (GALEANO, 2013).

Sob essa perspectiva de expansão do capitalismo entre as nações, de mudança no paradigma imperialista e de nova divisão internacional do trabalho, surge uma primeira categoria utilizada pela TMD para explicar a dependência:

essa categoria é a troca desigual do valor (MARINI, 2011). Visto que o comércio internacional não maximiza a riqueza econômica entre as nações de centro e periferia, os países que produzem em setores de menor valor agregado como o de bens primários, e que possuem tecnologia rústica e atrasada (o caso da América Latina) colhem desvantagens graças à deterioração dos termos de troca. Essa deterioração é baseada na queda dos preços dos produtos primários ao longo do tempo, que caem relativamente ao preço dos bens industriais.

1.2.1 Subdesenvolvimento e Superexploração na América Latina

Foi no contexto das análises sobre a intensificação da internacionalização do capital e também das críticas aos modelos de substituição de importações na América Latina que a teoria marxista da dependência (TMD) foi originalmente formulada. Seu surgimento remete a uma ruptura no paradigma até então dominante nas ciências sociais, que afirmava a existência de uma linearidade progressiva no processo de desenvolvimento capitalista das economias nacionais (MARINI, 2005).

Neste sentido, deve-se entender que para a TMD, o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas sim uma condição necessária de funcionamento do capitalismo, que se dividiu entre centro e periferia. Portanto, subdesenvolvimento não é a ausência de desenvolvimento, e não existem regras específicas que possam ser seguidas para alcançar este desenvolvimento (Frank, 1980).

Além desse formato entre centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, se firmou outra condição para o desenvolvimento da periferia chamada por Gunder Frank de “constelações metrópoles-satélites”, que abrange o sentido subimperial, quando regiões domésticas mais desenvolvidas – como, por exemplo, o centro/sul do Brasil – passa a determinar subcondições às regiões mais “atrasadas” – como, por exemplo, o norte/nordeste do Brasil. Vale destacar que isto se refere a lógica da nova dependência sob o comando do novo imperialismo (Frank, 1980).

Na maioria dos casos, mas precisamente durante o pós-segunda guerra mundial, os estudos preocupados com a questão do desenvolvimento, firmaram-se apenas na compreensão dos aspectos que envolviam as metrópoles capitalistas, deixando de lado as condições que favoreceram o subdesenvolvimento nas demais regiões do mundo, coloniais e subdesenvolvidas. Dessa maneira, a maior parte das categorias teóricas para a política do desenvolvimento é proveniente quase que exclusivamente das nações de capitalismo avançado da Europa e da América do Norte.

Paralelamente, a TMD era composta por teóricos e teorias que carregavam consigo metodologias distintas, porém, compartilhavam do mesmo pensamento, de que fundamentalmente a condição do subdesenvolvimento é a realização do capitalismo nas economias dependentes através de mecanismos de subordinação, que ampliam e desenvolvem o capitalismo nas economias centrais.

As duas principais correntes teóricas, ambas de inspiração marxista, que se destacam dentro do pensamento da TMD foram: uma elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (conhecida pelo seu caráter investigativo social, mas não econômico) e a outra que ficou conhecida propriamente como a teoria marxista da dependência para a América Latina, composta por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, que desenvolviam um pensamento de superação do capitalismo dependente muito diferente dos primeiros teóricos citados. Estes são conhecidos como os autores clássicos da TMD.

A missão da TMD em estudar a economia latino-americana, a partir da década de 1960, foi de compreender as relações socioeconômicas do continente com o resto da economia mundial. As construções teóricas de vários pensadores, como: Marx e Engels sobre a situação colonial (acumulação primitiva do capital) e o funcionamento geral do capitalismo, as teorias do imperialismo (por Lenin, Rosa Luxemburgo e Hilferding), além da aplicação do marxismo para compreender o subdesenvolvimento, empreendida por Paul Baran, proporcionaram aos teóricos da TMD a compreensão real da natureza específica do desenvolvimento capitalista dependente na região periférica do mundo, com enfoque na América Latina. Estes antecedentes foram o principal marco teórico utilizado para aprofundar o pensamento sobre a dependência no continente (LIMA, 2017).

Como vimos, a perspectiva teórica original da TMD fundamenta-se no passado histórico desses países/regiões periféricos. São dependentes em gênese. Uma vez que ao se integrarem ao capitalismo mundial via expansão imperialista dos primeiros países capitalistas desenvolvidos, no ápice da acumulação primitiva do capital no decorrer do século XVI, tornaram-se reféns das amarras do capital internacional.

De tal maneira que, a inserção subordinada favoreceu o surgimento do subdesenvolvimento, permitindo que a acumulação estivesse focada na ampliação da extração de mais-valia relativa via ganhos de produtividade nos países centrais. Condição agravada mediante a transferência de valor, que naquele momento já ocorria em escala internacional entre os continentes, situação dada como regra. Identificou-se que, durante este processo inicial de acumulação, as economias centrais conseguiram se expandir e dinamizar o seu desenvolvimento, sustentado no longo prazo, enquanto a periferia só reproduzia uma expansão limitada baseada na produção de produtos de baixo valor agregado (LIMA, 2017).

Em resumo, o pensamento da TMD se deu devido a preocupação em investigar o processo histórico dessas sociedades, que se desenrolava incipiente desde os tempos coloniais, mas que carregava novas e drásticas mudanças para o continente latino-americano a partir da década de 1930 (MARINI, 2005). Neste momento, o projeto de desenvolvimento das nações estava amparado no modelo de substituição de importações (medida utilizada para estancar o vazamento de renda via comércio internacional).

Porém, esse processo de desenvolvimento autônomo logo foi interrompido por uma série de ataques e golpes militares, colocando os estados nacionais sob o controle de uma pequena fração da burguesia interna mais reacionária, submetida aos interesses internacionais. A concentração de renda ainda mais acentuada e a subordinação explícita das economias nacionais que emergiram com as ditaduras, fez cair o consenso vigente sobre a necessidade de desenvolvimento capitalista para a região.

Outro fator que fez a interpretação desenvolvimentista ser deixada de lado foi o seu aspecto democrata-burguês, que identificava relações feudais ou semifeudais no campo brasileiro, ou um *continuum* evolutivo das transformações

do capital. Em contrapartida, era possível perceber que essa modernização do capital não podia mais ser encarada como um fenômeno universal, ou um estágio social que todos os países poderiam alcançar. Iremos melhor discutir esses pontos no próximo capítulo.

De maneira geral, os teóricos clássicos da TMD buscaram superar e desconstruir as ideias das duas principais interpretações do pensamento de esquerda sobre os métodos de desenvolvimento socioeconômico do continente: primeiramente, o método estruturalista do nacional desenvolvimentismo formulado pela CEPAL e posteriormente a elaboração feita pelos partidos comunistas da região, que acreditavam que era preciso uma aliança entre as classes em prol da industrialização. Ou seja, para estas duas principais correntes, o objetivo a ser alcançado era a modernização (revolução burguesa e desenvolvimento) do capitalismo nacional contra os interesses internacionais (BAMBIRRA, 1978).

Neste sentido, abordaremos a seguir o contexto histórico geral em que se desenvolveu a teoria marxista da dependência (1960 e 1970), apresentando os principais pontos propostos pela corrente para interpretar o processo de desenvolvimento econômico e social latino-americano, para que posteriormente possamos adequar ou não suas categorias à realidade atual da região Nordeste do Brasil, enquanto região periférica na chamada era neodesenvolvimentista, que agrega os anos de 2003-2010.

Para que o objetivo estipulado seja alcançado, discutiremos a noção de desenvolvimento dentro do sistema capitalista até chegarmos ao ponto em que se tornou possível repensar o sistema, dividido em centro e periferia, porém não em termos de estágios evolutivos, mas como sendo uma unidade dialética contraditória.

Mais uma vez, será feito um resgate histórico sobre as condições impostas para a região latino-americana durante o ciclo desenvolvimentista e as teorias que correspondiam a este momento, chegando à crise desse modelo e conseqüentemente às teorizações em torno da dependência. Prosseguindo, o arcabouço teórico da TMD será esmiuçado, destacando-se sua metodologia e as principais categorias de análise para uma economia periférica dependente, submissa aos interesses do capital internacional, identificada como uma região de pouca autonomia social e baixa dinâmica econômica.

2 AMÉRICA LATINA E O CICLO DO DESENVOLVIMENTO: DAS TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS ÀS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA

A principal característica histórica que marcou o século XIX e reconfigurou a dinâmica mundial foi a consolidação do sistema capitalista na Europa. Seu mais novo sistema produtivo se alastrava, possibilitado pela revolução industrial Inglesa, que também já havia se expandido para os demais continentes do mundo, guiado através da força do imperialismo, inicialmente com os colonizadores Espanha e Portugal, depois com o imperialismo Inglês, ambos acumuladores e ampliadores de capital.

Segundo Dos Santos (2011), no início do século XX as bases do sistema já se encontravam muito bem estruturadas, já era possível distinguir as diferenças de riqueza entre os países capitalistas e os subalternos a ele. Por esta razão, as ciências sociais da época buscavam explicar o fenômeno do desenvolvimento a partir dos métodos de industrialização e de modernidade nos quais as instituições haviam se materializado, nascente na Europa e consolidada nos Estados Unidos.

Ainda segundo o autor, o pensamento presente nos embates teóricos era a afirmação da noção de *continuum* evolutivo, ou seja, o subdesenvolvimento seria um estágio preliminar para alcançar o pleno desenvolvimento. De tal maneira que, o subdesenvolvimento nada mais seria do que um estágio de ausência das práticas concretas do evolutivo desenvolvimento. Essas práticas poderiam ser concretizadas se as regras e os passos da institucionalidade capitalista fossem cumpridas. Em suma, a grande maioria das teorias institucionais tinha como foco a adoção de políticas de estado participativo e dinamizador, necessárias para que as nações decolassem rumo ao progresso.

Em meado dos anos 1930, com a publicação do manifesto latino-americano de Raul Prebisch a visão de desenvolvimento cepalina passa a ter grande destaque dentro do pensamento teórico. Sua cartilha para o progresso influenciou todo o processo de desenvolvimento que seguiu firme até o final da década de 1970. Diferentemente das outras teorias estadistas que se encontravam estancadas, a teoria cepalina avançava, propondo que o desenvolvimento do continente latino-americano encontraria dificuldades de

efetivação devido às limitações impostas pelo comércio que realizava com os países desenvolvidos.

Dessa maneira, para que possamos dar continuidade a hipótese teórica da TMD que orientam esta pesquisa, é preciso destacar algumas linhas acerca do conceito de desenvolvimentismo, tal qual cunhado na América Latina do século XX, dentre os anos 1930-1970. Entendendo a polissemia e a diversidade de seus casos históricos governamentais, o desenvolvimentismo e seu cognitivo direto desenvolvimento surgem como preocupações em todo o continente, mas precisamente neste período pós Grande Depressão.

Sem dúvidas, foi o fracasso das ideias liberais monetaristas que norteou os elementos geradores da grande crise desse modelo de acumulação. Como resposta para superação desse contexto de depressão econômica na década de 1930, surge um ambiente político-social que demandou a intervenção estatal como padrão a ser implantado.

Vale ressaltar, que mesmo que as experiências históricas desenvolvimentistas tenha percorrido esse longo passado histórico, cuja gênese remota a grande expansão do capital no século XIX com a primeira revolução industrial, foi a partir da grande depressão de 1930 com o surgimento das escolas e teorias a cerca da dualidade desenvolvimento/subdesenvolvimento, em boa parte dos países latino-americanos, que começa a se moldar esse pensamento econômico teórico, se consolidando nas décadas de 1950 e 1960. (BRITO, 2019).

Portanto, para que possamos compreender essa máxima que é o conceito de desenvolvimento, do qual não existe uma regra ou metodologia específica, devemos nos ater à luz do materialismo histórico dialético, observando de que forma ideologia e políticas econômicas foram capazes de alçar um determinado modelo de desenvolvimento. Seja dos modelos mais antigos do século passado, quanto aos modelos mais recentes. Do modelo clássico de Processo de Substituição de Importações (PSI), que orientou as formulações da escola econômica estruturalista da CEPAL, ao modelo que conduziu o novo desenvolvimentismo dos anos Lula.

Uma vez que observarmos esta relação entre ideologia e experiência histórica objetiva, poderemos auferir com maior precisão as características que indicam e delimitam o conceito de desenvolvimento, circunscrito a um conjunto de

políticas econômicas e sociais razoavelmente sistematizadas, que se distinguem entre os diferentes governos latino-americanos.

Segundo o pensamento de Brito (2019), temos como orientação ao desenvolvimento no século XX os seguintes aspectos: i) Um projeto deliberado ou estratégia tendo como objetivo a nação e seu futuro. Podendo ser associado a um projeto nacional que não dispensa necessariamente o capital estrangeiro, mas o entende como algo a ser instrumentalizado a partir de opções políticas endógenas às escolhas das frações dominantes destas economias periféricas; ii) A intervenção consciente e determinada do Estado. Entendendo o Estado como uma arena de disputas intra-frações de classes hegemônicas e que no exercício da dominação lançam mão de estratégias de consenso e coação para incorporar as frações não dominantes no dado projeto nacional esboçado, configurando uma postura populista de esquerda e/ou direita de governação. A incorporação consciente destes setores subalternizados é absolutamente importante para o êxito da estratégia desenvolvimentista. Foi assim na era do Estado Novo Vargasista e também na democracia liberal institucional de Juscelino Kubitschek; e por fim, iii) Industrialização como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário.

Em resumo, a formulação histórica de uma ideologia desenvolvimentista caminhou na aceitação de um modelo macroeconômico, que pressupõe a existência da condição de “atraso” com relação aos países centrais desenvolvidos da economia capitalista global, e que deve, portanto, seguir essas orientações para que se possam ultrapassar as etapas que impedem de alcançar o desenvolvimento máximo. Porém, a própria dinâmica do materialismo histórico nos mostra que não é bem assim, e que não existe de fato uma receita ao desenvolvimentismo (BRITO, 2019).

Essa metodologia possibilitou o reconhecimento de que o sistema capitalista é dividido entre centro e periferia. Percebeu-se que, diferentemente do que dizia a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, o comércio internacional não funciona equitativamente, sendo incapaz de maximizar a riqueza econômica entre os países envolvidos.

Sendo assim, firma-se o contra ponto a teorias das vantagens comparativas de Ricardo, as teorias desenvolvimentistas da CEPAL e dos estruturalistas pós-keynesianos: os países de capitalismo periférico colhem desvantagens econômicas por produzirem produtos de baixo valor agregado, enfrentando a deterioração dos termos de troca no mercado internacional, visto que o preço desses bens cai com o tempo, relativamente ao preço dos bens industriais, produzidos pelos países centrais. Portanto, esse pensamento estimulava a produção industrial no continente latino-americano, para que o estágio de subdesenvolvimento fosse deixado para trás. Dessa maneira, seria necessário criar um sistema de bloqueio às importações, ou, mais especificamente, uma política de substituição de importações.

Percebe-se, portanto, que a teoria cepalina, mesmo mediante o avanço no posicionamento teórico, mantinha-se presa aos métodos etapistas do progresso econômico. Segundo seu pensamento, o subdesenvolvimento na região era culpa de sua configuração produtiva interna que o permitia acontecer, sendo uma característica fundamental dos países latino-americanos. Bastava apenas que se aplicassem políticas econômicas heterodoxas – medidas certas a serem tomadas – que o desenvolvimento seria alcançado. Frente a isto, Marini realiza uma crítica ao pensamento cepalino:

Não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo da complementaridade (...) mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico da acumulação do capital. (MARINI, 2005).

Em 1960 confirmou-se o fato de que o capitalismo não foi capaz de universalizar o desenvolvimento para os países periféricos. Mesmo alinhando suas políticas as praticadas nos países desenvolvidos, às metas rumo ao progresso não foram almeçadas. Apenas os países que foram pioneiros do capitalismo no século XIX é que continuavam na condição de expansão do desenvolvimento capitalista em suas economias. (LIMA, 2017, p.24).

Até mesmo os países que seguiram a cartilha desenvolvimentista, adotando as regras das políticas “necessárias” (heterodoxas), não obtiverem resultados tão satisfatórios, e mesmo colhendo alguns índices de crescimento econômico nas décadas anteriores, não haviam avançado socialmente, ou

plenamente, rumo ao desenvolvimento do estado-de-bem-estar. A concentração de riqueza se acentuava, e o analfabetismo e a exclusão social se encontravam em elevado nível. Além disso, a sua industrialização estava fadada aos recolhimentos em investimento externos, limitando a autonomia dos capitais nacionais. (LIMA, 2017, p. 25).

Percebemos, portanto que, a teoria cepalina sobre (sub)desenvolvimento da América Latina e o pensamento dos partidos comunistas (PC'S), foram os predominantes no campo progressista na ideologia política daquele momento. Enquanto a CEPAL sugeria o nacional-desenvolvimento para promover a substituição de importações superando as limitações impostas pela deterioração dos termos de troca, os partidos comunistas apoiavam-se na ideia de união entre as classes antagônicas (trabalhadora e burguesia nacional), objetivando a revolução burguesa. Com essa união entre as classes, as forças dominantes (colonialistas e imperialistas) seriam derrotadas, e com isso, a luta de classes em prol do socialismo poderia avançar.

Echa por tierra la concepción estratégico-táctica de los partidos comunistas que fundada en una interpretación dogmática y esquemática de la realidad latinoamericana proconizaba una alianza de las clases explotadas con la burguesia nacional progresista – dentro de la cual el proletariado debería luchar por su hegemonia – para alcanzar la instalación de gobiernos nacionalistas y democráticos, vale decir, “antioligárquicos”, “antifeudales” y “antimperialistas”. (BAMBIRRA, 1978, p. 4).

Em resumo, a teoria de desenvolvimento Cepalina acreditava na superação do subdesenvolvimento mediante os aspectos industriais via substituição de importações, com um Estado planejador-produtor cooperativo com o capital internacional (financeiro e produtivo) junto à mecanização do campo e da renda da terra.

Logo após o fim da segunda guerra mundial, os aportes estrangeiros de investimentos em capital fixo reorientam as novas formas de seguir avançando o capitalismo dependente na produção de bens de maior valor agregado. Mediante isto, o papel do capital nacional da América Latina foi o de ser “sócio-menor” do capital estrangeiro, abandonando o projeto nacional-desenvolvimentista-populista com as classes dominadas, demonstrando seu caráter entreguista às exigências

estrangeiras. Para a logística do capital financeiro internacional não havia termos a serem cooperados.

Ou seja, a massa trabalhadora que compunha a maior parte da população era deixada de lado, suas demandas não eram o foco das políticas estadistas, visto que a classe nacional dirigente estava comprometida com os interesses do capital externo em dominar os setores mais dinâmicos das economias nacionais. Neste panorama pós-guerra mundial, fica claro a fragilidade da autonomia dos países latino-americanos em busca do desenvolvimento emancipado, evidenciando sua dependência econômica (BAMBIRRA, 2012).

Enquanto essa era a realidade predominante na América Latina, paralelamente, a revolução Cubana tornava real a ameaça revolucionária contra o capital. Os países que não tinham efetivado a revolução burguesa agora possuíam suporte empírico para desenvolver métodos efetivos a fim de superar o capitalismo dependente. A revolução em Cuba permitiu a elaboração de inúmeras teorias que levassem o fator da dependência em conta, visto que a alternativa de desenvolvimento socialista era realmente possível.

Nesta perspectiva, surgem várias teorias sobre a dependência no continente, na busca de explicar os condicionantes no processo de desenvolvimento capitalista na região. As principais teóricas são: i) Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra; ii) Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto; iii) e outra fruto da autocrítica estruturalista e nacional-desenvolvimentista, composta por Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raúl Prebisch. As duas primeiras citadas foram as que mais se destacaram no debate clássico sobre a dependência latino-americana. É claro que tão mutável quanto o próprio movimento capitalista, essas teorias também se atualizaram, como veremos nos capítulos posteriores.

Em síntese as ideias centrais do pensamento sobre a dependência podem ser resumidas em quatro pontos, e que são comuns a todas as correntes: i) o subdesenvolvimento está conectado ao processo do crescimento dos países industrializados; ii) desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos do mesmo processo global; iii) o subdesenvolvimento não é uma condição anterior ao desenvolvimento; iv) a dependência também se manifesta na estrutura interna dos países periféricos (social, ideológica e política). (DOS SANTOS, 2000).

Portanto, é específico da Teoria Marxista da Dependência vincular a união entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, um sendo retroativo ao outro. Um efeito global unificado, dentro de uma unidade dialética que é o sistema capitalista mundial. Além destas questões, grande parte da sua crítica é voltada àquelas teorias que acreditavam na linearidade do processo de desenvolvimento, que se baseavam na crença de que seria possível uma aliança entre estado, burguesia e trabalhadores em prol do nacional-desenvolvimentismo.

2.1 O Arcabouço Clássico/Teórico da TMD

Como vimos anteriormente, o pensamento comum entre as teorias da dependência parte do pressuposto de que uma determinada relação entre as nações condiciona o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, sendo esta relação a dependência: (...) uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2011).

Portanto, a partir desta perspectiva, percebemos que a América Latina é serviçal do mercado internacional para assegurar a acumulação do capital com base na exploração de mais-valia relativa. Esta é uma forma de apropriação do valor excedente que está relacionado a aumentos de produtividade, ligados intimamente pela correlação entre as perdas dos termos de troca e a maior superexploração da força do trabalho. Ou seja, a acumulação na periferia é baseada numa mais-valia absoluta (aumento da exploração física e mental da força de trabalho), e conseqüentemente, em menores ganhos de produtividade.

Ainda, segundo Bamberger:

Não existe um condicionamento absoluto, mas sim um condicionamento de parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cuja interações, choques e lutas dão alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro dos parâmetros gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis. (BAMBERGER, 2012).

Com base na afirmação de Bamberger, constatamos que o vínculo entre estrutura interna e dependência não é plenamente rígido, isto é, vai além dos

marcos da dependência, é a estrutura específica de cada região que concebe e da forma concreta aos parâmetros gerais do movimento capitalista, dados pelo maior grau na relação de dependência.

Diante desses prévios pontos apresentados, continuaremos a esclarecer mais conceitos sobre as formas clássicas de dependência, desenvolvidas pelos teóricos clássicos da TMD através do materialismo histórico, que nos ilumina a imagem da dependência contemporânea.

2.1.1 As Formas Históricas de Capitalismo Dependente

O economista brasileiro Theotônio dos Santos foi o teórico responsável em sistematizar e categorizar os períodos ou as chamadas formas históricas de dependência para a América Latina. Na interpretação do seu texto “A Estrutura da Dependência”, fica evidente que desde que fora integrado à economia mercantil no século XVI, o continente latino-americano se inseriu de maneira dependente ao modo de produção capitalista, no qual já moldava a estrutura inicial do “sistema-mundo”. Porém essa forma de inserção na qual possibilitou a relação de dependência não é fixa, não é estática, visto que foi e é condicionada de acordo com o seu momento histórico:

- i) Pelas formas básicas dessa economia mundial que possui suas próprias leis de desenvolvimento; ii) pelo tipo de relação econômica dominante nos centros capitalistas e pelos modos como estes se expandem, e iii) pelos tipos de relações econômicas inexistentes nos países periféricos que são incorporados à situação de dependência no âmbito da rede de relações econômicas internacionais gerada pela expansão capitalista. (DOS SANTOS, 2011, p. 7).

Segundo o arcabouço clássico dos teóricos da primeira geração da TMD, existem três formas históricas de dependência na América Latina: a dependência colonial, a dependência financeiro-industrial e a dependência tecnológica-industrial. Ou seja, a partir de uma forma geral de dependência vigente que rege as condições do funcionamento do capitalismo, é que a estrutura interna e as relações internacionais dos países dependentes serão moldadas. (LIMA, 2017, p.28).

Ainda que se respeitem as formas históricas de dependência, acreditamos que uma nova fase (quarta fase da dependência) está posta em vigor no mundo contemporâneo, dado o movimento não estático do capital, onde o principal personagem é o capital fictício portador de juros, que detém o maior poder nas relações comerciais entre as nações. Porém reservamos a problematização deste ponto para o próximo capítulo. Por momento, continuaremos a tratar das três principais formas históricas.

Ainda sob esta mesma ótica, a primeira forma histórica de dependência pode ser identificada pela máxima exportação de produtos *in natura* para os países centrais da Europa. O capital comercial e financeiro detinham o controle dos estados patrimonialistas europeus, além de possuir o domínio do monopólio do comércio, dos bens e riquezas naturais e da força de trabalho escravo em todas as colônias. (LIMA, 2017).

Já a segunda forma histórica de dependência passou a funcionar por volta do século XIX, com a conquista da independência política das nações latino-americanas e com a consolidação da revolução industrial pelo mundo, foi possível que o capital se expandisse por todo continente, dominando os investimentos na produção de bens primários que subsidiavam sua industrialização tardia e rudimentar.

Seguindo para a terceira forma histórica de dependência, destaca-se a era tecnológica-industrial, cujo marco remete a um momento de mudanças na divisão internacional do trabalho. Depois da segunda guerra mundial, os mercados internacionais demandavam um novo modelo produtivo capitalista que se baseava no consumo em massa de novos produtos e de novos capitais.

Observou-se um incremento excessivo dos investimentos das multinacionais no continente, para aquecer a demanda recém-formada através de bens de consumo de baixo valor agregado. Foi neste momento que a América Latina provou do processo de substituição de importações (PSI), processo fundamental para aquisição de bens de capital para alavancar o desenvolvimento da indústria interna. Esses bens de capital eram produzidos nos países centrais, e para que se pudesse realizar sua obtenção, era necessária a capitação de moeda estrangeira através das exportações dos produtos primários.

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores de produção industrial (observa-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas formas de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. Indo mais longe, pode-se distinguir na economia internacional escalões, nos quais vão sendo recolocados não apenas os novos países industriais, mas também os mais antigos (...) (MARINI, 2005, p. 194).

De fato é que existiam dois principais empecilhos para obtenção do maquinário necessário à industrialização: primeiramente os recursos gerados pelo setor externo eram limitados, que baseado fundamentalmente por *commodities*, restringia o saldo comercial da balança de pagamentos, gerando déficit primário nas contas estatais; em segundo lugar existiam limitações quanto ao monopólio tecnológico desejado, visto que esses capitais pesados pertenciam aos países centrais.

Destas duas principais limitações surgem três consequências fundamentais para que possamos entender a dependência tecnológica: o mercado internacional garantia a permanência das relações retrógradas de produção e poder, além de controlar a transferência de valor em decorrência da submissão dos países periféricos frente ao capital internacional, o que dificultava mais ainda a promoção de soluções eficazes à respeito dos saldos negativos comerciais.

Ou seja, a primeira consequência decorre da necessidade de manter o setor primário exportador para geração de divisas, afim da importação do maquinário necessário, que é um setor limitador na obtenção de ganhos significativos de produtividade, devido à intensa exploração da força de trabalho. Além do mais, este é um setor que colhe desvantagens comerciais no plano internacional devido à tendência de depreciação no seu preço, como veremos mais a frente na discussão sobre a “troca desigual do valor”. Vale ressaltar também que, as formas oligárquicas e antidemocráticas do poder político intimamente ligado a essa lógica setorial aprofundam ainda mais a desigualdade social dos países periféricos.

Em seguida, relaciona-se outra consequência ao monopólio tecnológico dos bens de capital às empresas que detêm o poder sobre estes mesmos bens.

Elas simplesmente não vendem suas mercadorias. Isto é, o que realmente está por trás da venda se encontra no jogo de interesses que será regido através da cobrança direta de *royalties* ou sobre a conversão desses mesmos bens em capital investido diretamente na periferia.

Perante essa ótica de funcionamento do mercado internacional, os empresários domésticos colhem desvantagem que erguem as dificuldades em importar tais insumos necessários à industrialização. Por esta razão que, os governos se veem obrigados a facilitar a entrada de capital estrangeiro na sua economia. Percebemos, portanto que, autonomia financeira ao investimento doméstico também é uma condição proveniente da dependência tecnológica. Esse capital estrangeiro é dotado de liberdade para se movimentar como quiser na economia periférica, podendo ser reinvestido internamente ou retornar ao seu país de origem. (LIMA, 2017, p.30).

A terceira e última consequência diz respeito ao déficit estrutural que ocorre devido ao controle dos setores mais “produtivos” dos países periféricos. Por ser o maior setor dentro dessas economias, o capital acabando repartindo a maior parte dos lucros obtidos, facilitando a saída de recursos que acaba prejudicando a conta externa da região dependente. Então como medida de prevenção para diminuir as tensões causadas por essa fuga de capitais, os governos solicitam financiamento externo, como empréstimos, para cobrir o déficit que potencialmente gerado.

Ainda, segundo Marini (2005), o modo como é feito esse financiamento aprisiona mais ainda o continente à dependência. As taxas de juros para o pagamento desses empréstimos são galopantes e minam progressivamente a capacidade de investimento autônomo interno dentro dessas economias dependentes, visto que agora também estão comprometidas ao pagamento dessas dívidas.

É importante o entendimento de que, independente de como se assume a forma da dependência nesses países e nas suas demais regiões, o modelo de desenvolvimento capitalista proposto não prioriza os anseios da classe trabalhadora. Ao contrário disto, só piora as condições de trabalho, uma vez que os capitais internos precisam baixar os custos de produção, recaindo sobre os salários, que já são baixíssimos, e que quando inserido a uma produção intensa,

acabam não participando dos ganhos decorrentes da produção. (LIMA, 2017, p.30).

Dando sequência, para adentrarmos na próxima categoria marxiana, se faz necessário um breve estudo sobre a questão do valor em Karl Marx como ponto de partida para entendimento sobre a sua teoria do valor.

2.2 Karl Marx e a teoria do valor: os dois fatores da mercadoria

Para que possamos dar continuidade no desenvolvimento das categorias elaboradas pela TMD para o estudo da dependência, devemos antes discutir, em um breve esforço sistematizado, o conceito de valor para Karl Marx, tal qual como é discutida na obra “O Capital” (1867). O entendimento de sua teoria nos permitirá uma maior compreensão, dado a importância de seu pensamento dentro da teoria econômica geral do valor. Dessa forma, acreditamos que a teoria do valor em Marx é o pilar fundamental de toda a teoria econômica marxista. Nesta perspectiva, discutiremos a seguir as três formas do valor: valor, valor de uso, valor de troca e valor trabalho.

Inicialmente, Marx inicia sua investigação analisando a mercadoria, esta que em sua essência – composição embrionária, tanto na sua totalidade quanto individualmente, é a única coisa capaz de medir a riqueza de uma sociedade. Assim, a mercadoria surge como um elemento externo à sociedade, com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas. Diante das infinitas possibilidades de existência e subjetividade humana, temos como “necessidades” uma medida infinita de satisfações a serem realizadas, que podem ser tanto de origem física quanto de origem mental. Neste sentido, Marx apontava que “a natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa” (MARX, 1988, p. 45). Portanto o desejo do espírito é tão real quanto a fome para o corpo.

Devemos então encarar essa mercadoria sob um duplo aspecto, ou sob um duplo ponto de vista, segundo sua quantidade e sua qualidade, e que podem ser úteis em diversos aspectos. Ela pode existir para satisfazer as necessidades de subsistência, funcionando como objeto de consumo do ser humano, ou pode

existir como meio de produção para satisfazer indiretamente ou diretamente a produtividade do capital. Com base nisso, percebemos que a utilidade de uma determinada coisa qualquer faz dela o seu valor de uso (MARX, 1988).

Em resumo, cada coisa existente no mercado carrega em sua aptidão satisfazer necessidades da vida humana. É, portanto, a realização material do indivíduo em uma sociedade, e seja ela qual for, deve minimamente cumprir essa condição.

Porém, a utilidade de uma coisa só pode ser determinada mediante as propriedades essenciais presentes na mercadoria. Isto é, a utilidade não existe sem a mercadoria, ou sem a coisa. Dessa maneira, a utilidade sendo vista como valor de uso só irá se realizar no ato do uso em si, mediante o seu próprio consumo. Essa é a premissa básica para a existência do valor e do valor utilidade.

Devemos nos ater então que, na sociedade capitalista os infinitos valores de uso expressam todo o conteúdo material da riqueza, estando presente em qualquer que seja o seu formato social. Sendo assim, quando em sua totalidade a mercadoria constituir um valor de uso, também abrangerá os termos que possibilitam um novo valor: o valor de troca. De maneira que, se uma coisa possui valor e valor de uso, ela também possuirá um valor de troca (MARX, 1988).

Entende-se, portanto, que valor de troca, segundo Marx, surge como uma relação quantitativa, que será proporcional ao valor de uso que se deseja ser trocado pelo valor de uso em posse. Essa relação muda constantemente no tempo e no espaço, de forma que o valor de troca aparece como algo casual ao valor de uso, dependente das necessidades gerais do comportamento mercantil de uma sociedade.

O valor de troca é algo puramente relativo a mercadoria, visto que nada pode ter um valor de troca intrínseco, sendo que este valor é correspondente ao quanto que poderá render no ato da troca por outra mercadoria, para então satisfazer diferentes valores de uso. Marx utiliza o exemplo clássico de troca para explicar essa situação. Digamos que em uma transação mercantil, 1 quilograma de trigo poderá ser trocado por “X” quantidades de sapato; “Y” metros de seda e “Z” fios de ouro. Percebe-se que o trigo possui múltiplos valores de troca, ao invés

de um único. No entanto, essas outras mercadorias devem ser exclusivamente permutáveis umas pelas outras ou iguais entre si.

Desta forma, o valor de troca é a forma como se manifesta, aparentemente, um conteúdo mercantil que pode ser distinguível entre outras tantas mercadorias. Se certa quantidade de trigo pode ser trocada por certa quantidade de ferro, qualquer que seja sua relação de troca, sempre poderá ser representada por uma equação que, dada quantidade de trigo sempre poderá ser igualada a alguma quantidade de ferro.

Existe, portanto, algo em comum, ou valores de uso em comum nessas mercadorias, que podem ser traduzidos na equiparação dos termos da necessidade quando o valor de troca se realiza. Ainda sob essa perspectiva, afirma Marx (1988): “Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que em si para si não é nenhuma nem outra. Cada uma das duas, enquanto valor de troca deve ser, portanto, redutível a essa terceira.”.

Ou seja, se permuta algo em comum de mesma grandeza mesmo que em mercadorias distintas. O que ocorre então é que, essas mercadorias e seus respectivos valores de troca só podem ser reduzidos a semelhanças que agregue valores de uso similares ou parecidos, constituídos por sua utilidade subjetiva, das quais são representadas em maior ou menor grau.

É importante ressaltar que, a abstração dos valores de uso é o que caracteriza a relação de troca entre as mercadorias. Ou seja, mesmo cada mercadoria possuindo utilidades subjetivas, em seu valor total social, todos os valores de uso valem exatamente a mesma coisa, desde que estejam disponíveis na mesma quantidade e proporção.

Feito esse resumo sintetizado sobre o valor, o valor de uso e o valor de troca, que se mostram aparentemente como simplesmente o valor da “coisa” no mercado, Marx adentra na questão do valor trabalho, que é onde identificaremos a gênese do pensamento sobre o valor das coisas ou a essência fundamental do valor das mercadorias na sociedade capitalista baseada na acumulação do capital.

Deixando de lado então o valor de uso das infinitas mercadorias, nos resta a compreensão de uma última propriedade, que é a de que todas as mercadorias são produtos advindos do trabalho humano (MARX, 1988).

Nesta perspectiva, em contraponto a forma do valor de uso, Marx desconstrói a ideia de trabalho útil humano, mediante essa situação de troca de utilidades e valores similares (do marceneiro, do pedreiro, do mecânico, etc.), que ao abandonar o caráter aparente do seu valor, se transforma, no momento em que se abstraem as formas corpóreas que fazem dele seu próprio valor de uso durante o ato da troca, propondo então o trabalho abstrato como sendo a essência inerente ao valor real das mercadorias:

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece também o caráter útil dos trabalhadores neles representados, e desaparecem, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1988, p. 47).

Percebemos então, que a abstração da utilidade presente no valor de uso, se transmuta também para o trabalho humano, uma vez que também se torna mercadoria e que possui as mesmas características de valor que as demais mercadorias que compõe a riqueza total da sociedade. Ou seja, abstraindo a utilidade do trabalho só nos resta o trabalho abstrato como fonte real do valor da mercadoria.

Desta forma, todo e qualquer valor de uso (mercadoria), só possui valor porque nele está materializado o trabalho humano abstrato, e só mediante essa substância criadora do valor, que é o trabalho, é que podemos medir então a grandeza real de um valor. Neste sentido, afirmava Marx: “A própria quantidade de trabalho é a medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como horas, dias, etc.”.

Notamos então que, toda atividade econômica de uma sociedade é coletiva no sentido de que, nesse coletivismo está presente a mercadoria e a força de trabalho humano como fatores centrais. A mercadoria surgindo como aparência do valor, e o trabalho social humano como forma essencial do valor. Uma vez compreendida a condição do trabalho humano como sendo o principal fator gerador da riqueza, entenderemos a dinâmica acumulativa do capital que se fundamenta na extorsão da energia vital do ser humano, mediante a obtenção da

“mais-valia” por parte do dono capitalista. Discutiremos essa categoria desenvolvida por Marx nas sessões a seguir. Ainda sob a lógica de Marx sobre o valor trabalho, temos:

Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e intensidade do trabalho. [...] É portanto, apenas um quantum de trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor (MARX, 1988, p. 48).

Feita essa breve análise sobre a teoria do valor em Marx, poderemos adentrar com maior perspicácia no estudo sobre as categorias desenvolvidas pelos clássicos da TMD, destacadas nas sessões a seguir: a troca desigual do valor, a superexploração da força do trabalho e o ciclo do capital na economia dependente. Mesclando as categorias marxianas dos teóricos da TMD junto ao arcabouço clássico da teoria do valor desenvolvida por Marx, conseguiremos alcançar com maior exatidão as hipóteses que sustentam esse estudo, no que diz respeito a dependência nos marcos do neodesenvolvimentismo capitalista para a região periférica do nordeste brasileiro.

2.2.1 A Troca Desigual do Valor

A troca desigual do valor é uma categoria utilizada para compreender com precisão a deterioração dos termos de troca, que possibilita a condição de dependência para os países periféricos. Esta categoria surgiu nos marcos da primeira divisão internacional do trabalho com a expansão do mercado internacional via colonização das terras latino-americanas. A partir da transferência de valor para o centro da acumulação capitalista mundial da época, restou para a América Latina a condição de subordinação às exigências externas.

Em função da inserção subordinada das economias dependentes na lógica mundial da acumulação capitalista, definem-se mecanismos

estruturais de transferência de valor que, embora produzido nestas economias, é realizado e acumulado no ciclo do capital das economias centrais. (CARCANHOLO, 2013, p.81).

Segundo Marini (2011) a troca de valor é o resultado desigual de mecanismos inerentes a economia capitalista, que no ato do intercâmbio entre as mercadorias faz com que se altere a relação preço do seu próprio valor. Segundo a teoria marxista, estes mecanismos são provenientes à forma de como se fixam os preços de mercado na concorrência intra-setorial (dentro de um mesmo setor produtivo), e os preços de mercado na concorrência inter-setorial (entre setores de produção distinta) de mercadorias. Vale ressaltar que, existem outros mecanismos que transferem valor via troca de mercadorias e que se realizam no mercado internacional, como as patentes, os juros, os *royalties*, etc.

A respeito da concorrência intra-setorial, destacamos a diferenciação produtiva de uma mesma mercadoria entre os capitais que participam do mesmo setor. Isto é, o valor individual destas mercadorias também será diferente. Ou seja, os capitais de um mesmo setor, que produzem uma mesma mercadoria possuem níveis distintos de produtividade, de modo que, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mesma mercadoria também será diferente entre eles. Porém, ao ser realizada a venda dessas mercadorias, seus preços serão iguais, baseado no tempo médio da produção destes capitais ou pelo tempo de trabalho socialmente necessário naquele exato momento de produção. (LIMA, 2017, p.31).

Esta afirmativa nos ilumina o entendimento de que, parte dos capitais vendem suas mercadorias por um valor superior enquanto que a outra parte dos capitais as vende por um valor inferior ao delas próprias. Está é a primeira contradição da concorrência intra-setorial, norteando os primeiros passos da troca desigual, tanto no plano interno quanto no plano internacional. Os capitais que vendem suas mercadorias por um valor aquém do seu próprio valor se apropriam de uma mais-valia extraordinária (valor individual menor que o valor social), isto porque possuem vantagens produtivas frente aos outros capitais. Esta relação pode ser exemplificada no plano internacional, numa relação entre um país de centro e um país de periferia. Os países periféricos transferem parte do seu valor

produzido para os países centrais, porque possuem capitais com menor produtividade.

Ainda, sob a perspectiva de Marini (2011), essa troca de valor nos remete a primeira lei geral do processo de produção de riqueza apontada por Marx: por conta da concorrência em busca da mais-valia extraordinária, os capitais com maior produtividade (neste caso, os países de centro) só se preocupam em aumentar substancialmente sua capacidade produtiva com relação aos outros. Isso explica, portanto, a queda no valor médio das mercadorias, e como consequência, a queda na taxa de lucro dos capitais com menor produtividade (neste caso, a América Latina) que podem fazer parte ou não do mesmo setor. Esse comportamento nos faz perceber que um capital se apropria de um valor superior ao que produz, enquanto outro capital está gerando um valor sem se apropriar dele. Portanto, existe um capital produzindo algo para que os outros capitais se apropriem.

Partindo para o segundo mecanismo referente à concorrência inter-setorial. Segundo Marx, a transformação dos valores em preços de produção é determinada pela fórmula $V = c + v + m$ (onde V é o valor total produzido somado ao capital constante (c), ao capital variável (v) junto com a mais-valia (m)). Ao considerarmos que nas economias capitalistas existe diferenciação entre os capitais e os demais setores produtivos, percebemos que os capitais pertencentes aos setores de maior composição orgânica do capital (maior quantidade de capital constante com relação a quantidade capital variável), produzirão menos valor com a mesma quantidade de capital do que os setores que possuem menor composição orgânica do capital.

Em outras palavras, na concorrência inter-setorial a troca das mercadorias será desigual, visto que a maior obtenção de mais-valia é o fator que diferencia o total do valor produzido entre os capitais. Nesta perspectiva, essa mais-valia é oriunda da maior exploração do capital variável (m'). Dessa maneira, quanto maior for a utilização do capital variável maior será o valor total (V) produzido em detrimento da apropriação do mais-valor acrescido no processo produtivo.

Adentrando no campo da apropriação, os capitais que produzem mais valor não são os que necessariamente se apoderam dele. Isso porque, a taxa de lucro (l') é o próprio mais-valor acrescido com relação ao montante de capital aplicado

na produção da mercadoria: $l' = m/c + v$. Percebe-se portanto que, os setores mais produtivos permanecem a obter taxas de lucros inferiores.

É com base nessa diferenciação produtiva dos países centrais que se estimula aos periféricos a transferência de capitais para os setores que proporcionam maior l' , fazendo baixar a própria l' interna desses setores pela concorrência intra ou inter-setorial. Tanto pela tendência na queda da taxa de lucro no médio e longo prazo, quanto pelas diferenciações produtivas no que tange a maior ou menor composição orgânica do capital assim como a sua participação nos setores de maior ou menor valor agregado. Com a soma dessas movimentações a taxa de lucro médio (lm) é formada e se expressa pela média simples das taxas de cada capitalista. (LIMA, 2017, p.31).

Ou seja, essa diferenciação nos ganhos de l' dos capitais mais produtivos e o movimento dos capitais menos produtivos para os setores que proporcionem possíveis elevações na taxa de lucro continuam, até que os setores que competem entre si tenham a sua l' igualada. A partir da taxa média de lucro, podemos identificar o preço de produção dos capitais pela fórmula $PP = c + v + lm$. Subtraindo o valor total da produção (V) dos preços de produção, conseguimos identificar quanto cada capital se apropria ou perde de mais-valia, concluindo-se que “uma parte das mercadorias se vende acima do seu valor na mesma medida em que a outra é vendida abaixo do seu valor” (MARX, 1988, p.179).

Acontece que, para a periferia capitalista (no nosso caso a América Latina e especificamente o Nordeste brasileiro), a massa de mercadoria que é produzida utiliza relativamente mais capital variável do que capital constante, sendo o capital variável o único capaz em criar mais-valor (riqueza nova/lucro). Além do mais, os setores mais produtivos e de maior composição orgânica do capital são assegurados aos países centrais devido a condição “natural” de monopólio, considerando que estes setores mais produtivos se apoderam do mais valor produzido pelos setores menos produtivos. Portanto, é esta condição de mercado que favorece a existência da transferência de valor para o centro capitalista.

Obviamente, os países centrais geram menos valor (relativamente) que os países periféricos porque possuem uma maior composição orgânica do capital, como vimos anteriormente. Contraditoriamente, quando a riqueza é realizada e

compartilhada internacionalmente, os países periféricos não conseguem se apropriar de sua totalidade, isto porque são incapazes de produzir mercadorias com o valor abaixo do seu preço de mercado. (LIMA, 2017, p.34).

Estas regiões tornam-se incapazes de reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário. Em contra partida, mesmo produzindo menos valor, os países centrais garantem seu sustento através da maior apropriação de mais-valor via ganhos de produtividade, baseado em menor tempo de trabalho socialmente necessário, e que se encontram abaixo da média geral do setor em questão.

Destarte, a inserção subordinada da América Latina na economia capitalista mundial além de proporcionar a funcionalidade da transferência de mais-valia para o centro, ajudou a combater as suas próprias contradições, tanto ao que se refere à queda tendencial da taxa de lucro, como os demais mecanismos que foram ao longo do tempo evoluindo. A acumulação histórica do capital ampliou o seu horizonte tangencial se baseando puramente na mais-valia relativa dos países desenvolvidos para com os periféricos.

Deste modo, foi a inserção da América Latina que tornou possível sustentar este modelo de capitalismo baseado na produção de bens de consumo de luxo (ou de maior valor agregado) pelos países centrais, tendo em vista que estes bens não estão ligados necessariamente à uma maior reprodução imediata da força do trabalho. Posto que, sua produção barateia o custo da força de trabalho através dos ganhos de produtividade, fazendo com que parte dos salários auferidos no centro sejam direcionados para realizar a produção destes mesmos bens.

Portanto, a perda de mais-valia nas nações que realizam produção com menor composição orgânica do capital (América Latina), só pode ser recompensada com uma maior exploração da força de trabalho, justamente devido os mecanismos de transferência de valor já citados, encadeados através das concorrências inter e intra-setoral das mercadorias. Essa perda de mais-valia nos países periféricos (dependentes) não pode ser recompensada pelo desenvolvimento do progresso tecnológico endógeno, que neste caso é praticamente inexistente, mas sim pela superexploração da força do trabalho. (LIMA, 2017, p.34).

2.2.2 A Superexploração da Força do Trabalho nas Economias Dependentes

Anteriormente observamos que, a relação de produção e de mercado nas regiões periféricas, para o caso desse estudo, a região nordeste do Brasil, sustenta a acumulação capitalista nos países centrais. Esse é um dos principais pontos de partida para que possamos averiguar a veracidade da estrutura da dependência para a região nordeste, no que tange o padrão exportador de especialização produtiva, assim como o próprio ciclo do capital nessa economia.

Identificamos também que a troca desigual é resultado que advém dos mecanismos de transferência de valor entre as nações através da relação internacional de mercado. Essa relação de desigualdade histórica entre as nações fez com que a acumulação dependente trilhasse caminhos instáveis, posto que as taxas de lucro estivessem comprometidas, não permitindo novos investimentos.

Portanto, para que o ciclo do capital pudesse continuar, os países dependentes recorreram e recorrem ao incremento da massa do valor gerado na produção, para que as perdas no mercado internacional sejam compensadas. Marini aponta que a troca desigual não é simplesmente uma opção para os países dependentes, mas sim uma regra básica para o seu funcionamento e inserção:

Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. (MARINI, 2011, p.147).

Dessa forma, a única maneira de aumentar a mais-valia produzida, conseqüentemente, é a superexploração da força de trabalho doméstica, já que os ganhos são repassados na forma de lucro pros países centrais. Em tese, a superexploração da força de trabalho é uma categoria utilizada para explicar os mecanismos que geram a elevação da exploração do trabalhador, de modo que se produza mais mais-valia para que as perdas no mercado internacional sejam compensadas internamente. Cabe destacar que para Marx, o valor da força de

trabalho é definido como sendo aquele necessário para a sua própria reprodução em condições normais e contínuas, em determinada condição ou momento histórico.

Destacamos os quatro principais mecanismos ou formas de elevar a exploração da força do trabalho, que podem atuar de forma isolada ou combinada, e que segundo Dos Santos (2011) são: i) o aumento na intensidade do trabalho; ii) a prolongação da jornada de trabalho; iii) a apropriação por parte do capitalista, de uma parcela do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação capitalista, através do arrocho salarial e outras desregulações trabalhistas; e iv) a elevação do valor da força de trabalho não é acompanhada por um aumento equivalente nos salários necessários. Portanto, são estes mecanismos que possibilitam a continuidade do processo de acumulação do capital na periferia.

Ainda na perspectiva de Dos Santos (2011), o primeiro mecanismo pode ser caracterizados pela maior intensificação no uso da força do trabalho, visto que o trabalhador passa a produzir mais valor no mesmo espaço de tempo em que produz normalmente. Percebemos, portanto, que neste caso, o salário pago como remuneração pelo seu dispêndio de energia não é equivalente ao seu próprio valor real, uma vez que ele dobra a margem de lucro na mesma quantidade de tempo com sua mais-valia aumentada.

Já o segundo mecanismo refere-se ao aumento do tempo de trabalho para além daquele que seria necessário para à reprodução do próprio trabalhador, funcionando de maneira combinada, ou não, com o primeiro mecanismo de exploração. (MARINI, 2011). O terceiro mecanismo é fortalecido por condições estruturais de mercado, que favorece a classe capitalista a impor uma queda nos salários a um nível inferior àquele que corresponde ao valor da força de trabalho. O exército industrial é uma evidência real para este terceiro caso: os trabalhadores se submetem a uma situação de arrocho salarial, tendo em mente que uma grande parte dos desempregados está disposta a trabalhar nesta mesma condição salarial.

Por último, o quarto mecanismo é a ideia de que o contexto histórico de determinada época condicionará o real valor da força de trabalho. Ou seja, mediante a evolução das forças produtivas as necessidades humanas se

modificam e aumentam, dessa maneira, o seu valor também aumenta, e deve acompanhar as mudanças ocorrentes. Se por acaso o valor não for pago de acordo com essas mudanças, se instaura na sociedade uma nova maneira de superexplorar a força de trabalho (AMARAL, 2006, p.51). O descumprimento legislativo das normas do trabalho, assim como as reformas trabalhista e previdenciária nos exemplifica sobre como a superexploração está presente nos dias atuais. Além disso, os dois primeiros mecanismos citados referem-se, propriamente, a exploração da força do trabalho, enquanto que os dois últimos são necessariamente formas históricas de superexploração, e que são passíveis a mutações.

De maneira geral, as primeiras formas clássicas de exploração não possibilitam que o trabalhador possa repor o dispêndio de energia (força de trabalho) que foi gasto durante todo o processo produtivo. Marini (2011) nos indica que, mesmo aumentando a superexploração da força de trabalho através desses mecanismos, o aumento da produtividade não surgirá como consequência, muito pelo contrário, o trabalhador definhará cada vez mais.

Portanto, a superexploração da força do trabalho como categoria de análise é uma característica própria das economias dependentes, mesmo que seu valor seja violado nos países dependentes, como vimos anteriormente. Desse modo, compreendemos que superexplorar a força de trabalho se tornou uma necessidade nessas economias, para que se possa compensar a vazão de valor proveniente da troca desigual.

A deficiência estrutural provocada pela inserção dos países periféricos no mercado mundial fez com que a superexploração se tornasse regra, um mecanismo presente em todos os estágios e formas históricas. Para a América Latina, e conseqüentemente suas regiões, a lógica de funcionamento e desenvolvimento capitalista é a dependência, é a superexploração da força de trabalho, e não outra. Dessa maneira, transcender e superar essas contradições do sistema vigente é a única maneira de desenvolver a periferia, é deixar para trás os fatores e resquícios de dependência (MARINI, 2011).

2.2.3 O Ciclo do Capital na Economia Dependente

Feita esta discursão sobre a inserção subordinada da América Latina ao mercado mundial, tendo conhecimento de que sua participação é tida como meramente um centro produtor de capital para ser acumulado nos países desenvolvidos, devemos nos ater, que por essa razão, a periferia possui seu próprio modelo de circulação do capital, diferente do que acontece nos países centrais. Compreender essas especificidades do ciclo do capital dependente é de extrema importância para que possamos desenvolver a problemática que envolve este estudo, como também fundamentar a dependência do padrão exportador de especialização produtiva do Nordeste brasileiro para com o mercado Chinês.

Marini por tanto, se preocupou em responder as questões sobre o funcionamento deste ciclo do capital, que é específico na periferia dependente. Aqui se faz necessário enfatizar mais uma vez que, esta articulação entre as economias é um reflexo daquelas categorias outrora já citadas (troca desigual do valor, superexploração, baixa produtividade, atraso e dependência tecnológica).

Como já vimos, a produção das regiões periféricas da América Latina não depende (necessariamente) de sua capacidade de consumo doméstico para que se possa realizar. Ela está predestinada, historicamente, à necessidade do mercado mundial.

Segundo Marx, em qualquer economia o ciclo do capital se constitui na separação de dois momentos fundamentais e que estão estabelecidos sobre a égide de três fases, sendo D-M (1° circulação) ... P ... (produção) M'-D'(2° circulação). Neste sentido, ao se estabelecer a separação entre as etapas de produção e circulação, "os problemas da contradição inerentes à produção capitalista opõem o capital ao trabalhador, enquanto vendedor e comprador de mercadorias." (MARINI, 2011, p.155).

Isto é, quando a contradição do regime de produção capitalista é revelada, os operários enquanto compradores de mercadorias, no momento da realização, sofrem como vendedores da sua força de trabalho para a sociedade capitalista, esta que tende a reduzir ao máximo o seu preço, no momento em que estes mesmos operários estão produzindo as mercadorias. Os salários pagos são inferiores ao preço das mercadorias que eles mesmos produzem, que por se só renega seus anseios de subsistência.

Na primeira fase de circulação, verifica-se uma articulação direta e muito forte com o exterior, tornando o capital latino-americano dependente do capital estrangeiro em dois aspectos. Primeiramente na forma do capital-dinheiro, que são os financiamentos para os investimentos produtivos internos (que podem ser diretos ou indiretos). Posteriormente, na forma capital-mercadoria, refere-se à aquisição de maquinário e equipamentos necessários à produção, mas que não são produzidos no continente, as regiões ou sub-regiões. Estes bens deverão ser importados e essa importação será feita mediante o pagamento de patentes, royalties, assistência técnica, etc. Mais atraso para a periferia e mais avanço para o centro. (LIMA, 2017, p.37).

No aspecto produtivo, as empresas que atuam nas regiões dependentes possuem maior acesso ao arsenal produtivo mais sofisticado do mercado, assim como dominam as tecnologias de ponta. Isso viabiliza a monopolização do mercado interno em favor dos grandes capitais estrangeiros. Por exemplo, digamos que dois capitais distintos (A versus B) operam num mesmo setor, porém A é um capital estrangeiro e B é um capital doméstico. “A” por ser um capital estrangeiro e deter o monopólio de mercado, poderá trazer de fora equipamentos e métodos de produção mais sofisticados e que não existem na periferia.

Essa situação permite que os custos de produção sejam reduzidos enquanto que sua produtividade seja elevada (uma vez que podem realizar uma determinada produção de intensificação produtiva devido a sua maior composição orgânica do capital) com relação ao capital “B”, que produz em níveis médios ou atrasados. Ao realizar a mercadoria através da venda, o capital “A” tende a ter um preço maior que o do capital “B”. Portanto, seu lucro também será maior, devido a captação de uma mais-valia extra.

Assim, como relatamos anteriormente, essa circunstância faz com que o capital interno superexplore mais ainda a força de trabalho, para poder compensar essa situação desprivilegiada. Como consequência, os custos de produção das empresas privadas são reduzidos, o nível dos salários internos tende a cair, levando consigo os custos de produção dos insumos industriais.

Sobre os lucros gerados, parte deles é compartilhado entre os capitalistas estrangeiros, que foram os responsáveis pelo investimento inicial na primeira fase de circulação D-M. Outra parte do excedente que se mantém dentro da região

dependente se separa da mais-valia que será reinvestida, correspondendo aos gastos improdutos dos capitalistas e classe média. Percebemos que, as necessidades e os interesses da classe operária interna são deixados de lado, visto que a demanda interna dessas regiões funciona em trono deste aspecto. Mesmo assim, ainda é necessário recorrer as exportações para que o ciclo do capital se complete. Uma vez que o mercado interno é frágil, com pouca autonomia produtiva, parte dos rendimentos gerados são destinados para a importação. O ciclo do capital será mais uma vez iniciado. (MARINI, 2011).

Feita estas análises, afirmamos que as principais características de dependência que assolam as regiões periféricas da América Latina são: dependência dos investimentos estrangeiros, concentração e superexploração produtiva, e a deficiência interna em atender e realizar as necessidades da classe operária. Essa combinação de fatores aprofunda ainda mais a contradição do ciclo do capital. Seus reais efeitos recaem sobre o trabalhador, e que, de maneira decisiva, irá fundamentar o percurso da economia industrial dessas regiões, mas especificamente a partir da segunda metade do século XX, com a terceira fase da dependência. (MARINI, 2011, p.158).

3. O CASO DA AMÉRICA LATINA COMO PONTO DE PARTIDA: O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Neste capítulo, nosso objetivo central é traçar as características do novo padrão de especialização produtiva do continente latino-americano, salientando o significado das várias formas de reprodução do capital dependente com viés exportador no Brasil, para que assim possamos adentrar no caso do Nordeste nos anos 2003-2010. Destacaremos com maior vigor a estrutura comercial exportadora brasileira, pelo fato de ser o país com maior representatividade e peso econômico internacionalmente no continente latino-americano, representando seu lugar no Subimperialismo mundial. Além disso, frisamos o fato de que o novo padrão possibilitou a nova fase da dependência (4ª fase), onde se destaca o papel do capital portador de juros junto às chamadas políticas neodesenvolvimentistas, em um mundo globalizado de Estado Neoliberal, onde se vivencia uma nova fase do Imperialismo mundial. (FILGUEIRAS, 2018, p.519).

Enfatizaremos a lógica imposta ao continente nas últimas décadas do século XX e posteriormente adentramos no debate sobre o século XXI, mas precisamente sobre “A era novo desenvolvimentista”. De fato que, na transição dos anos 1960 para 1970, a América Latina sofreu uma grande transformação econômica, sendo este um dos resultados da grande crise capitalista que acontecia na época. Surgia uma nova estrutura produtiva coagida por essas mudanças no comportamento do capitalismo central, que exigia profundas reformas tecnológicas de produtividade. Mediante essa nova fase de funcionamento, aparece a necessidade de uma nova divisão internacional do trabalho, por possibilitar maior articulação com a economia mundial, através da chamada mundialização do capital. (OSORIO, 2012).

Vale ressaltar a afirmação de que, essa situação em que se inaugurou o novo padrão exportador de especialização produtiva, refere-se, também, aquela que Dos Santos (2011) chamou de terceira forma de dependência: tecnológica-industrial, mas especificamente durante os anos 1980 e posteriores, logo após a crise do estado neoliberal. É, portanto, o momento histórico cujo continente latino-americano encerra seu projeto de industrialização frente ao novo padrão exportador de produção e de expansão do capital (processo reconhecido como o período de desindustrialização das economias). Já não seria mais possível continuar incentivando um plano de desenvolvimento com base no nacional desenvolvimentismo.

Dessa forma, a fase tecnológica industrial pode ser definida como sendo aquela que exige um maior grau produtivo com relação ao modelo produtivo do período primário agroexportador. Como vimos anteriormente, uma maior produção não está ligada necessariamente a maior produtividade, mas provavelmente a maior exploração do trabalhador. Mesmo assim, o novo padrão de especialização não rompe diretamente com as arramas da dependência. Na verdade, é o movimento não estático do capitalismo que reafirma sua própria lógica de funcionamento: as transformações que surgem no centro capitalista escoem para a periferia dependente, determinando as novas regras a serem adotadas. (LIMA, 2017).

Sendo assim, a terceira fase da dependência é uma resposta aos movimentos que engendram as principais mudanças no seio do capitalismo

central. Perante esse movimento, o capitalismo recria as condições de inserção ao mercado mundial mantendo as nações periféricas na estrutura dependente. Esse novo padrão exportador, por outro lado, apresenta semelhanças com o anterior, com o peso dos bens primários agromineiros no total das exportações, aos quais se somam agora alguns bens secundários e a de produção local. (OSORIO, 2012).

O novo modelo de reprodução do capital no continente latino-americano representa a cabo o processo de desindustrialização, que destruiu segmentos importantes da estrutura industrial da região. Nesse contexto, mesmo economias com estruturas industriais mais complexas como México e Brasil, foram “interligadas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas multinacionais (OSORIO, 2012, p. 106).”.

Por estas razões, podemos destacar as principais características desse novo padrão: o estabelecimento distintivo, relacionado a forte especialização da produção e da base exportadora em *commodities* agrícolas e metálicos, assim como a especialização em produtos industriais de baixo valor agregado. Essa transformação produtiva não se reflete em uma estratégia específica em diversificar ou gerar novos mercados ou novas oportunidades comerciais. Estabelece apenas o aproveitamento das “vantagens” naturais ou comparativas que o continente latino-americano encontra na produção e no comércio internacional.

Tal transformação no dinamismo da produção para exportação é desencadeado pelo aquecimento da demanda externa pelos produtos característicos da região, tendo em vista que a capacidade de reação das economias latino-americanas para essa demanda é quase que instantânea. Conseqüentemente, esse novo padrão engendra a formação de enclaves com algumas atividades específicas, que operam com reduzidos efeitos de encadeamentos produtivos, tecnológicos e sociais na região. Outra reação em cadeia mediante a sua inserção ao novo modelo exportador refere-se à necessidade em importar bens de capital, bens intermediários ou até mesmo algumas matérias-primas, produtos que possuem um alto valor agregado e que

geram inúmeras perdas econômicas para as nações periféricas na realização da sua troca no mercado internacional.

Diante dos efeitos gerados e que fazem parte da natureza desse novo padrão econômico, podemos ainda destacar, principalmente, grande perda de poder aquisitivo dos assalariados no mercado interno, bem como a precarização das condições de trabalho e de vida da maioria da população. Em certo momento, houve um aumento da formalização do trabalho, mais carteira assinada, aumento real do salário, aumento dos programas de transferência de renda, porém, o trabalho continuou sendo precário e as condições laborais também continuaram precárias, mediante intensos processos de terceirização e empregos alta rotatividade.

Então, brevemente revendo alguns conceitos: neste novo padrão, o consumo dos assalariados não constitui o elemento de importância na dinâmica econômica nacional, visto que toda a produção, ou parte significativa dela, é reorientada para os mercados externos. Mediante a exploração do trabalho exercida na grande maioria dos setores produtivos, o salário médio dos trabalhadores não chega a ser o suficiente para ter acesso aos bens industriais e agropecuários que são exportados. Além disso, a competitividade dos produtos primários exportados está diretamente vinculada à deterioração dos salários locais e em toda depreciação que implica no aumento do custo do trabalho (OSORIO, 2012). Ou seja, os trabalhadores latino-americanos são vistos muito mais como produtores de mercadorias do que como consumidores.

Feita essa breve discussão sobre o novo padrão produtivo voltado para a exportação, adentramos no debate sob a postura do estado neodesenvolvimentista, mas especificamente entre os anos de 2003-2010. Mediante a análise da postura política do Estado enquanto mediador de políticas entre os interesses do mercado e os da sociedade como um todo. Assim poderemos obter melhores resultados na discussão sob o padrão de especialização produtiva do Nordeste do período em questão, destacando suas especificidades assim como seus desdobramentos socioeconômicos.

Além disso, outro aspecto pertinente desta discussão é o de que a chamada era novo desenvolvimentista faz parte da nova fase da dependência, que funciona como retroativa a nova fase do imperialismo mundial. Vale ressaltar

que nos propomos a investigar, especificamente, o padrão de reprodução do capital com viés exportador do Nordeste brasileiro.

3.1 O novo imperialismo por David Harvey: a acumulação por espoliação

O geógrafo econômico David Harvey é certamente um dos mais importantes intelectuais que contribuiu para pensarmos as contradições da acumulação ampliada do capital na contemporaneidade. Seu conceito de “acumulação por espoliação/despossessão” desenvolvido em sua obra “O Novo Imperialismo”, é, sem sombra de dúvidas, um elemento fundamental para investigar a relação metabólica do capitalismo com seu entorno social, submetido a lógica do capital moderno.

Dentro das principais teorias marxistas, Rosa Luxemburgo e David Harvey são nomes expoentes que não devem ser negligenciados. É fato que o debate sobre o Imperialismo ressurge com maior flego a partir da última grande crise que se iniciou nos anos 2008, onde Harvey buscou sintetizar alguns de seus elementos fundamentais. Nessa perspectiva, dentro do pensamento marxista, como principais explicações para as crises temos: i) a teoria do subconsumo, cuja principal representante é Rosa Luxemburgo em sua obra “A Acumulação do Capital”, já discutido anteriormente nesta pesquisa, e ii) a teoria da sobreacumulação desenvolvida por David Harvey, também presente em sua obra “O Novo Imperialismo”.

Partindo do pensamento de Harvey, em seu capítulo sobre acumulação por espoliação, ele destaca a correta reivindicação que fez Rosa Luxemburgo ao identificar a necessidade de uma relação metabólica entre a sociedade e a economia capitalista em seu entorno pré-capitalista. Segundo Luxemburgo (1976), a acumulação do capital apresenta um duplo aspecto, sendo o primeiro: i) uma relação fixa puramente econômica entre capitalista e operário, duas grandes classes de interesses antagônicos, porém, que se encontram no processo produtivo para a acumulação do capital; e ii) a criação de um exército industrial de reserva que esteja constantemente disponível a lógica do capital.

Ou seja, o próprio capital cria condições que permitem a subsistência do trabalhador, mediante o pagamento de um salário “proporcional” ao seu dispêndio de energia na produção dessas mercadorias básicas que irá consumir. Resistindo a condição de exploração, o lucro poderá ser alcançado através da mais-valia. A subsistência é, portanto, a engrenagem para que o trabalhador possa subsistir e se reproduzir dando continuidade a acumulação. Portanto, o direito de propriedade se transformou no curso da acumulação, em apropriação da propriedade alheia, quando a própria força de trabalho se torna mercadoria de exploração nas mãos do capitalista (HARVEY, 2005).

Já o segundo aspecto da acumulação para Luxemburgo, se refere as relações entre o capitalismo e os modos de produção não capitalistas, que começam a disseminar por entre o cenário internacional. Os métodos predominantes do capitalismo para com os outros sistemas são: i) a política colonial; ii) um sistema internacional de empréstimos – no tocante da esfera política e no jogo de interesses, apostando no rentabilismo; e iii) a guerra. Sendo que os países de maior poder imperial não fazem questão de esconder o aparato bélico, muito pelo contrário, é motivo de orgulho mostrar para o mundo o seu enorme poderio.

O imperialismo faz questão em exhibir abertamente a sua força, seus métodos fraudulentos e opressivos, cobertos por um emaranhado de violência política e luta por poder. Por estas razões é preciso um grande esforço teórico e real para discernir as leis gerais que comandam o processo econômico mundial. (HARVEY, 2005).

São esses dois aspectos que concluem o pensamento de Luxemburgo à respeito da acumulação do capital imperialista. Eles estão organicamente vinculados e o desenvolvimento histórico do capitalismo, e só pode ser avaliado mediante sua consideração conjunta. De maneira geral, verificamos em Luxemburgo uma das assertivas – porém não a única – de que o problema das crises também é o subconsumo. Ou seja, a falta geral de demanda efetiva para absorver o crescimento da produção que gera o capitalismo. Por isso, através do imperialismo, o capitalismo busca a realização dessas mercadorias em outros sistemas não completamente capitalistas. O imperialismo pode então assumir a forma que quiser, usando poderio bélico ou financeiro-especulativo.

Em outras palavras, os trabalhadores explorados não conseguem consumir tudo que produzem, tendo acesso somente aos bens de subsistência para que possam subsistir, dando continuidade ao ciclo produtivo do capital. Os capitalistas, em grande parte, são “obrigados” a reinvestir o capital acrescido de mais-valia ao invés de realizar seu próprio consumo.

Dessa forma, Luxemburgo (1976) conclui que o comércio com outras formações sociais não capitalistas fornece a única maneira sistemática de estabilizar o sistema. Se essas formações sociais forem relutantes na realização do comércio, elas deveriam ser compelidas a fazê-lo mediante o uso de armas e a força da guerra. Este seria o coração do Imperialismo.

Diante destas primeiras observações trabalhadas por Luxemburgo, Harvey dinamiza ainda mais o seu pensamento, atualizando a teoria do Novo Imperialismo sob uma nova categoria na qual Luxemburgo não trabalhou, e que é imprescindível para discutir a causa das crises: a acumulação por espoliação.

Mas, antes de adentrar a acumulação por espoliação, vale o adendo sobre a crise de 2008. Sob a égide do Neoliberalismo, a construção da demanda efetiva teria sido contraposta por uma vigorosa expansão do crédito e do endividamento familiar e empresarial. Por sua vez, se relacionaria ao desenvolvimento explosivo dos mercados financeiros e a produção de imensas bolhas financeiras e especulativas, como por exemplo, a imobiliária. Essa monopolização do capital e seus efeitos estagnantes, somados a tendência à “financeirização da acumulação” teria agravado mais ainda a instabilidade econômica, proliferando as crises consecutivas até então (MARIMBONDO, 2017).

Continuando na teoria do Novo Imperialismo, de maneira geral, Harvey busca explicar o aspecto deixado por Marx para entender o fruto das crises consecutivas do capitalismo, que assim como Rosa Luxemburgo, buscou trazer evidências reais sobre os dias atuais. Para Harvey (ano), a acumulação moderna está pautada no conceito de sobreacumulação, conceito que pode ser inserido na perspectiva do neodesenvolvimentismo, que se utiliza do subconsumo, mas também da sobreacumulação para ampliar o escoamento do capital, com base na superexploração da força de trabalho.

Com o seu conceito de acumulação por espoliação, Harvey nos faz pensar que, a relação metabólica entre o centro e a periferia é o elemento fundamental

para a continuidade do capitalismo moderno, mesmo diante sua crise estrutural, é neste ponto onde se encontra a origem da acumulação.

Para Harvey (2005), sobreacumulação dentro de um dado sistema social significa uma condição de excedentes de trabalho (aumento do desemprego) e excedentes de capital (excesso de mercadorias no mercado que não podem ser realizadas sem uma perda se quer). Ou seja, a mercadoria que não pode ser vendida através da parte usurpada, que é a mais-valia, é intimida a realização para gerar lucro máximo. É, portanto, inconcebível imaginar uma capacidade produtiva ociosa, ou um excedente de capital que falte saídas de escoamento para o investimento produtivo e rentável.

Além disto, Harvey concorda com Luxemburgo quando afirma que para sobreviver, o capitalismo precisa buscar algo fora de si, em um sistema não puramente capitalista:

O capital também pode se apropriar de "reservas latentes" de um campesinato ou, por extensão, mobilizar mão-de-obra barata de colônias e outros ambientes externos. Se isso não der certo, o capitalismo pode usar seus poderes de mudança tecnológica e investimento para induzir ao desemprego (dispensas), criando assim, diretamente, um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados. Esse desemprego tende a exercer uma pressão de baixa sobre as taxas de salário e abrir assim novas oportunidades de emprego lucrativo do capital. Ora, em todos esses casos, o capitalismo requer efetivamente algo "fora de si mesmo" para acumular, mas neste último ele expulsa de fato trabalhadores do sistema num dado ponto do tempo a fim de tê-los à mão para propósitos de acumulação num período posterior do tempo (HARVEY, 2005, p. 118).

Sob essa ótica, a acumulação por espoliação é um processo onde o capitalismo expande suas relações de forma violenta, separando o produtor direto de seus meios de produção, através da violência organizada, estatal ou paraestatal. Proletariza e submete de forma direta ou indireta as relações capitalistas ou pré-capitalistas de produção, permitindo a possibilidade de que o capital sobranse encontre espaços possíveis de realização de investimentos de forma lucrativa (HARVEY, 2005).

A existência de um capital sobranse está ligada aos limites e possibilidades vinculados a exploração lucrativa da classe operária, de modo que essa exploração seja a mais vantajosa possível por parte dos capitalistas. Por isso, é necessário ao capital sempre reproduzir uma população operária num número

que se adapte as condições de sua acumulação ampliada, para que a força de trabalho como mercadoria esteja sempre disponível.

Essa reprodução ampliada da força de trabalho como mercadoria, adaptada as condições de sua exploração, não se efetiva apenas mediante o crescimento vegetativo da população operária, posto que nenhum crescimento vegetativo acompanhe as necessidades da acumulação capitalista. Portanto, é extremamente importante para o capital proletarizar de forma forçada amplos setores da população que ainda vivem relações pré-burguesas de produção. Essa proletarização forçada de setores da população para criar um mercado de mão de obra sempre adaptado as necessidades da acumulação ampliada do capital e a acumulação por espoliação.

Em resumo, acumulação por espoliação significa a existência de um excedente de capital em relação as possibilidades de investimento lucrativo frente as possibilidades de exploração da classe operária, de modo que seja o mais lucrativo possível. Ou seja, é a existência de um capital sobrando com relação a demanda efetiva, que sobrepeça a sua própria capacidade de consumo.

Dessa forma, a sobreacumulação do capital é a expressão da superprodução das mercadorias, que mediam a exploração, e que obviamente só pode se realizar com relação aos limites da demanda efetiva da sociedade por essas mercadorias. Logo, quando o capital não destrói a cultura dessas sociedades para transformar as pessoas em trabalhadores capitalistas, ele finge aceitação dessas culturas para tomar de conta de maneira coercitiva (HARVEY, 2005).

Percebe-se então que, sobreacumulação não se contrapõe ao subconsumo, ambos fazem parte do mesmo histórico essencial da dinâmica de ampliação do capital. Fixa-se então a capacidade ilimitada de produção dentro do capitalismo e dos estreitos limites para o consumo geral das mercadorias.

3.1.1 Novo imperialismo: novo desenvolvimentismo e dependência ante a financeirização do capital (2003-2010)

Como vimos anteriormente, o capitalismo mundial teria adentrado em uma nova fase de funcionamento, especialmente entre as décadas de 1960-1980 e início do século XXI. Esse novo período se destaca pela importância histórica assumida pela valorização fictícia do capital. Como consequência, surge uma nova compreensão dentro do pensamento de que esse novo desenvolvimento capitalista – no sentido de processualidade e não de avanço – remete-se a ampliação dos traços essenciais para a reconstituição do Imperialismo moderno.

Dessa maneira, se estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo assim como uma nova fase do imperialismo, estamos vivenciando também uma nova fase da dependência. Cabe, portanto, a investigação da reprodução do capital – padrão de desenvolvimento capitalista – neste novo tipo de dependência, nos moldes neodesenvolvimentistas.

Ainda, segundo OSORIO (2012), o novo padrão exportador atrelado as políticas do novo desenvolvimentismo (mediante a liberdade do pensamento neoliberal), pode ser caracterizado pelos seguintes traços: i) o regresso a produções seletivas (bens secundários e/ou primários); ii) realocização de seguimentos produtivos; iii) novas organizações de produção/toyotismo; iv) flexibilidade laboral e precarização; v) economias voltadas para exportação primária-agromineira; vi) drásticas reduções e segmentação de mercado interno; vii) fortes polarizações sociais; viii) aumento da exploração e da superexploração; ix) níveis elevados de pobreza e indigência.

Vale ressaltar também que, no capitalismo dependente o capital estrangeiro e o Estado possuem papéis decisivos no processo de reprodução do capital, este elo é essencial para que possamos averiguar a especificidade do estudo de caso do Nordeste, visto que a TMD possui enorme barganha para explicar o funcionamento do movimento geral do capitalismo mundial de forma mais generalizada.

Dessa maneira, temos como ponto chave em Marini (2005) e Amaral (2012), o pós-guerra como processo fundamental de priorização das indústrias vinculadas à produção de bens de consumo suntuário nos países de capitalismo central. Isto é, privilegiar a base produtiva às classes de mais alta renda. Como exemplo disto, temos o vasto crescimento da indústria de automóveis de passeio e indústrias relacionadas, tais como as materiais de transporte, química e

metalúrgica. Enquanto que para a periferia a produção permanece enrijecida, mantendo-se produtiva nos setores de menor dinâmica e atraso tecnológico.

Já para o ponto de vista da classe trabalhadora, verificasse tendências como: i) a ampliação do exército industrial de reserva (EID), dada por uma composição orgânica do capital mais elevada nas indústrias que se desenvolvem nesse período; e ii) o rebaixamento salarial, por conta das pressões exercidas pelo EID e também em função de uma queda do poder de compra do salário mínimo. (AMARAL, 2006, p. 7).

Portanto, a questão primordial para o entendimento da nova fase do imperialismo e da dependência é verificar os traços de divergência do seu modelo clássico. Dessa forma, considerando corretas as teses favoráveis à constituição de uma nova fase do capitalismo, com destaque para a importância histórica assumida pela valorização do capital fictício, mas especificamente a partir dos anos 1970-1980, verifica-se uma nova forma histórica de dependência, sendo considerada a quarta fase do movimento do capital.

O movimento do capital ainda está posto sob as bases de um novo imperialismo, que não diverge do imperialismo clássico, mas que edifica sua complexidade baseado em novas estruturas de funcionamento, como políticas mundiais neoliberais, globalização dos meios de produção, toyotismo, valorização fictícia do capital portador de juros² e modelos de expansão capitalista para a periferia do sistema, baseado no chamado método progressista de neodesenvolvimentismo.

Segundo o pensamento de Amaral (2006), a internacionalização financeira se deu de forma mais rápida que a comercial e a produtiva, mas precisamente entre 1980 e 2006, sendo que essa esfera financeira está interligada aos novos métodos de dominação do capital. Ou seja, a internacionalização do capital não se opõe a intensificação do comércio de bens e serviços entre as nações. Os novos métodos de elaboração da política mundial no capitalismo neoliberal promovem a simbiose entre essas atividades.

Enquanto que o capital financeiro internacional vaga entre as várias esferas produtivas pelo mundo, sem necessariamente deixar rastros de desenvolvimento,

² Marx chama capital portador de juros a fração do capital que tem a aparência de ser autônoma e de valorizar-se na esfera financeira.

resta para a periferia refazer o seu ciclo do capital, baseado em novos métodos impostos por essas mudanças articuladas no núcleo do sistema. Aqui destacamos a chamada era “novo desenvolvimentista” dos anos 2003-2010, onde enfatizaremos a lógica produtiva de exportação da região nordeste, com destaque comercial Chinês, tendo em vista que este é o principal parceiro nas trocas comerciais com a região.

Vale ressaltar que averiguaremos os métodos do novo desenvolvimentismo como método de imposição do funcionamento geral do capital para a periferia brasileira, em um momento de extrema importância não só para a economia nacional da época, mas como também para o desenvolvimento civil da sociedade nos aspectos emancipatórios. Portanto, o enfoque será dado somente ao padrão exportador de especialização produtiva. Não adentraremos necessariamente na perspectiva do social desenvolvimentismo e seus benefícios de curto prazo para a população brasileira, para pretendemos averiguar com clareza o funcionamento das categorias clássicas econômicas elaboradas pelos teóricos clássicos da TMD no que diz respeito à troca desigual do valor e a superexploração da força do trabalho na nova fase da dependência, diante desses novos arranjos produtivos dependentes.

Mesmo assim, é importante ser feita uma breve explicação sobre o que difere do novo desenvolvimentismo para o desenvolvimentismo clássico, proposto por Celso Furtado, e o conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista (PDC), que para Filgueiras (2018), possui atributos essenciais que nos ajudam a entender os novos parâmetros dessa nova fase do capital e o lugar da periferia dentro desse movimento geral.

Sobre o desenvolvimentismo clássico, temos como maior representatividade o nome de Celso Furtado, que ao lado da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), reagendou a estrutura política da região, norteando os novos horizontes para alcançar o desenvolvimento brasileiro. O projeto obteve força durante o período de 1960-1970, quando entra em crise nos anos 1980 junto aos governos militares que tomavam conta da máquina estatal.

Como foi destacado anteriormente, esse projeto obteve críticas advindas principalmente da corrente marxista expressa fundamentalmente por Caio Prado

Jr e o grupo da Teoria Marxista da Dependência (TMD): Ruy Mauro Marini, Vânia Bâmbirra e Theotônio dos Santos. Estes apontavam como principal crítica os limites que o plano desenvolvimentista encontrava para a superação do capitalismo dependente.

Observava-se que tal modelo não funcionava como uma fase anterior ao capitalismo moderno, que poderia se transformar se seguisse com vigor as etapas específicas para modernização. O novo debate girava entorno das discussões sobre como esse era um modelo específico de capitalismo dependente, que funcionava como retroativo as mudanças que ocorriam no capitalismo central, e que não possuía autonomia alguma, por fazer parte de uma simbiose que unia desenvolvimento com subdesenvolvimento. No mais, se tratava de um modelo de subdesenvolvimento capitalista.

Então após o consenso de Washington, verificou-se (no final da década de 1990) o fracasso dos seus ditames referentes a ortodoxia convencional, num cenário de baixo crescimento, recessões, ajustes fiscais e crises cambiais, que marcavam naquele contexto os Estados latino-americanos. A partir de então, ganha força novamente o viés/teórico analítico keynesiano, que buscava resgatar o papel efetivo do Estado. (BRITO, 2019).

E mesmo que embora se percebesse os benefícios da globalização, como por exemplo, o grande dispare tecnológico e o enorme alcance que tomou no mundo inteiro, era impossível não reconhecer os artífices dessa “globalização neoliberal” sobre uma conjuntura de estagnação, crise e acentuada pobreza que naquele momento marcava essas ditas economias em “desenvolvimento”. Logo se a globalização aos moldes dos postulados da ortodoxia convencional não logrou êxito em reduzir a pobreza, também não obteve sucesso em garantir a estabilidade do sistema.

Neste sentido, os pensadores que repensavam o campo progressista-reformista do desenvolvimento capitalista, viam a globalização como uma ameaça que traria efeitos desastrosos para os países emergentes da América Latina, como: desregulamentação financeira, abrupta abertura comercial e acentuada ampliação da vulnerabilidade econômica desses países. (BRITO, 2019). Assim, para “corrigir” essas externalidades negativas, se fazia necessário a coexistência entre mercados fortes e Estados fortes. Ou seja, mecanismo de governança

estatal que poderiam administrar essas falhas de mercado, garantindo crescimento com equidade.

Nessa perspectiva, as palavras-chave desse novo consenso se traduziriam em: sustentabilidade, democracia e equidade. Essa nova estratégia de desenvolvimento deveria começar pela completa redefinição do papel do estado e dos governos, sendo esses agentes reguladores e co-responsáveis pelo provimento de infra estrutura e pela implementação de políticas ativas de desenvolvimento tecnológico e industrial.

Traduzia-se então, na América Latina e no Brasil, a construção de um novo modelo teórico de desenvolvimento com nuances a ortodoxia convencional, mas que também buscava superar os propósitos do desenvolvimentismo clássico. Entra em cena o debate sobre as possibilidades de desenvolvimento no Brasil do século XXI, mediante o uso de políticas econômicas do “Novo Desenvolvimentismo” que teria como seu maior expoente o economista e ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. Neste sentido, Bresser buscou apontar novas estratégias de desenvolvimento como via alternativa a ser seguida em oposição a ortodoxia convencional predominante no Brasil na década anterior. (BRITO, 2019).

Essa nova estratégia surgia como uma espécie de terceiro discurso, entre o monetarismo ortodoxo, hegemônico nos anos 1990, o antigo modelo nacional de desenvolvimento, com base estruturalista, proveniente do pensamento cepalino, presente nos países da América Latina a partir da década de 1950.

Em termos gerais, mais estritamente no campo teórico-analítico, o novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo, tem diversas origens, porém todas estão ligadas a inspiração Keynesiana, e a visão de que somente a industrialização dessas regiões periféricas não foi o suficiente para resolver os problemas de desigualdade sociais. Propunha-se a adoção de uma estratégia de transformação produtiva com equidade social, que permitisse compatibilizar crescimento econômico sustentável com equidade social.

Sob essa ótica, Pereira (2010) aponta como estratégia fundamental do Estado neodesenvolvimentista fortes condições políticas governamentais, tanto para a implementação de ações macroeconômicas “defensivas”, capazes de reduzir as crises cambiais, e políticas macroeconômicas expansionistas de

caráter anticíclico, que poderiam ser adotadas num contexto de recessão, objetivando a tentativa de alcançar o pleno emprego. Percebe-se então que, o neodesenvolvimentismo adquire um formato estratégico-econômico, baseado na ideia de complementaridade entre Estado e mercado.

Num contexto geral, Pereira (2010) diferencia o clássico desenvolvimento do novo desenvolvimento a partir do pressuposto de que desenvolvimento econômico era sinônimo apenas de industrialização, com ênfase no modelo de (PSI), protecionismo econômico e protagonismo do Estado na geração de poupança forçada e investimento direto. Enquanto que para o novo desenvolvimentismo a industrialização já seria uma realidade nesses países de renda média-baixa.

Estas nações já possuíam um estoque de capital que não existia no período do desenvolvimentismo clássico, e já seriam capazes de financiar os investimentos através de suas classes operárias, profissionais e trabalhadores capazes de modernizar suas estruturas. Além dessas diferenças básicas, Pereira (2006) ainda destaca que ambos os modelos estariam postos no campo das variáveis econômicas. Ou seja, enquanto o desenvolvimentismo clássico agiria com certa complacência com relação aos déficits fiscais e com a inflação, o novo desenvolvimentismo agiria sob a égide de uma rígida disciplina fiscal e controle de preços.

A respeito do papel do Estado no desenvolvimentismo clássico, este deveria assumir uma postura central no planejamento do desenvolvimento capitalista, na consolidação e expansão de um mercado interno, mas também em setores que exigissem grandes aportes de capital, em infraestrutura e indústria pesada. No entanto, no novo desenvolvimentismo o Estado deveria gerenciar, criando oportunidades de investimento para o setor privado, levando em consideração que o setor privado nacional possuía sólidas condições para tal acontecimento. Além disso, deveria reduzir as desigualdades econômicas e as “falhas” derivadas da atuação do mercado.

Em suma, para Pereira (2006), o novo desenvolvimentismo deve-se erguer numa política macroeconômica competente, baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas (capaz de fomentar a expansão industrial) e o combate a sobreapreciação cambial, visto que esta última condição está ligada a uma

tendência estrutural nas economias periféricas, exportadores de commodities, e que nas últimas décadas tiveram sua demanda ampliada e seus preços valorizados.

Sob estes aspectos, para diminuir a abstração da veracidade do funcionamento do capitalismo dependente para a América Latina elaborado pela TMD, Filgueiras (2018) propõe o debate sobre o padrão de desenvolvimento capitalista (PDC), que está presente tanto no período desenvolvimentista quanto no período novo desenvolvimentista.

Essencialmente, busca-se com o PDC sanar as dificuldades teóricas encontradas no padrão de reprodução do capital (PRC), dado a dificuldade de exemplificar cada tipo de economia dependente. Ou seja, a América Latina e suas regiões periféricas mesmo estando no mesmo “barco” dependentista, possuem especificidades únicas que devem ser analisadas a cabo. Para o caso brasileiro observamos o neodesenvolvimentismo. Portanto, o conceito de PDC busca sintetizar e expressar, ao mesmo tempo, as dimensões econômica, social e política de uma determinada formação econômica-social.

De maneira geral, a relação entre o conceito de PRC proposto pela TMD e o de PDC, é de unificar o estudo sobre as dimensões que o capital assume, porém em um menor nível de abstração, incorporando a história e as especificidades das distintas regiões. Isso significa dizer que o PDC é um conceito menos abrangente que o PRC, que diz respeito apenas a uma determinada formação econômica-social, cujas suas características não devem ser generalizadas, totalmente, para outras regiões.

Segundo Filgueiras (2018), a síntese do PDC pode ser expressa em oito atributos principais: i) a natureza e o tipo de regulamentação da relação entre capital e trabalho; ii) o caráter e a dinâmica das relações intercapitalistas; iii) o modelo de inserção internacional do país; iv) o lugar e o modo como o Estado se articula com o processo de acumulação; v) o processo de criação e incorporação do progresso técnico; vi) o modelo de financiamento da acumulação do capital; vii) a estrutura da propriedade e a distribuição de renda e da riqueza e por fim viii) as formas de organização das distintas classes e frações de classes.

Todos esses atributos que, conjuntamente, configuram um PDC remetem a uma questão central para a análise de sua estrutura e

dinâmica, qual seja: a relação entre as dimensões nacional e internacional do processo de desenvolvimento, isto é, a importância relativa das circunstâncias internas e externas e a forma como elas se articulam e se relacionam na conformação desse padrão. (FILGUEIRAS, 2018, p. 527).

Para o caso Brasileiro, o conceito de PDC procura superar dois problemas atuais na discussão sobre a natureza e a dinâmica do capitalismo dependente, como se configurou a partir dos anos 1980. De um lado, a separação – nos termos de uma frágil articulação – entre economia e política, e, de outro, a não distinção entre dimensão estrutural do padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro com a conjuntura econômica, no que se refere a dinâmica macroeconômica de curto prazo. Segundo Filgueiras (2018) nos deparamos com um Padrão Liberal Periférico (PLP), que determinou a dinâmica produtiva e de acumulação para os países da América Latina nessa nova fase de reorganização do capital.

O próprio caráter do PDC é um reflexo dessas políticas neoliberais implementadas nessas regiões periféricas, que se diferenciam do PSI nos seguintes aspectos: i) a relação entre capital e trabalho teve sua assimetria aumentada em favor do primeiro, em favor da reestruturação produtiva e da abertura comercial, aumentando o desemprego estrutural e de toda precarização do trabalho nas suas inúmeras dimensões; ii) relações intercapitalistas redefinidas, em razão da abertura comercial, deslocando a hegemonia do capital industrial para o capital financeiro (nacional e internacional) na dinâmica macroeconômica, iii) piora na divisão internacional do trabalho, onde a pauta de exportação se reprimarizou e se aprofundou na desindustrialização, iniciado na década de 1980; e iv) o Estado se fragilizou financeiramente, perdendo a capacidade de regular a economia – apesar de seu resgate parcial nos governos neodesenvolvimentista do PT.

Em suma o PLP foi constituído a partir da abertura comercial e financeira das privatizações e desregulamentações da economia dependente, com clara hegemonia do capital financeiro. Assumiu características específicas para os países capitalistas dependentes da América Latina, as quais o tornam mais regressivo quando comparado a sua forma de operação e agenda nos países capitalistas centrais.

3.2 O padrão exportador de especialização produtiva do nordeste no período novo desenvolvimentista

Nesta sessão analisaremos os dados empíricos da relação comercial entre Nordeste e China, no que diz respeito às exportações e importações, mas precisamente entre os anos de 2003-2010, o que configura o quadro estrutural do neodesenvolvimentismo. A partir das observações feitas poderemos auferir com maior envergadura sobre a nova fase da dependência capitalista para a região, no que tange as categorias clássicas da TMD: a troca desigual do valor e a superexploração da força do trabalho.

Na primeira década do século XXI, a economia chinesa obteve significativos índices de crescimento econômico. Tal panorama é reflexo de uma expansão do comércio com as economias latino-americanas e principalmente o Brasil. Segundo os dados obtidos em Melo (2011) na sua pesquisa sobre o comércio exterior da região nordeste na esteira do efeito China, enquanto o PIB mundial cresceu 3,4% em 2007, a China crescia aproximadamente uma média de 10% anualmente.

No mesmo ano de 2007, a China foi considerada pelos mesmos dados o 2º maior exportador mundial, exportando US\$ 1.220 trilhões de dólares, e importando US\$ 956 bilhões de dólares, se tornando o 3º maior importador mundial. Aqui cabe destacar uma observação importante, mesmo sendo considerado o 3º maior importador mundial, percebemos através dos dados expostos a discrepância entre exportação e importação do País, o que nos indica que a China possuiu uma relação comercial mais forte – a priori desigual – para com as demais regiões com quem realiza comércio.

Segundo Jabbour (2006, p.34), “O crescimento econômico chinês é marcado, além do aumento da produção pela a expansão do consumo”. Dessa maneira, a ampliação do comércio bilateral Brasil-China é resultante de um cenário que favorecia a economia brasileira no sentido de ampliação da produção das *commodities* primário-secundárias-terciária, sustentado pelo o aumento da demanda desses produtos, não só pela China, mas também mundialmente. De

certa maneira, isso significava uma forte expansão da economia mundial assim como o crescimento das chamadas “economias emergentes”.

À época, o Brasil se destacava frente aos demais irmãos latinos, devido modernização do seu parque produtivo focado no setor de *commodities* agrícolas e metálicas, dado a elevação dos preços internacionais desses produtos. Esse período ficou conhecido como “O boom das *commodities*”.

Para a região Nordeste, o comércio internacional com a China não foi tão dinâmico quanto às demais regiões do Brasil, se deu de forma mais lenta e concentrada em poucos setores e de baixo valor agregado. Outro fator é que o saldo comercial entre essa relação foi negativo para a região, uma vez que a quantidade importada dos produtos Chineses foi maior do que a quantidade exportada. Excepcionalmente para o caso do Ceará como veremos a seguir, que focalizou sua exportação nos produtos de baixa e média baixa intensidade tecnológica. Destacamos, portanto, o início da problematização atual sobre a troca desigual do valor. Mas, para que possamos desmistificar o conceito de vantagens comparativas numa relação bilateral como essa, analisaremos com maior vigor os dados das tabelas a seguir.

No início do período analisado, a China não figurava como o principal parceiro do Nordeste, porém em 2009 se torna um dos principais parceiros comercial da região. É claro que de certa maneira, os benefícios comerciais aconteceram, tanto pela expansão da economia Chinesa no cenário mundial, quanto pelo o aumento dos preços das *commodities* motivados pela crescente demanda chinesa por esses produtos. Entretanto, o que destacaremos aqui é a nova estrutura produtiva para exportação na qual o capitalismo mundial impunha para a região, fazendo com que a dependência fosse mais uma vez reinventada e não superada.

Mediante o forte crescimento da China e sua entrada na OMC na década de 2000 como um dos principais países influentes no comércio internacional, é importante destacar sua trajetória econômica com a região Nordeste do Brasil, principalmente entre o Estado do Ceará, onde a China passou a ser o principal parceiro comercial no biênio 2008-2009. É claro que, como veremos a seguir, essa relação aconteceu de maneira desigual e desordenada, visto que os índices de importação do nordeste se deterioraram aos de exportação quando comparamos

o nível de valor agregado dos produtos. Esse movimento negativava o saldo da sua balança comercial, e conseqüentemente, atualizava os mecanismos da dependência através de uma reorganização produtiva do capital também dependente.

Observaremos nas tabelas a seguir os principais setores exportadores e importadores, com crescimento e participação comercial com a China. Serão quantificadas as transações comerciais através do índice de concentração, identificando os setores exportadores e importadores segundo a sua intensidade tecnológica durante o período novo desenvolvimentista de 2003-2010, quando o comércio Brasileiro com a China cresceu de forma expressiva, quando comparado a períodos anteriores.

De maneira geral, será exposta a evolução comercial entre essas regiões, mediante o saldo simples da balança comercial: exportação (X) e importação (M), principais setores de exportação e importação, índice de concentração e intensidade tecnológica, e comercialização dos principais produtos de baixo valor agregado.

Referente à qualificação das transações comerciais, serão utilizados o índice de concentração (IC) que indica o grau de concentração das exportações e das importações. O valor do coeficiente pode assumir valores entre 0 a 100. O IC = 0 indica distribuição uniforme entre os diferentes setores comercializados. Para identificação da intensidade tecnológica dos setores de exportação e importação será utilizado o método desenvolvido pela OCDE, que os distribui em: produtos de baixa, média baixa, média alta e alta intensidade tecnológica. Os dados usados são provenientes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A denominação de setores (01-99) segue a metodologia de nomenclatura comum do Mercosul (NCM), empregada pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC).

Nos dias atuais, a China é um dos principais parceiros comerciais entre vários países pelo mundo. A sua taxa de crescimento do PIB tem sustentado uma crescente demanda por produtos básicos, que, por conseguinte, eleva os preços das *commodities* no mercado mundial. Segundo a *World Trade Organization* (WTO), a China apresentou registros épicos de crescimento do seu PIB, marcando 9,6% (no ano de destaque para a crise subprime 2008), 9,1% em 2009

e 10,3% em 2010 – num cenário pós-crise – que fez puxar suas compras externas com taxas de incremento 3,8%, 2,9% e 22,1%, respectivamente. (MELO, 20110)

Logo ao dinamizar suas necessidades internas, a China passa a exercer força nas demandas voltadas para a exportação de seus parceiros comerciais. Esse grau de valorização das *commodities* no mercado mundial fica exposto quando se constata que, no período de 2005-2010, a taxa média de crescimento ao ano do preço desses produtos foi 9%, ainda segundo a WTO. (MELO, 2011).

Neste cenário, percebe-se então o porquê a China vem despontando como importante – se não o principal – parceiro comercial com o Brasil. Tradicionalmente o Brasil, e mais precisamente a região Nordeste, sempre forneceram *commodities* para o mercado mundial, e durante os anos de 2003-2010 houve um aproveitamento desses bons momentos de expansão da demanda desses produtos, advindos das taxas de crescimento econômico da China. Especificamente em 2009, este país tornou-se o principal comprador de produtos brasileiros e nordestinos, deixando os Estados Unidos em segundo plano – como veremos nas tabelas a seguir. Mas o que isso significa nos termos da dependência contemporânea? Em que medida esses resultados podem ser comemorados? É o que buscaremos identificar nas tabelas a seguir, onde trataremos a estrutura produtiva e o seu impacto real na sociedade diante a relação comercial Brasil-China e Nordeste-China. Feitas as comparações, poderemos auferir sobre os resultados.

Para ter ideia dessa relação bilateral Nordeste-China, consolidou-se em 2009 como o maior parceiro comercial dentre os estados brasileiros, com forte participação de produtos básicos na sua pauta exportadora. Nesse contexto, o Nordeste respondeu em 2010, por 6% das vendas externas realizadas pelo Brasil para esse destino.

Para fortalecer nossa investigação foram utilizados dados secundários provenientes da pesquisa feita por Melo (2011), em que ela identificou as principais características comerciais entre o Nordeste e a China durante o novo desenvolvimentismo. A partir do que a autora expôs no artigo “Comércio Exterior da Região Nordeste na esteira do Efeito China”, iremos interpretar seus dados mediante uma nova visão de caráter terciário, atrelando a interpretação dos dados às categorias marxianas desenvolvidas nessa dissertação.

A seguir, discutiremos a Tabela 1, sobre a evolução do saldo da balança comercial Brasileira entre os anos 2003-2010 da era neodesenvolvimentista. Nesse período em destaque, as vendas do país ao exterior cresceram anualmente 22%, percentual que se destaca muito acima da média mundial. No lado das importações brasileiras, houve um aumento anual de 25% nesse período, registrando níveis históricos no ano de 2008. Em contrapartida, esse movimento se torna decrescente no ano seguinte, como reflexo da crise internacional, fazendo decrescer a demanda mundial em 23% o valor total das vendas externas em 2009.

Tabela 1 - Brasil: Evolução do saldo da balança comercial (2003-2010) (US\$ milhão)

Ano	Mundo			China			X China/	M China/
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo	X Mundo	M Mundo
2003	73.203	48.326	24.878	4.533	2.148	2.386	6,19	4,44
2004	96.678	62.836	33.842	5.442	3.710	1.731	5,63	5,91
2005	118.529	73.600	44.929	6.835	5.355	1.480	5,77	7,28
2006	137.807	91.351	46.457	8.402	7.990	412	6,1	8,75
2007	160.649	120.624	40.025	10.749	12.619	-1.870	6,69	10,46
2008	197.942	173.197	24.746	16.403	20.040	-3.637	8,29	11,57
2009	152.995	127.672	25.322	20.191	15.911	4.279	13,2	12,46
2010	201.915	181.649	20.267	30.786	25.593	5.193	15,25	14,09

Fonte: Comércio Exterior do Nordeste na "Esteira do Efeito China". Melo (2011).

Quanto ao valor agregado, a pauta exportadora caminha diretamente na produção de produtos básicos, registrando parcelas importantes, mas precisamente entre os anos de 2008 e 2010, que comparados aos produtos industrializados, sofrem um aumento significativo de 21%. No lado das exportações, neste segmento de bens básicos, foram os produtos manufaturados e os bens de consumo que diminuíram seu peso. Já no lado das importações a situação foi inversa: os produtos industrializados ganharam espaço, e, neste caso, foram os manufaturados os responsáveis por seu aumento, em especial os bens de consumo e os bens de capital. (Melo, 2011).

Observamos, inicialmente, mediante as informações da Tabela 1, que o saldo da balança comercial brasileira para com a relação comercial com o mundo não apresentou nenhum déficit durante o período analisado. Porém, a pauta exportadora é sustentada, Segundo Melo (2011), por produtos de baixo valor

agregado, enquanto que as importações estão asseguradas por produtos de maior valor agregado e maior sofisticação tecnológica.

Já para com o comércio com a China, os superávits comerciais foram observados até o ano de 2006, quando se interrompeu a tendência nos dois anos seguintes, como é destacado na Tabela 1. Tal mudança na conjuntura, que começou em 2007 não estava associado a um recuo das exportações, que nesse sentido continuaram a aumentar, mas sim ao aumento expressivo das importações. Já em 2009 o saldo comercial com a China voltou a ser superavitário, conservando-se no ano seguinte. Esse efeito não comprometeu a forte expansão das exportações em 2010. De fato, alta dos preços das commodities brasileiras assegurada pela demanda Chinesa, na segunda metade dos anos 2000, proporcionou termos de troca recordes para o Brasil, possibilitando um maior acúmulo de divisas internacionais quando comparado às décadas anteriores.

Ainda sob a perspectiva Melo (2011), as importações crescentes da China, dos produtos brasileiros, foram fundamentais para amortecer os efeitos da recessão global nas contas externas brasileiras, à medida que a demanda chinesa garantiu a alta das commodities. Segundo a Fundação de Comércio Exterior (Funcex), “sem o efeito China” da alta das commodities o superávit comercial se transformaria em saldo negativo da conta corrente, chegando a US\$ 89 bilhões, ou quase, 4% do PIB na época.

Mesmo diante desses números compensatórios do saldo comercial provenientes desta relação Brasil-Mundo/Brasil-China, de acordo com o arcabouço teórico da TMD, esta condição não supera a troca desigual do valor nem a especialização produtiva de produtos de baixo valor agregado e de menor composição orgânica do capital.

Seguindo esse método teórico, ela abarca maiores números de trabalhadores geradores de mais-valia dispostos a produzir mesmo sendo superexplorados. Ou seja, mesmo com os aumentos produtivos durante os anos destacados, e com o aumento das divisas internacionais, nada mudou no aspecto dependente com relação aos outros países parceiros comerciais. Vale salientar que nas próximas tabelas melhor exemplificaram a condição do atraso produtivo

para o Nordeste, destacado os níveis tecnológicos e os principais produtos exportados e importados.

A seguir, na Tabela 2, destacaremos os principais destinos com os quais o Brasil realiza trocas comerciais entre os anos de 2008-2010, tanto nas exportações quanto para as importações. Durante a década de 2000 ocorreram algumas modificações dentre os parceiros comerciais do Brasil.

A partir de 2003, segundo Melo (2011), a China ganhou mais espaço, até que chega em 2010 como sendo o primeiro comprador dos produtos brasileiros, ultrapassando em seis pontos percentuais o tradicional parceiro que era os Estados Unidos. (Tabela 2). Mas precisamente, de 2000 para 2010, o comércio entre Brasil e China aumentou mais de 20 vezes, quando em 2000 a razão era de 2,3 bilhões de dólares, em 2010 saltou para 56,4 bilhões de dólares.

Permanecendo sob a ótica de Melo (2011), ainda no ano de 2010, as exportações brasileiras para a China registraram 30,4 bilhões de dólares, correspondendo a 15% do valor total vendido ao exterior pelo país, tendo como principais produtos minério de ferro e soja. Porém pela ótica da demanda, as importações oriundas da China totalizaram 25,6 bilhões de dólares, ou seja, 14,1% do valor total comprado do exterior pelo país, tendo como principais produtos componentes eletrônicos, telas de *Liquid Cristal Display* (LCD) e máquinas pesadas.

Ao analisar o perfil do comércio bilateral entre Brasil e China, nos últimos anos, percebe-se que no valor total das exportações brasileira, é forte o peso das mercadorias de baixo conteúdo tecnológico. Ou seja, a pauta exportadora brasileira para a China está concentrada em muitos poucos setores, nos quais estão associados, sobretudo, a commodities agrícolas e minerais, como veremos na tabela 3 a seguir. Confirma-se o fato de que a China teve maior participação, sendo o maior parceiro comercial do Brasil dentre os países destacados na Tabela 2.

Tabela 2 - Brasil: Principais Destinos de 2010 (%)

Ranking	País	2008	2009	2010
1	China	8,29	13,73	15,25
2	Estados Unidos	13,85	10,2	9,56
3	Argentina	8,89	8,36	9,17
4	Países Baixos (Holanda)	5,3	5,33	5,07
5	Alemanha	4,47	4,04	4,03
6	Japão	3,09	2,79	3,54
7	Reino Unido	1,92	2,43	2,29
8	Chile	2,42	1,74	2,11
9	Itália	2,41	1,97	2,1
10	Federação da Rússia	2,35	1,9	2,06
11	Espanha	2,04	1,72	1,92
12	Venezuela	2,6	2,36	1,91
13	República da Coreia do Sul	1,58	1,74	1,86
14	México	2,16	1,75	1,84
15	França	2,08	1,9	1,77
16	Provisão de navios e aeronaves	2,34	1,71	1,77
17	Índia	0,56	2,23	1,73
18	Bélgica	2,23	2,05	1,72
19	Arábia Saudita	1,3	1,28	1,53
20	Santa Lúcia	1,81	1,59	1,36
21	Demais países	28,31	29,22	27,42

Fonte: Comércio Exterior do Nordeste na “Esteira do Efeito China.”
Elaboração Própria da Autora com Base nos Dados de Brasil (2011).

Os resultados do comércio entre os dois países, segundo intensidade tecnológica, nos ilumina a tendência apontada nas transações brasileiras com a China e o resto do mundo, trazendo saldo positivo apenas nos segmentos de baixa intensidade.

Tabela 3 - Brasil: Principais Produtos Exportados para China em 2010 (CS)

NCM	Produtos	CS
26011100	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	0,3956
12010090	Outros grãos de soja, mesmo triturados	0,2317
27090010	Óleos brutos de petróleo	0,1317
26011200	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	0,0376
47032900	Pasta química de madeira de conífera	0,0295
15071000	Óleo de soja bruto	0,0254
17011100	Açúcar de cana, em bruto	0,0164
88024090	Outros aviões/veículos aéreos, peso>1500 kg, vazios	0,012
24012030	Fumo não manufaturado total parcial	0,0111
72029300	Ferronióbio	0,0106

Fonte: Comércio Exterior do Nordeste na “Esteira do Efeito China.” Melo (2011).

Em 2010, os produtos minérios de ferro não aglomerados e grãos de soja totalizaram mais da metade do valor total dos produtos vendidos para a China. Junto aos minérios de ferro aglomerados e pasta de madeira, fazem parte, com peso total, da pauta exportadora Brasileiro-Nordestina das vendas para o determinado destino. Já as importações, em 2010, apresentaram crescimento de 60% em relação a 2009. Dos setores que se destacam nessa pauta temos: máquinas, aparelhos e materiais elétricos e reatores e máquinas nucleares, que em sua totalidade somaram 53%. (MELO, 2011).

Outra característica que se destaca na expansão e na consolidação dessas cadeias globais é a especialização produtiva na montagem de bens duráveis no plano interno brasileiro, que, como consequência, fez-se necessário a importação crescente de bens intermediários para as multinacionais. Portanto, evidencia-se também a importação de componentes para a indústria eletroeletrônica para progredir esse processo. (WANATABE, 2011).

Nesta perspectiva, segundo os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a presença Chinesa no mercado doméstico obteve maior presença – mas precisamente entre os anos de 2008-2010 – em seis setores principais: material eletrônico e de comunicação, têxteis, equipamentos hospitalares e de precisão, indústrias diversas, calçados e máquinas e equipamentos. (MELO, 2011).

De antemão, identificamos que a pauta das exportações brasileiras nos anos analisados está pautada na produção e venda de produtos de baixo valor agregado no mercado internacional, e que aparentemente possuem “vantagens relativas” aos produtos importados da China, mas que, deterioram o seu valor na medida em que são realizados. Além disso, destacam-se por serem produtos de baixa identidade tecnológica quando comparados aos produtos de média-alta e alta tecnologia da China.

Na tabela a seguir iremos analisar a inserção do comércio exterior, da pauta produtiva e da especialização produtiva da região nordeste nesse contexto de expansão de comércio da China, durante o boom das commodities, que firmou aspectos importantes na agenda novo desenvolvimentista para a região.

Tabela 4 - Nordeste: Evolução do Saldo da Balança Comercial (2002-2010) (US\$milhão)

Ano	Mundo			China			X China/ X Mundo	M China/ M Mundo
	X	M	Saldo	X	M	Saldo		
2002	4.656	4.660	-4	79	76	3	1,69	1,62
2003	6.112	4.329	1.783	139	101	38	2,27	2,34
2004	8.044	5.511	2.533	207	208	-1	2,58	3,78
2005	10.561	6.308	4.253	483	287	196	4,57	4,56
2006	11.629	8.855	2.774	591	486	105	5,08	5,48
2007	13.086	11.790	1.297	938	860	78	7,16	7,29
2008	15.452	15.724	-272	1.138	1.351	-213	7,36	8,59
2009	11.616	10.735	881	1.361	1.022	339	11,71	9,52
2010	15.868	17.487	-1.620	1.784	1.721	63	11,25	9,84

Fonte: Comércio exterior do Nordeste na "Esteira do Efeito China". Melo (2011).

A dinâmica do comércio da região Nordeste foi muito mais forte no período de 2003-2008, com relação aos anos iniciais da década, sobretudo no que se refere as exportações. De fato, a relação comercial do Nordeste com a China tomou grande impulso nos anos 2000 mediante o aumento de sua demanda, e, são responsáveis pelo notável crescimento econômico da corrente do comércio regional com o mundo.

Durante o período de 2003-2008, observou-se que as vendas externas nordestinas para a China cresceram em média 68% ao ano, enquanto que as compras registraram crescimento médio anual de 64%, mantendo a meta superavitária, para quase todos os anos, com exceção de 2003 e 2008, este último sendo como resultado da crise subprime internacional.

Segundo Melo (2011) em 2010, a participação comercial do Nordeste com a China foi relativamente maior ao que foi comercializado com o resto do mundo. Identifica-se isso quando comparamos as médias registradas em 2002, ou seja, seu valor aumentou em torno de setes a seis vezes do seu valor inicial. Dessa maneira, a China passou a ocupar em 2010, a segunda posição no ranking dos principais compradores da região (Tabela 5). Logo, expressa uma trajetória ascendente, chegando a representar 11% do valor total das vendas ao exterior naquele ano. (MELO, 2011).

Em 2010, a guinada entre o comercio China-Nordeste, já passava dos 40%, maior do que a registrada no ano de 2008. No mesmo ano, as exportações

regionais representavam 6% do valor total vendido pelo Brasil à China, vendas que em sua grande maioria foram efetuadas pelo o Estado do Maranhão (onde 18% das vendas do Estado vão para a China), dando ênfase nos produtos minério de ferro, pasta de madeira e soja. Já nas importações, o valor total comprado totaliza em 7%.

Cabe destacar que, os principais compradores e que possuem maior peso comercial na região entre os anos em destaque foram, Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão, sendo os produtos adquiridos pelo Nordeste, sobretudo, máquinas, laminados de ferro e tecidos. É por está razão que nas tabelas a seguir iremos intensificar as observações nesses estados, dado o seu maior grau de inserção no comércio com a China. (BRASIL, 2011).

Na próxima tabela (5), observaremos os principais destinos com os quais o Nordeste realizou transações comerciais, mas precisamente no triênio 2008-2010.

Tabela 5 - Nordeste: Principais Destinos de 2010 (%)

Ranking	País	2008	2009	2010
1	Estados Unidos	20,41	16,89	15,34
2	China	7,36	11,71	11,25
3	Argentina	9,25	8,32	9,62
4	Holanda	11,98	8,05	6,17
5	Itália	4,37	3,09	3,96
6	Japão	2,45	1,67	3,95
7	Espanha	2,66	2,59	3,32
8	Antilhas Holandesas	0,38	2,6	3,27
9	Alemanha	4,32	3,76	3,21
10	Reino Unido	2,47	3,29	3,11
11	Federação da Rússia	1,8	2,87	2,63
12	Coreia do Sul	0,79	1,98	2,29
13	México	3,25	2,19	2,2
14	Portugal	0,77	1,46	2,05
15	Bélgica	2,26	2,02	1,86
16	Colômbia	1,11	1,48	1,74
17	Venezuela	1,72	2,28	1,72
18	Canadá	1,05	1,38	1,69
19	Provisão de navios e aeronaves	1,54	1,36	1,52
20	França	2,09	1,96	1,37
21	Demais países	18,4	19,02	17,73

Fonte: Comércio exterior do Nordeste na “Esteira do Efeito China”. Melo (2011).

Os Estados Unidos continuaram sendo o principal comprador do Nordeste, mesmo apresentando uma retração de três e meio pontos percentuais entre 2008

e 2009. Vale ressaltar também, o dinamismo e a participação da China, que já vinha aumentando sua parcela nessa pauta, passando a ocupar a segunda posição, mantendo-se em 2010, e ganhado entre esses dois anos, cerca de quatro pontos percentuais. Nessa mudança, a Holanda sai da segunda posição para a quarta, perdendo cerca de quatro pontos percentuais. Nesse contexto, a Argentina se manteve na terceira posição ao longo dos três anos, com baixa oscilação na sua parcela em 2010.

Quanto a pauta exportadora do Nordeste para a China, esta é composta fundamentalmente por setores tradicionais da pauta regional. Verificou-se, como destacado na tabela (6) que, no conjunto dos principais setores houve um aumento de suas vendas entre 2002 e 2010, com exceção para o setor de minérios, que só passou a ser vendido para a China em 2003. A partir de então, este setor se tornou bastante representativo no conjunto dos produtos exportados. Em 2010, a China adquiriu 30% daquilo que foi vendido pela região pelo setor de minérios, escórias e cinzas. (Tabela 10).

Tabela 6 - Nordeste: Principais Setores Exportadores para a China em 2010 (2002-2010) (CS)

NCM	Setores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
47	Pastas de madeira	0,4472	0,3207	0,2784	0,2341	0,2611	0,146	0,3203	0,3455	0,2995
26	Minérios, escórias e cinzas	0,0000	0,0167	0,1799	0,1873	0,192	0,2083	0,2545	0,0129	0,2457
12	Sementes e frutos oleaginosos	0,1985	0,117	0,0992	0,2758	0,2841	0,2069	0,2565	0,2301	0,1625
74	Cobre e suas obras	0,0049	0,0601	0,0435	0,0148	0,0566	0,2337	0,0457	0,2063	0,1253
29	Produtos químicos orgânicos	0,0715	0,1131	0,1359	0,0535	0,0539	0,0886	0,0381	0,0426	0,0461
52	Algodão	0,0026	0,0127	0,0104	0,0581	0,0154	0,0237	0,0132	0,0226	0,0347
	Total	0,7247	0,6403	0,7473	0,8237	0,863	0,9071	0,9283	0,8600	0,9139

Fonte: Comércio exterior do Nordeste na "Esteira do Efeito China". Melo (2011).

No que se refere a participação estadual na dinâmica do comércio exterior da região Nordeste, podemos observar de início, tomando por base os dados da tabela (7) a seguir que, existe um grupo de estados que, se destacam pelo forte peso nas vendas totais da região para a China. São eles: Bahia, Maranhão e Ceará (totalizando, em 2010, 74% das exportações regionais). Na perspectiva das importações, o conjunto de maior representatividade é composto por Bahia, Maranhão, Pernambuco, Paraíba e Ceará, contabilizando 90% das importações nordestinas.

Esses quatro estados citados corresponderam, em 2010, por cerca de 90% do valor total do exportado pela Região, sendo a Bahia sozinha detentora de 56% do aporte regional, seguida pelo Maranhão com 18%, Ceará com 8% e Pernambuco com 7%. Como destacado anteriormente, o conjunto de produtos exportados que totalizam o peso dos valores comerciais são aqueles pertencentes a setores de baixo valor agregados.

São produtos tradicionais na pauta exportadora da região, pertencentes ao histórico de desenvolvimento dependente e que necessitam de uma elevada gama de trabalhadores expostos as mais diversas forma de exploração, medida compensatória para realização do lucro doméstico, devido a troca desigual do valor. A pauta exportadora dos estados nordestinos para o Mundo e para a China, é composta por commodities agrícolas e minerais, cujos preços são reflexos da oferta internacional, e bens de consumo de baixo valor agregado. (MELO, 2011).

Tabela 7 - Nordeste: Balança Comercial por Estado (2002-2010) (Participação)

Estados	Mundo				China			
	2002		2010		2002		2010	
	X	M	X	M	X	M	X	M
Alagoas	0,0641	0,0267	0,0612	0,0142	0,0000	0,0000	0,0000	0,0296
Bahia	0,5181	0,4029	0,5600	0,3780	0,7629	0,3973	0,6527	0,2772
Ceará	0,1171	0,1365	0,0800	0,1240	0,0115	0,2602	0,0220	0,2726
Maranhão	0,1401	0,1864	0,1840	0,2183	0,2169	0,0434	0,3013	0,0235
Paraíba	0,0253	0,0170	0,0137	0,0392	0,0000	0,0139	0,0001	0,1285
Pernambuco	0,0687	0,1811	0,0701	0,1871	0,0034	0,2242	0,0051	0,2166
Piauí	0,0103	0,0028	0,0081	0,0108	0,0030	0,0475	0,0175	0,0361
Rio G. Norte	0,0481	0,0248	0,0179	0,0183	0,0019	0,0108	0,0009	0,0107
Sergipe	0,0081	0,0219	0,0048	0,0103	0,0003	0,0027	0,0003	0,0053

Fonte: Comércio exterior do Nordeste na “Esteira do Efeito China”. Melo (2011).

Como foi destacado anteriormente, Bahia e Maranhão são os maiores responsáveis pela expansão do comércio regional com a China durante o novo desenvolvimentismo. Na tabela (8) a seguir, identificaremos a parcela relativa e a importância dos setores exportadores desses estados nas pautas nordestinas e brasileiras. Dentre os sete setores destacados exportados pra China, três tem maior representatividade dentro do Nordeste: minérios, soja e pasta de madeira.

Tabela 8 - Brasil: Principais Setores Exportados para China em 2010 (Participação Regional e Estadual)

NCM	Setores	CS	NE/BR	BA/BR	MA/BR	PI/BR
26	Minérios, escórias e cinzas	0,4426	0,2457	0,0000	0,0317	-
12	Sementes e frutos oleaginosos	0,2317	0,1625	0,0299	0,0083	0,0025
27	Combustíveis minerais, óleos minerais	0,1317	0,0001	0,0000	-	-
47	Pastas de madeira ou matérias fibrosas	0,0366	0,2995	0,4745	-	-
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	0,0264	0,0129	0,0095	0,0010	0,0147
72	Ferro fundido, ferro e aço	0,0184	0,0231	0,0036	0,0691	-
17	Açúcares e produtos de confeitaria	0,0167	0,0000	0,0000	-	-

Fonte: Comércio exterior do Nordeste na "Esteira do Efeito China". Melo (2011).

A Bahia se sobressai no setor de pasta de madeira, recebendo destaque por vender metade do que foi vendido do Brasil para a China no ano de 2010, e em menor parcela, no setor de sementes oleaginosas com (3%) do seu total. Já o Maranhão respondeu por 7% do valor total vendido pelo Brasil no setor de ferro fundido e 3% no setor de minérios.

Diante essas observações feitas, onde foram destacados os Estados com maior peso e participação nesse comércio bilateral (Bahia e Maranhão), a Bahia registrou um processo de intensificação substancial. A participação da China como comprador e fornecedor desse estado, assumiu proporções extraordinárias. No total das exportações baianas, passou de 2% em 2002 para 13% em 2010.

Já a contribuição das importações totais progrediu de 2% em 2002 para 24% em 2010, se tornando um dos principais parceiros comerciais do Estado da Bahia. Nesse período de 2002-2010, a corrente de comércio entre Bahia e China aumentou mais de dezoito vezes, revelando o dinamismo superior ao total comercializado entre a região e o resto do mundo.

De acordo com os dados da tabela (9), a Bahia tem sua pauta exportadora para a China no ano de 2010, composta fundamentalmente por nove produtos principais, os quais têm, em maior ou menor grau, relevância na pauta total da região, com destaque para os seguintes produtos: pasta química de madeira e outros grãos de soja.

Tabela 9 - Bahia: Principais Produtos Exportados para China em 2010 (Participação)

NCM	Produtos	CS	BA/ NE	BA/BR
47032900	Pasta química de madeira de não-conífera a soda	0,273	0,1782	0,0295
47020000	Pasta química de madeira, para dissolução	0,1859	0,1213	0,007
12010090	Outros grãos de soja, mesmo triturados	0,1829	0,1625	0,0376
74031100	Catodos de cobre refinado/seus elementos em forma bruta	0,1719	0,1122	0,0065
52010020	Algodão debulhado, não-cardado nem penteado	0,0505	0,0342	0,0045
29261000	Acrilonitrila	0,0215	0,0141	0,0008
74040000	Desperdícios e resíduos de cobre	0,0199	0,0131	0,0009
29051600	Octanol (álcool octílico) e seus isômeros	0,0184	0,012	0,0007
29024300	P-xileno	0,0127	0,0083	0,0005

Fonte: Comércio exterior do Nordeste na “Esteira do Efeito China”. Melo (2011).

Na tabela 10, observaremos os principais setores exportadores do Maranhão para a China no ano de 2010. Não diferente dos demais estados do Nordeste, a pauta exportadora é sustentada pela venda de produtos de baixo valor agregado no mercado internacional. Mesmo com todo dinamismo e participação não se ultrapassa as fronteiras da dependência, consolidando os aspectos dependentes de produção. No auge da nova dependência da era novo desenvolvimentista configura-se para a região o terceiro modelo de dependência: a dependência tecnológica-industrial (DOS SANTOS, 2011).

Tabela 10 - Maranhão: Principais Produtos Exportados para China em 2010 (Participação)

NCM	Produtos	CS	MA/NE	MA/BR
26011100	Minérios de ferro não-aglomerados e seus concentrados	0,7193	0,991	0,0318
12010090	Outros grãos de soja, mesmo triturados	0,1099	0,2038	0,0083
26011200	Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	0,0851	1,0000	0,0395
72011000	Ferro fundido bruto não-ligado c/peso $\leq 0,5\%$ de fósforo	0,0729	1,0000	0,0691

Fonte: Comércio exterior do Nordeste na “Esteira do Efeito China”. Melo (2011).

Para o Maranhão, os principais produtos exportados para o mercado Chinês foram: minérios de ferro não aglomerados e não aglomerados, grãos de soja e ferro fundido. Com exceção de soja, para os outros produtos, o estado é praticamente o único exportador regional para esse destino. Na tabela a seguir iremos destacar os principais setores de exportação do Ceará para a China. A comparação desses dados será suficiente para validar a troca desigual do valor no período observado.

Tabela 11 - Ceará: Principais Setores Exportadores de 2009 (2003-2009)
(Participação)

NCM	Setores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
41	Peles, exceto a peleteria (Peles com Pelo), e couros	0,0001	0,2289	0,6831	0,6804	0,6158	0,5461	0,564
21	Preparações alimentícias diversas	0,0000	0,0000	0,000	0,0000	0,1326	0,1992	0,166
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso cal e cimento	0,9051	0,5983	0,0231	0,0657	0,0037	0,057	0,0916
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	0,0394	0,0000	0,0000	0,0154	0,0247	0,0649	0,0716
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	0,0354	0,0087	0,0569	0,0525	0,0525	0,0357	0,0512
Total		0,9800	0,8359	0,7632	0,814	0,8292	0,9029	0,9442

Fonte: Comércio Exterior do Estado do Ceará com a China: desempenho das relações comerciais no período recente. Melo (2009).

Como observado na tabela 11, as exportações do Ceará para China são concentradas em apenas cinco setores da indústria básica: (41) Peles, Exceto a Peleteria (Pele com Pelo) e Couros, (21) Preparação Alimentícia Diversas, (25) Sal, Enxofre, Terras e Pedras, Gesso, Cal e Cimento, (68) Obras de Pedra, Gesso, Cimento, Amianto, Mica, etc., e (15) Gorduras, Óleos e Ceras Animais ou Vegetais, etc. Esses setores completam 94,42% da pauta exportadora do Estado do Ceará para a China no ano de 2009 e, apenas os primeiros dois setores alavancam em 73% o quantum das exportações no mesmo ano.

A participação do setor (41) Peles, Exceto a Peleteria (Pele com Pelo) e Couros, se destaca, principalmente a partir de 2004, com relevância no total exportado para a China. No ano de 2003 esse setor atingiu seu menor valor, com menos de 1% do total das exportações. Verifica-se também que nos últimos três anos do período observado, o setor (21) Preparação Alimentícia Diversas passou a se destacar entre os principais setores exportadores, oscilando numa escala evolutiva com participação de 13,36% em 2007, aumentando para 19,92% no ano de 2008 e decaindo para 16,60% no ano de 2009.

Saindo da perspectiva exportadora, adentaremos na perspectiva das pautas importadoras da Região Nordeste para com a China, observa-se um dinamismo bem maior que a pauta exportadora, dentre os maiores estados compradores, que em 2010 foram: Bahia, Ceará, Pernambuco e Paraíba, os quais adquiriram produtos específicos associados as suas estruturas produtivas e de consumo.

Segundo Melo (2011), a Bahia importa, sobretudo, produtos dos setores 85 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), (máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes) e 84 (reatores nucleares, caldeiras, máquinas etc., mecânicos). Na sessão 84, os produtos adquiridos em 2010 foram, fundamentalmente, componentes para fabricação de computadores, tais como tela, unidade de disco, placas-mãe e placas de memória. Esses dois setores totalizaram em 2010 cerca de 75% das compras estaduais com origem na China.

Sobre as importações pernambucanas destacam-se os produtos da sessão 84 da NCM como: (reatores nucleares, cadeiras, máquinas e etc., mecânicos), 85 (máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes), 72 (ferro fundido, ferro e aço) e 87 (veículos automóveis, tratores e suas partes), cujas participações totalizaram 60% do valor total das compras da China. É importante salientar que também participam do total a importação de equipamentos pesados para a construção civil e para atividades portuárias, que são segmentos importantes na economia pernambucana. (MELO, 2011).

Sobre a pauta importadora da Paraíba destacam-se seis setores com maiores pesos, a saber: 84 (reatores nucleares, caldeiras, máquinas etc., mecânicos); 60 (tecidos de malha); 54 (filamentos sintéticos e artificiais); 87 (veículos automóveis, tratores e suas partes, acessórios); 64 (calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes); e 40 (borracha e suas obras). Este conjunto, em 2010, totalizou 67% do valor de tudo que foi comprado por esse estado à China.

Sobre as importações do Estado do Ceará, a dinâmica praticamente continua a mesma nos anos 2003-2009. Não existe praticamente quase nenhuma diversificação no que é comprado da China. Mediante os dados observados na tabela (12), verifica-se que, setorialmente, nas importações do Ceará para a China se destacaram 6 setores principais, que correspondem a 70% das importações. O montante total de 15 setores corresponde a 90,29% da pauta importadora.

Tabela 12 - Ceará: Principais Setores Importadores de 2009 (2003-2009) (Participação)

NCM	Setores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, mecânicos	0,0041	0,0235	0,0624	0,0527	0,0707	0,0688	0,177
72	Ferro fundido, ferro e aço	0,0000	0,0000	0,0000	0,1103	0,2258	0,4608	0,133
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes, etc.	0,0829	0,2366	0,1045	0,1194	0,155	0,0757	0,1156
29	Produtos químicos orgânicos	0,5939	0,4481	0,3621	0,2278	0,1181	0,0979	0,1145
55	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	0,0008	0,0033	0,0222	0,0931	0,1029	0,0579	0,0812
87	Veículos automóveis, tratores, etc. Suas partes/acessórios	0,0077	0,0073	0,0648	0,0771	0,0699	0,0464	0,0751
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	0,0000	0,0000	0,0078	0,0214	0,0066	0,0112	0,0347
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia e etc.	0,0007	0,012	0,0215	0,0491	0,0215	0,013	0,033
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	0,1884	0,0992	0,0942	0,0541	0,0554	0,0174	0,0324
60	Tecidos de malha	0,0000	0,0000	0,0059	0,0021	0,0305	0,0285	0,0293
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	0,0029	0,0211	0,015	0,011	0,0073	0,014	0,0252
42	Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro	0,0000	0,0081	0,0017	0,0112	0,0108	0,0098	0,0145
52	Algodão	0,0049	0,0387	0,0006	0,0054	0,0046	0,0138	0,013
70	Vidro e suas obras	0,0014	0,0011	0,0047	0,0055	0,0066	0,008	0,0129
28	Produtos químicos inorgânicos, etc.	0,0099	0,0102	0,005	0,0097	0,0043	0,0048	0,0116
Total		0,8977	0,9091	0,7722	0,8499	0,89	0,9281	0,9029

Fonte: Comércio Exterior do Estado do Ceará com a China: desempenho das relações comerciais no período recente. Melo (2009).

Em primeiro lugar temos o setor (84) Reatores Nucleares, Caldeiras, Máquinas, etc., Mecânicos como sendo o principal da pauta importadora correspondendo a 17,70% no ano de 2009. Sua evolução foi mais que dinamizada, alcançado níveis superiores, mas precisamente a partir de 2005, onde sua porcentagem é triplicada quando comparada ao ano base dos dados. Isso nos indica que o primeiro e principal setor da pauta importadora do Ceará com a China é baseada na compra de produtos pesados e de alto valor agregado no mercado internacional.

Já o setor (72) Ferro Fundido, Ferro e Aço, apresenta uma trajetória ascendente na sua participação no triênio 2006-2008. No último ano de 2009, correspondeu em apenas 13,30% das importações, demonstrando uma decaída quando comparado aos anos anteriores. Vale ressaltar que, entre 2002-2005, esse setor não tem participação relevante nas importações desse Estado. Outro setor a ser destacado é o (29) Produtos Químicos Orgânicos. Esse setor tem participação em declínio durante o período. Em 2002, o setor (29) Produtos Químicos Orgânicos, tinha participação de 60% das importações. Já, em 2009,

essa participação encontra-se próximo de 11,45%. Assim, figurando na 4ª posição nos principais setores importadores do Ceará.

De maneira geral, através da tabela (12), percebemos que dos 15 setores que compõe a pauta importadora do Ceará com a China, sete deles podem ser considerados bens pesados. No âmbito do comércio internacional esses produtos possuem maior valor agregado e tecnologia do que àqueles referentes à pauta exportadora do estado nordestino. Bens como máquinas, reatores nucleares, aparelhos e materiais elétricos, veículo automóveis, aparelhos de óptica e etc., possuem maior valor e competitividade quando comparado aos produtos básicos e de baixo valor agregado exportados do Ceará para China.

O que se observa, portanto, é a deterioração dos termos de troca entre esse comércio bilateral, sendo identificada nos déficits gerados em todo o período analisado de 2002-2009, como foi destacado na tabela 1. Dessa maneira, a remessa de lucro embutida nos produtos básicos exportados para a China via a categoria transferência do valor/troca desigual do valor, deverá ser recompensada no plano interno, mediante a maior intensificação e superexploração da força do trabalho nesses setores de produção primária.

Para finalizar a discussão sobre padrão exportador de especialização produtiva do Nordeste e sua parceria comercial com a China, analisaremos na próxima tabela dados referentes a intensidade tecnológica. Para sustentar a ideia de atraso tecnológico, dependência e desvantagem competitiva comercial nos parâmetros da TMD e de suas categorias clássicas, apontaremos a participação do comércio cearense com o Mundo e com a China segundo sua intensidade tecnológica, respectivamente.

Vale ressaltar que utilizaremos apenas o Estado do Ceará como representante geral dos estados restantes do Nordeste, tendo em vista que, de modo generalizado, esses estados possuem características semelhantes no que diz respeito a estrutura produtiva e posição dependentista no comércio internacional.

Tabela 13 - Ceará: Participação do Comércio Cearense com o Mundo Segundo a Intensidade Tecnológica

INTENSIDADE TECNOLÓGICA	2002		2003		2004		2005	
	X	M	X	M	X	M	X	M
ALTA (A)	0,0000	0,0090	0,0000	0,0031	0,0000	0,0004	0,0000	0,0063
MÉDIA ALTA (MA)	0,0251	0,4625	0,0205	0,3772	0,0301	0,215	0,0333	0,2316
MÉDIA BAIXA (MB)	0,0251	0,2234	0,0719	0,1996	0,0685	0,3812	0,0716	0,5048
BAIXA (B)	0,9294	0,3048	0,897	0,4197	0,8965	0,4031	0,8876	0,2571
SEM DEFINIÇÃO (S/D)	0,0000	0,0003	0,0001	0,0004	0,0001	0,0003	0,0001	0,0002
INTENSIDADE TECNOLÓGICA	2006		2007		2008		2009	
	X	M	X	M	X	M	X	M
ALTA (A)	0,0000	0,0027	0,0000	0,0008	0,0000	0,0156	0,0000	0,0203
MÉDIA ALTA (MA)	0,0312	0,123	0,0492	0,1959	0,0398	0,3291	0,0603	0,372
MÉDIA BAIXA (MB)	0,0802	0,639	0,0773	0,5237	0,0723	0,3177	0,0619	0,3045
BAIXA (B)	0,8717	0,2353	0,8537	0,2793	0,8681	0,3371	0,8615	0,3028
SEM DEFINIÇÃO (S/D)	0,0000	0,0001	-	0,0002	0,0000	0,0005	0,0000	0,0003

Fonte: Comércio Exterior do Estado do Ceará com a China: desempenho das relações comerciais no período recente. Melo (2009).

Segundo os dados da tabela (13), a economia cearense é marcada pela produção de produtos de baixa intensidade tecnológica, isso reflete fortemente no tipo de comércio exterior promovido pelo estado. Durante o período analisado, foi predominante a participação das exportações nos setores de (B) Baixa Intensidade tecnológica.

Em todos os anos observados, sua participação ultrapassou 85% das exportações do Ceará para o Mundo, com destaque para o ano de 2002, ondem alcançou 92,94% do seu valor total, porém mantendo-se quase constante, decaindo poucos percentuais no ano de 2009. Quanto ao restante dos setores, estes obtiveram uma participação quase que irrelevante nas exportações do Ceará.

No que diz respeito às importações, a participação comercial é concentrada nos setores de (MA) Média Alta Intensidade Tecnológica e (MB) Média Baixa Intensidade Tecnológica. Em todos os anos analisados, a participação ficou acima da média das importações do Ceará para com o Mundo. Dessa maneira a troca de produtos da China para com o Mundo é baseada no intercâmbio de produtos provenientes de setores de baixa intensidade tecnológica por produtos de média alta intensidade tecnológica. A seguir, na tabela (5), observaremos o caso da participação do comércio cearense com a China segundo intensidade tecnológica.

Tabela 14 - Ceará: Participação do Comércio Cearense com a China Segundo a Intensidade Tecnológica

INTENSIDADE TECNOLÓGICA	2002		2003		2004		2005	
	X	M	X	M	X	M	X	M
ALTA (A)	-	0,0000	-	0,0000	-	0,0000	-	0,0000
MÉDIA ALTA (MA)	0,0000	0,7414	-	0,7280	0,0000	0,7443	0,0152	0,6472
MÉDIA BAIXA (MB)	0,3928	0,0142	0,9645	0,0119	0,6819	0,0196	0,1008	0,1299
BAIXA (B)	0,6072	0,2407	0,0355	0,2571	0,3181	0,2333	0,8840	0,2222
SEM DEFINIÇÃO (S/D)	-	0,0037	-	0,0030	-	0,0027	-	0,0008
INTENSIDADE TECNOLÓGICA	2006		2007		2008		2009	
	X	M	X	M	X	M	X	M
ALTA (A)	-	0,0001	-	0,0000	-	0,0003	-	0,0041
MÉDIA ALTA (MA)	0,0002	0,5552	0,0005	0,4508	-	0,3107	0,0009	0,5403
MÉDIA BAIXA (MB)	0,1867	0,1548	0,0930	0,2910	0,1253	0,4870	0,1639	0,1704
BAIXA (B)	0,8130	0,2894	0,9065	0,2569	0,8747	0,2003	0,8349	0,2842
SEM DEFINIÇÃO (S/D)	-	0,0005	-	0,0012	-	0,0017	-	0,0009

Fonte: Comércio Exterior do Estado do Ceará com a China: desempenho das relações comerciais no período recente. Melo (2009).

Segundo os dados da tabela (14), da mesma maneira como acontece com as exportações do Ceará para o Mundo, para a China, a participação se concentra nos setores de (MB) de Média Baixa Intensidade Tecnológica e (B) Baixa Intensidade Tecnológica, correspondendo a aproximadamente 100% das exportações do Ceará. Os produtos que se destacam nos setores de Baixa Intensidade tecnológica são: (41) Peles, Exceto a Peleteria (Peles com Pelo), e Couros, e (21) Preparações Alimentícias Diversas, que, em 2009, tiveram participação significativa nas exportações do Ceará para a China.

Já para o caso das importações, verificamos uma pequena inversão no quadro, quando comparado aos dados da tabela (13). No triênio de 2002-2004 as importações de setores de (MA) Média Alta Intensidade Tecnológica obtiveram participação acima dos 70% nas importações, entrando em declínio a partir de 2004. Mesmo frente à esse declínio a pauta importadora ainda continuou se concentrado no setor de maior intensidade tecnológica. Visto que 100% das importações se encontram nos setores de maior envergadura concorrencial dado o seu potencial tecnológico frente aos produtos exportados do Ceará, que predominam todos os setores de baixa intensidade tecnológica.

Mediante as tabelas expostas, percebe-se que o comércio bilateral entre Ceará-China gera poucas vantagens comerciais para o estado Nordeste. Esse

fato pode ser percebido através da evolução da balança comercial do período observado, apresentando déficits em todos os anos. A política comercial posta para o Ceará durante os anos analisados reafirma os parâmetros da dependência contemporânea.

Marcada pelo atraso tecnológico e pelas imposições do padrão exportador de especialização produtiva, impõe para a economia periférica do Ceará a reorganização do seu ciclo do capital, baseado nas exigências externas. É dada uma nova roupagem para as categorias de dependência já existentes. Portanto, no período observado não foi possível superar as amarras da dependência, de maneira geral, as mesmas estruturas se mantiveram.

Fica evidente que, na pauta importadora desses estados nordestinos refletem no que vem ocorrendo em nível nacional. O peso crescente dos insumos industriais da China junto aos produtos que para lá são exportados, reconfiguraram a dinâmica produtiva de toda a região Nordeste e as formas de reprodução que assume o capital. Seu funcionamento é retroativo a dinâmica exercida pela oferta e demanda proveniente da China, que se tornou nos últimos anos dá década de 2000 seu norteador.

4. À GUIA DA CONCLUSÃO: NOVO DESENVOLVIMENTISMO E DEPENDÊNCIA

Inicialmente, percebeu-se que a estrutura produtiva do Ceará, como sendo o estado representante do Nordeste por seu peso e posição comercial, está pautada na produção de mercadorias de baixo valor agregado internacionalmente. Relativamente, quando comparadas às mercadorias importadas da China, os produtos do Ceará possuem diversas desvantagens, referentes ao atraso tecnológico e ao seu baixo preço de mercado.

A gama dos produtos importados da China encontra-se em setores mais dinâmicos e de maior intensidade tecnológica. Dessa maneira, ao ser realizada a troca comercial em âmbito internacional, o saldo da balança comercial do Ceará acaba sendo negativo, dado que o valor das importações supera o das exportações.

Percebeu-se também que durante todos os anos analisados, não houve nenhuma mudança significativa na estrutura produtiva, apenas a manutenção de uma estrutura dependente voltada para atender a necessidade externas, imposta por essa relação comercial. Além disso, esse tipo de combinação comercial só foi possível devido ao boom das *commodities* no período em questão, que reconfigurou a dinâmica da produção para a região, que já possuía um passado histórico marcado por esse tipo de produção primária voltada para fora.

Mediante esses resultados colhidos, foi possível constatar que a relação comercial entre Ceará e os demais estados nordestinos com a China é combinada e desigual, assim como constava Marini sobre a unidade dialética. O parâmetro atual nos ilumina a imagem de que subdesenvolvimento e desenvolvimento estão sendo reconfigurados, permanecendo unidos, num mundo de capitalismo neoliberal que favorece economicamente as regiões do capitalismo central.

Verificamos a ascensão de uma nova forma de Imperialismo, no qual a China passa a ter maior destaque e competitividade junto às demais potências imperialistas do mundo. Através do seu poder de barganha fez com que o Ceará mantivesse uma estrutura produtiva rústica e atrasada, especializada na produção de produtos baratos voltados para exportação e que necessitam de uma maior quantidade de trabalho humano para ser realizada.

A troca desigual ainda permanece sendo a primeira categoria marxiana que define a estrutura desigual na economia da região nordeste, e como vimos, superexplorar a força do trabalho surge sendo a segunda categoria marxiana para recompensar internamente o lucro enviado para a China. Diante os dados observados, de 2002 a 2009, o padrão exportador de especialização produtiva da região se manteve em pleno funcionamento, nada foi proposto para superar o atraso tecnológico e o subdesenvolvimento da região.

Ruy Mauro Marini juntamente aos demais autores clássicos da TMD foram os responsáveis por iluminar nossa investigação acerca da reprodução do ciclo do capital na economia nordestina no chamado momento novo desenvolvimentista da economia brasileira. Sua análise sobre os valores de uso e sobre as propriedades do capital nos levou a um entendimento da dinâmica reprodutiva das sociedades dependentes, considerando que esses são seus elementos

determinantes. Se não fosse sua hipótese inicial a respeito da unidade dialética e suas categorias universais, talvez este estudo tivesse tomado outros rumos interpretativos, distantes do que se aproxima da realidade. Além do seu poder explicativo, a proposta teórica da TMD conseguiu dialogar com as demais teorias utilizadas nesta pesquisa, para entender o funcionamento desse determinado momento nos moldes da dependência já enraizada, buscando traços explicativos pros objetivos aqui estipulados.

Trata-se, portanto, de uma rígida tentativa de encontrar os elementos qualitativos determinantes no processo de desenvolvimento das regiões dependentes em um período histórico específico. Suas principais observações à cerca do ciclo do capital na América Latina e nas suas regiões na década de 1970, levou o autor a considerar três características essenciais como forma de estabelecer regras na reprodução do capital no continente: prevalência do capital estrangeiro no financiamento e produção dos periféricos; transferência de valor para o exterior; e superexploração da força de trabalho, continuamente afastada do mercado de consumo interno.

Vimos que, assim como as demais regiões periféricas, o nordeste brasileiro tem seu próprio método de reprodução do capital, que é condicionado pela forma que assume a reprodução do capital nos países de capitalismo central, neste caso a China sendo o seu principal parceiro comercial. A forma como o capital se reproduz, nos mostra que, não se pensou num projeto que visasse desenvolvimento autônomo da região. Acontece que, no período do novo desenvolvimentismo o cenário geopolítico mundial favorecia as economias exportadoras de commodities primárias, com o chamado “boom” das exportações.

Diante desses fatos, é importante diferenciar o processo do novo desenvolvimentismo do social desenvolvimentismo, métodos praticados durante o período analisado nesta pesquisa. Novo desenvolvimentismo (econômico desenvolvimentista exportador de setores privados) está ligado as estratégias macroeconômicas e na forma de imposição do capital financeiro-industrial de um setor no outro. Quanto ao social desenvolvimentismo, este se refere ao posicionamento social que o estado adotou que, segundo Brito (2019) se apresentaria como um ideário a coordenação da atividade econômica pelo

Estado, ampliando as bases do mercado consumidor interno, a distribuição de renda mediante a ampliação de programas de transferência como o bolsa família e a elevação real do salário mínimo.

De modo geral, o social desenvolvimentismo diverge do novo desenvolvimentismo no modo como visa a dimensão social, transformando-a no principal eixo do modelo de desenvolvimento, assegurado por seu caráter democrático e nacional. A implicação deste modelo é seu rápido crescimento econômico-social de curto e médio prazo, que através do aumento salarial, aumenta a massa total de rendimentos da economia. Esses componentes asseguraram a distribuição e ampliação da oferta agregada de bens e serviços públicos, gerando impactos positivos no rumo da economia. Esse amplo desenvolvimento estimulou o desenvolvimento de um mercado de consumo em massas, amplamente financiado por um sistema híbrido de crédito. De fato, a “retomada ao crescimento” observado a partir de 2005, foi favorecida pela elevação do piso salarial, ampliação do gasto social e inovações financeiras, e pouco teve a ver com mudanças reais na estrutura produtiva do país.

Os dados fornecidos e analisados nas tabelas anteriores nos permitiu identificar que o atraso tecnológico permaneceu durante a década do novo desenvolvimentismo. A não ser maiores aportes financeiros de incentivo tecnológico nos setores que sempre estiveram presente na pauta produtiva exportadora da região nordeste. Esse foi o verniz social, principal característica das políticas realizadas durante o período, que ofusca a análise de um horizonte futuro, visto que foi um movimento norteador pelo *curto prazismo*.

Dessa forma, o “crescimento com equidade social” dos governos do social desenvolvimentismo, se mostrou apenas como um rascunho de uma política macroeconômica, incapaz de superar o quadro geral da vulnerabilidade externa da economia brasileira e efetuar o incremento de cadeias produtivas que garantissem um desenvolvimento sustentado de longo prazo.

No que tange os aspectos da dependência financeira, do nordeste e do Brasil em geral, esta se apresentou incapaz de disponibilizar capital em magnitude suficiente para estabelecer capitais de grandes proporções. Como resultado disso, o capital financeiro estrangeiro passou a exercer mais domínio

ainda sobre o interno, controlando a produção nacional e criando fluxos de valor para fora para pagamentos de juros ou dívidas, ambos moldados à sua conveniência.

Quanto a dependência tecnológica da região nordeste, tomando o estado do Ceará como referencial por ocupar o primeiro lugar nas relações comerciais, essa se expressa no uso quase exclusivo de meios de produção importados de elevada intensidade tecnológica, que é reflexo da sua incapacidade de subsidiar a sua indústria com tecnologia própria. Quando comparamos as discrepâncias entre importação e exportação para a China e para o resto do Mundo percebemos que, para as exportações a sua participação se concentra nos setores de (MB) Média Baixa Intensidade Tecnológica e (B) Baixa Intensidade Tecnológica, que corresponde aproximadamente a 100% das exportações do estado. Enquanto que para a ótica das importações os setores que se destacam são os de (A) Alta Intensidade Tecnológica e (MA) Média Alta Intensidade Tecnológica, obtendo uma participação acima dos 70% nas importações.

Esses dados nos evidenciam a disparidade entre ambos, visto que 100% das importações se encontram em setores de maior envergadura comercial, dado o seu potencial tecnológico frente aos produtos de baixo valor agregado exportados pelos estados nordestinos, em que se predominam todos os setores de (B) Baixa Intensidade Tecnológica.

Apresentado isso, devemos nos debruçar sobre as seguintes perguntas: Ocorreram mudanças reais na estrutura dependente da região nordeste do Brasil durante o Novo Desenvolvimentismo? E, há realmente algo de novo?

Para responder tais questões não podemos nos esquecer do seu aspecto de desenvolvimento dependente histórico, numa economia amplamente financeirizada e atrelada ao rentismo como a brasileira, mas precisamente a partir dos anos 1980. Em tese, o novo desenvolvimentismo é na prática o que Pereira (2010) chama de ressignificação do “social liberalismo”, ou (PLP) Padrão Liberal Periférico, e existem motivos reais para desmistificar a crença de que o PLP poderia ter sido superado durante o novo desenvolvimentismo. Veremos.

O PLP nada mais do que o antagonismo ao (PSI) Padrão de Substituição de Importação, que visava o desenvolvimento interno substituindo as importações

para criar indústria desenvolvimentista interna, mesmo que ambos estejam marcadas pelos traços da dependência. Suas características fundamentais são: o aumento da assimetria entre capital e trabalho, o primeiro a favor do outro, o que implicou no aumento do trabalho informal e terceirizado, e na redução da capacidade de organização dos sindicatos; como também na mudança das relações intercapitalistas em razão da abertura comercial-financeira, através da qual o capital financeiro (nacional e internacional) passou a ocupar a posição dominante, deslocando a antiga hegemonia do capital industrial. Dessa forma, o papel e a importância do Estado no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica se alteraram em virtude do processo de privatização e de abertura financeira.

Em suma, o padrão liberal periférico iniciado nos anos 1980 e intensificado nos anos posteriores do governo FHC ficou marcado pela abertura comercial e financeira, das privatizações e da desregulamentação da economia, com ampla hegemonia do capital financeiro – frente às demais frações do capital. Portanto, é periférico, porque diferentemente do que acontece nos países centrais, o neoliberalismo assume características específicas nas regiões dependentes da América Latina, que os tornam ainda mais regressivos do que em momentos anteriores. Então porque o novo desenvolvimentismo dos governos petistas não foi capaz de superar as medidas do PLP?

De fato, o *boom* econômico internacional nos anos 2000, interrompido pela crise mundial *subprime* de 2008, permitiu, em razão da redução da sua vulnerabilidade externa conjuntural do país, o relaxamento do tripé macroeconômico. Quando associada a outras políticas como Bolsa família, aumento real do salário mínimo e programas de habitação popular, teve como consequência a elevação das taxas de crescimento do país, assim como redução do nível de desemprego e diminuição da pobreza absoluta, mesmo que pouco fosse alterado na pobreza relativa no que diz respeito a uma pequena redução da concentração de renda no interior dos rendimentos salariais.

Assim, esse momento conjuntural específico do PLP na primeira década dos anos 2000, permitiu a incorporação via mercado e de forma pacífica e democrática, determinadas demandas populares. Em primeira instância, essa

circunstância conjuntural trouxe uma “aliança” entre os interesses da burguesia interna e de alguns segmentos da classe trabalhadora. No ceio desse debate da luta política surge a discussão do novo desenvolvimentismo (desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social). Ou seja, o governo investiu na recuperação relativa do Estado de bem estar social, deixada de lados nos governos anteriores, para coordenar uma economia de mercado financeiro, costurando de forma habilidosa a noção de “pacto de classe” em nome de uma estratégia de desenvolvimento.

No entanto, a crise mundial de 2008, com a consequente piora da conjuntura internacional na realização das *commodities* assim como a retomada das reformas neoliberais a partir daí, desmentiram categoricamente essa ilusão de superação. Evidenciou-se que a política inclusiva de classes do novo desenvolvimentismo não serviu para o longo prazo, e que antes de ser determinada internamente já havia sido articulada internacionalmente. A crise *subprime* impossibilitou a continuação da flexibilização do tripé macroeconômico e a compatibilização dos interesses antagônicos das distintas frações do capital e dos diferentes setores populares. O capital financeiro voltou a ser protagonista e abriu-se uma disputa entre a burguesia cosmopolita e a burguesia interna pelo comando do Estado, nos evidenciando após o *impeachment* da Presidente a agenda liberal em sua face mais radical. Diante disso, o que foi construído, minimamente, durante o novo desenvolvimentismo pouco a pouco foi sendo apagado.

Dessa forma, assim como não foi possível para o novo desenvolvimentismo superar a condição dependente, não a qualquer evidência de construção política de um projeto nacional capitalista dirigido por qualquer fração da burguesia brasileira que venha superar essa condição. No momento, é impossível em detrimento de sua incapacidade de incorporar, economicamente e politicamente, interesses diferenciados do conjunto da sociedade brasileira e conviver com uma melhor distribuição de renda. A superexploração está entranhada e os aspectos produtivos continuam a manter tudo que favorece a troca desigual do valor. Porém, por se tratar de um debate recentíssimo no Brasil atual, temos a clareza da dinâmica do debate que está em curso, visto a fluidez

das inúmeras ideias que envolvem a discussão sobre o novo desenvolvimentismo.

É certo que, mesmo que em determinado momento a classe trabalhadora tenha conseguido acesso a variados bens de consumo, nos salta aos olhos o descompasso entre a elevação da quantidade de trabalho extraído nos setores exportadores de especialização produtiva e os salários pagos sob a égide do neoliberalismo. A grande maioria dos bens de consumo necessários para a reprodução da classe trabalhadora segundo o padrão de reprodução do capital atingido ainda lhes são negados. E mesmo que o consumo tenha sido algo incorporado nessa nova ótica de realização sob o “novo” padrão de desenvolvimento, a superexploração da força de trabalho continua sendo regra na economia brasileira. Os aspectos da dependência permanecem.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; BRITO, J. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativo Locais**. Fev 2003 disponível em www.redesist.ie.ufrj.br. Acesso em 17 de novembro de 2017.

AMARAL, Marisa Silva. **A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência**. 2006. Tese de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Economia)-Programa de Pós-graduação em economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

ANTUNES, Ricardo. A Devastação do Trabalho no Governo Temer. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=QUzoqTuOMkk>>. Acesso em: 19 de agosto de 2017.

ANTUNES, Ricardo. Destruição completa do que resta dos direitos: a devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer. Disponível em: < <http://diplomatique.org.br/a-devastacao-do-trabalho-na-contrarrevolucao-de-temer/>> Acesso em: 20 de agosto de 2017.

ANTUNES, Ricardo; NUNES, Dimalice. Na escravidão o trabalhador era vendido. Na terceirização, é alugado. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cna-escravidao-o-trabalhador-era-vendido-na-terceirizacao-ele-e-alugado201d>> Acesso em: 20 de agosto de 2017.

ANTUNES, Ricardo. 100 Anos de Retrocesso. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EjAyvJTVt3k&t=975s>>. Acesso em: 19 de agosto de 2017.

ANTUNES, Ricardo. Reforma trabalhista representa retrocesso ao século XIX. Disponível em: < <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/30/reforma-trabalhista-representa-retrocesso-ao-seculo-xix>> Acesso em: 20 de agosto de 2017.

ANTUNES, Ricardo. S24e3. **A Terceirização do Trabalho**. Disponível em : < https://www.youtube.com/watch?v=X00p1m_a8k&t=55s> Acesso em: 19 de agosto de 2017.

APOLINÁRIO, Fábio. **Introdução à análise qualitativa de dados**. In: _____ . Metodologia da Ciência: filosofia e prática. Editora Pioneira Thomson Learning, 2006. Pgs. 160-168.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la Dependencia: uma anticrítica**. Cidade do México: Ediciones Era, 1978.

BRITO, L. L. **Subdesenvolvimento e dependência: a crítica ao “neodesenvolvimentismo” no Brasil recente (2004-2016)**. ANPUH – Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Editora da UNICAMP, Campinas, 1993.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**, Difel, São Paulo, 1977.

CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Organizador: Niemeyer Almeida Filho. Brasília: Ipea, 2013.

DOS SANTOS, T. A Estrutura da Dependência (1970). **REVISTA: Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 30, outubro, 2011.

DOS SANTOS, T. _____. “A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico”. In: _____. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FILGUEIRAS, LUIZ. Padrão de Reprodução do Capital e Capitalismo Dependente no Brasil Atual. **Caderno CRH, Salvador, v.31. 11. 84, p519-534, Set/Dez. 2018.**

FONTENELE, Ana Maria; MELO, Maria Cristina Pereira. **Inserção internacional da economia cearense: potencialidades e limites para o crescimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 3ª reimpressão. Porto Alegre, RS: L & PM POCKET, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Estela Gonçalves. Edição Loyola. Rua 19822, nº 347 – Ipiranga. São Paulo, SP. 2º edição: outubro 2005.

HOLANDO, D. R e MELO, M.C.P. **COMÉRCIO EXTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ COM A CHINA: DESEMPENHO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS NO PERÍODO RECENTE**. Campo Grande/MS. Julho, 2009.

JABBOUR, Elias. **China: Infra-estruturas e crescimento econômico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

LIMA, J. P. F. D. **As Consequências do Capitalismo Dependente na América Latina: uma análise da teoria marxista da dependência**. TCC. Campina Grande/PB. 2017.

LUXEMBURGO, R; BUKHARINE, N. **Imperialismo e acumulação do capital**. Edição 70. Av. Duque de Ávila, 69 r/c Esq. – Lisboa: 1976.

MARIMBONDO, S. Subconsumo ou sobreacumulação como uma das causas fundamentais das crises capitalistas? Disponível em: <<http://quilombospartacus.wordpress.com/20/05/2017>> Acesso em: 2020

MARINI, Ruy Mauro. **Vida e Obra**. 2ª edição. São Paulo: editora expressão popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. 5ª edição. Florianópolis: Insular, 2014. _____. MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência (1973)** In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. São Paulo: editora expressão popular, 2005.

MARX, Karl. _____. (1987) Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858. Volumen 2. Mexico: Siglo Veintiuno.
MARX, Karl. **O capital. Vol 1: crítica da economia política**. Karl Marx; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 3. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3 ed. (os economistas).

MELLO, M. D. C. **Subconsumo ou sobreacumulação? Debate teórico e político para a análise da crise atual**. Miolo – ver – crítica – marxista. 37. 2013.

MELO, M. C. P. **Comércio exterior da região nordeste na esteira do efeito China**. Ver. Econ. NE, Fortaleza, v. 44, n – 2, p. 451-472. abr-jun. 2011.

MONTEIRO, A. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. In: **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Nº 9, Janeiro/Junho 2014.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. Boitempo editorial, 2015.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva-estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Sievel (org.). **Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, p. 103-133, 2012.

PEREIRA, L. C. B. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**. *Texto para Discussão*. São Paulo, n 275, nov. 2010

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSHOWSKY, Ricardo. (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000a. p. 71-136.

SADER, E. **O imperialismo, fase atual do capitalismo**. Estudos Marxistas. Rio de Janeiro: 2011^a. Disponível em: < <http://cartamaior.com.br> > Acesso em: 2020.

WATANABE, M. **Fabricantes de bens duráveis lideram aumento de importações**. Disponível em: <www.ValorEconomico.com> São Paulo, 23 ago. 2011. Acesso em: 2020.